

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

JULINARA SILVA VIEIRA

**OS USOS DA PREPOSIÇÃO “A” EM TEXTOS JORNALÍSTICOS DOS SÉCULOS
XIX, XX E XXI: CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E FUNCIONALISTAS**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2018

JULINARA SILVA VIEIRA

**OS USOS DA PREPOSIÇÃO “A” EM TEXTOS JORNALÍSTICOS DOS SÉCULOS
XIX, XX E XXI: CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E FUNCIONALISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2018

Vieira, Julinara Silva.

V716u Os usos da preposição “a” em textos jornalísticos dos séculos XIX, XX e XXI: considerações sócio-históricas e funcionalistas./ Julinara Silva Vieira, 2018. 109f.

Orientador (a): Dr. Jorge Augusto Alves da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2018.
Inclui referência F. 103 – 109.

1. Preposição “a”. 2. Preposição “a” – Usos e Sentidos. 3. Estudos Linguísticos - Preposição. II. Universidade Estadual. I. Silva, Jorge Augusto Alves da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Linguística. T. III.

CDD: 469.5

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The uses of the preposition ‘a’ in journalistic texts of the XIX, XX and XXI centuries: socio-historical and functionalist considerations.

Palavras-chave em inglês: Preposition ‘a’. Socio-history. Language Functionalism.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente-Orientador); Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (UESB); Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS)

Data da defesa: 26 de fevereiro de 2018

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

JULINARA SILVA VIEIRA

**OS USOS DA PREPOSIÇÃO “A” EM TEXTOS JORNALÍSTICOS DOS SÉCULOS
XIX, XX E XXI: CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E FUNCIONALISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 26 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: Jorge Augusto Alves da Silva

Profa. Dra. Valéria Viana Sousa
Instituição: UESB

Ass.: Valéria Viana Sousa

Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Instituição: UEFS

Ass.: Silvana Silva de Farias Araújo

AGRADECIMENTOS

“A GRATIDÃO é o único tesouro dos humildes.”
William Shakespeare

Carinhosamente, toda a minha GRATIDÃO...

A **Deus**, pelo dom da vida e do amor, pelo “sopro” diário para que eu seguisse adiante.
A Ele toda honra e toda glória!

À **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)** e ao **Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin)**, pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, pelo apoio e financiamento das atividades do PPGLin da UESB.

Ao meu orientador, professor doutor **Jorge Augusto Alves da Silva**, que no decorrer da jornada se tornou “avô” e, com todo cuidado, conduziu uma orientação sempre adequada e tranquila. A ele sou grata pela amizade, pelo zelo e pela preocupação com meu bem-estar e o de Antônio.

Às professoras doutoras, **Vera Pacheco, Silvana Silva de Farias Araújo e Valéria Viana Sousa**, por aceitarem o convite para compor a Banca, pelas contribuições para o enriquecimento desta pesquisa, pela análise criteriosa e pela oportunidade que me concederam dessa produtiva discussão teórica. A Val, ainda, minha gratidão por muitas vezes me ofertar palavras de encorajamento quando eu achava impossível conciliar as funções de mãe e mestranda. E, quando me tornei mãe, lá estava ela, oferecendo seu amor e carinho à Antônio.

Aos **colegas de Mestrado**, em especial, a Carol, Gil, Jane, Mara, Nay, Savanna e Zane por terem dividido comigo momentos ímpares, linguísticos e extralinguísticos. Uma turma tão especial.... já sinto saudades!

Aos **professores e funcionários** do PPGLin/ UESB por toda atenção e presteza.

Ao Grupo **Janus**, pelo acolhimento, a boa amizade e aos momentos de aprendizagem.

Aos meus **amigos**; tanto os que estão perto, quanto os que estão longe, sou grata pela amizade e compreensão. Às amigas que, mesmo distantes, contribuíram de alguma forma com este trabalho; Flávia, Renata e Tassila, agradeço pela amizade, pelas palavras de incentivo e pelo carinho com que atenderam às minhas solicitações; todo apoio e força que sempre me ofereceram, mesmo à distância.

À Universidade do Estado da Bahia (**UNEB**) por me possibilitar dedicar aos estudos, autorizando o meu afastamento e concedendo a bolsa.

Aos **colegas da UNEB/ Campus XII**, àqueles que se alegraram com minha conquista, contribuíram com meus estudos, acreditaram e torceram por mim até aqui.

À minha **família**, por todo apoio, compreensão e por acreditar em mais uma conquista. Em especial, a painho, **Antônio Carlos**, que mesmo não estando mais presente entre nós, fez-me acreditar que a “filha do pedreiro” um dia se tornaria mestre. À mainha, **Carmem**, que, com seu colo materno, não me deixou sentir desprotegida durante a caminhada. Às minhas irmãs, **Karlla e Maya**, pelo incentivo, pelo carinho e toda irmandade que sempre me ofertam.

Ao meu esposo, **Wilton**, pelo fiel companheirismo, amor e cuidado que dedicou a mim e ao nosso filho no decorrer do Mestrado. A cada minuto que “viveu” por mim durante esses dois anos.... toda minha gratidão e o meu AMOR.

De modo especial, agradeço ao meu filho **Antônio**... meu/nosso Pequeno Linguista, como carinhosamente sempre o chamou a professora Valéria. Meu pequeno chegou de surpresa. Foi e tem sido um fiel parceiro nessa jornada; assistiu às aulas ainda no meu ventre, realizou Tirocínio docente e participou de atividades e eventos acadêmicos. Mamãe se qualificou e, lógico, ele se fez presente, pois tinha que fazer jus ao seu posto de Pequeno Linguista. Ele tem sido minha força, meu estímulo; quando me ver chorar, ele oferece o seu melhor sorriso; quando estou estressada, ele me faz um carinho e, enquanto eu ofertava palavras ao meu trabalho, ele me esperava com paciência, aceitando dividir com o computador suas horas de “pepê”. Obrigada, filho! Você é muito valioso.

Agradeço a **TODOS**, inclusive aos que não menciono por lapso de memória; mas que estiveram me apoiando e me ensinando que uma dissertação é escrita por muitas “mãos”, jamais sozinha.

Eu vejo a linguagem como uma rocha gigante, sob a qual nós escavamos um túnel com vários pontos de saída, trabalhando a maior parte do tempo no escuro. O que me esforcei para fazer aqui foi iluminar o meu túnel.

Talmy Givón (1979)

RESUMO

Nas últimas décadas, a Linguística Histórica tem se voltado, agora com ajuda do Funcionalismo, a discutir não só as mudanças que ocorrem nas estruturas linguísticas, mas também como tais estruturas passam, dentro de um dado sistema, a assumir sentidos e até mesmo funções. Em nosso estudo, fazemos reflexões acerca da **preposição a** na Língua Portuguesa, demonstrando que ela se originou da preposição latina *ad*; no Latim, essa preposição era usada para “reger” o caso acusativo, com a finalidade de expressar os conceitos de direção, movimento, proximidade e fim. Nesse sentido, coube-nos investigar que valores a **preposição a** passou a assumir na Língua Portuguesa, partindo das gramáticas históricas e prescritivas às gramáticas de uso, o que se torna, em verdade, a nossa reflexão sobre os usos da **preposição a**. Partindo, então, dos pressupostos elencados sobre essa preposição, o objetivo principal com este trabalho é o de identificar os novos sentidos e funções que a **preposição a** assumiu ao longo de três séculos da Língua Portuguesa, bem com a frequência da ocorrência de tais funções e sentidos; para isso, aventamos a hipótese de que a **preposição a** foi, ao longo do tempo, assumindo novos usos e valores, passando do seu sentido base/prototípico (mais usual) para acepções mais abstratas. Como aporte teórico-metodológico, buscamos dialogar com dicionaristas como Silva Pinto (1832) e Torrinha (1874); as concepções de Said Ali (1971) e Pereira (1964[1916]) em gramáticas históricas, além do ponto de vista de gramáticos normativos como Cegalla (1978), Rocha Lima (1992[1975]), Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009) e, por fim, as discussões no âmbito da Linguística contemporânea segundo Poggio (2003), Ilari (2008), Neves (2011). Trata-se de uma pesquisa documental, cuja análise é quantitativa e também qualitativa, amparada teoricamente pela Sócio-história e o Funcionalismo, partindo de uma perspectiva pancrônica, com dados coletados em textos jornalísticos, a saber, no Jornal *A Penna*, datado do século XIX e XX e no Jornal *Tribuna do Sertão*, do século XXI. Os resultados apontam que a **preposição a** vem passando por um produtivo processo de gramaticalização através do ganho de novos sentidos, transpondo da acepção de Espaço para Tempo, e desse para sentidos mais abstratos, em alto grau de abstratização.

PALAVRAS-CHAVE

Preposição a. Sócio-história. Funcionalismo Linguístico.

ABSTRACT

In the last decades, the Historical Linguistic has turned, with Functionalism help, to discuss not only the changes which occur in linguistic structures but also those ones, within a certain system, to take on meanings and even functions. In our study we make reflections on the **preposition ‘a’** in Portuguese language, we showed that it was originated from the Latin preposition ‘*ad*’; in Latin, that preposition was used to “rule” the accusative case, in order to express concepts of direction, movement, closeness and purpose. This point was up to us to investigate which values the **preposition ‘a’** has taken on in Portuguese Language since historical and prescriptive grammars to grammar of use, what it became, in fact, our reflection on the uses of **preposition ‘a’**. From the listed assumptions about that preposition, the main objective with this work is to identify new meanings and functions that the **preposition ‘a’** has taken on over three centuries of Portuguese Language, as well as the frequency of occurrence of these functions and meanings; for this, we hypothesize that the **preposition ‘a’** was taking on new uses and values over time, going from its base/prototypical sense (more usual) to more abstracts meanings. As theoretical-methodological approach, we seek to dialogue with lexicographers as Silva Pinto (1832) and Torrinha (1874); Said Ali (1971) and Pereira (1964[1916]) conceptions in historical grammars, besides the point of view of normative grammarians as Cegalla (1978), Rocha Lima (1992[1975]), Cunha & Cintra (2001) and Bechara (2009) and, finally, the discussions under the Contemporary Linguistics scope according to Poggio (2003), Ilari (2008), Neves (2011). It is about a documental research whose analysis is quantitative and qualitative, it is supported theoretically by Socio-history and Functionalism, from a panchronic perspective, with data collected in journalistic texts, namely, in the newspaper *A Penna*, dating from the nineteenth and twentieth century and the newspaper *Tribuna do Sertão*, from twenty-first century. The results indicate that the **preposition ‘a’** has been passing through a productive process of grammaticalization through the gain of new senses, transposing from the meaning of Space to Time, and from this to more abstract meanings, in a high degree of abstraction.

KEYWORDS

Preposition ‘a’. Socio-history. Language Functionalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Esquema representativo dos valores semânticos da preposição a	37
Figura 2:	Oposição entre a preposição a e a preposição <i>as</i> conforme o critério aproximação-afastamento.....	38
Figura 3:	A preposição a e seu papel limitador.....	39
Figura 4:	Trajetória pela qual passa a preposição a	56
Figura 5:	Frontispício do Jornal <i>A Penna</i>	63
Figura 6:	Frontispício Jornal <i>Tribuna do Sertão</i>	65
Figura 7:	Possibilidade da estruturação da noção temporal.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência geral da função prototípica e não prototípica da preposição a	87
Gráfico 2: Frequência de ocorrências da preposição a acompanhando as variáveis do fator função sintática.....	92
Gráfico 3: Frequência da função prototípica e não prototípica da preposição a ao acompanhar adjunto adverbial.....	93
Gráfico 4: Função prototípica e não prototípica para os séculos XIX, XX e XXI.....	96
Gráfico 5: Função prototípica e não prototípica entre os gêneros notícia, editorial e propaganda.....	97
Gráfico 6: Variedades padrão e não padrão para a função prototípica e não prototípica.....	98
Gráfico 7: Frequência da variedade padrão nos séculos XIX, XX e XXI.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Estruturas constituintes, seus respectivos percentuais e número de ocorrências conforme a prototipicidade vs não prototipicidade.....	89
Tabela 2:	Classes gramaticais e seus percentuais conforme a prototipicidade vs não prototipicidade.....	90
Tabela 3:	Função sintática: adjuntos adverbiais.....	91
Tabela 4:	Adjunto adverbial, seus respectivos percentuais e número de ocorrências conforme a prototipicidade vs não prototipicidade.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS**Identificação dos *corpora***

AP	A Penna
TS	Tribuna do Sertão
N	Notícia
E	Editorial
P	Propaganda

Identificação das estruturas sintagmáticas

SN	Sintagma Nominal
SV	Sintagma Verbal
SP	Sintagma Preposicional
SAdv	Sintagma Adverbial
Prep.	Preposição
Art.	Artigo
Pron.	Pronome
Adj.	Adjunto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 AS PREPOSIÇÕES.....	18
2.1 DO TRATAMENTO FILOSÓFICO AO LINGUÍSTICO.....	18
2.1.1 A Filosofia e Tradição filosófico-gramatical.....	19
2.1.2 A preposição em gramáticas históricas e normativas.....	20
2.1.3 A preposição em estudos linguísticos.....	23
2.2 A PREPOSIÇÃO A.....	27
2.2.1 Latim Clássico e Vulgar.....	27
2.2.2 Línguas românicas.....	30
2.3 A PREPOSIÇÃO A NO PORTUGUÊS.....	33
2.3.1 Dicionários.....	33
2.3.2 Na tradição gramatical.....	36
2.3.3 Na tradição linguística.....	40
3 HORIZONTE TEÓRICO.....	45
3.1 CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS.....	45
3.2 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO.....	47
3.2.1 Forma, função e sentido: reflexões sobre a preposição a.....	49
3.3 A GRAMATICALIZAÇÃO.....	53
3.4 ABSTRATIZAÇÃO DA PREPOSIÇÃO A E OS CASOS DAS LOCUÇÕES ADVERBIAIS.....	57
4 O MÉTODO.....	62
4.1 CARACTERIZAÇÃO E ESCOLHA DOS <i>CORPORA</i>	62
4.1.1- <i>Jornal A Penna</i>	63
4.1.2- <i>Jornal Tribuna do Sertão</i>	65
4.2 ETAPAS DA PESQUISA/ PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	67
4.2.1 Critérios de classificação.....	68
4.2.1.1 A noção de lugar: do primeiro sentido ao prototípico.....	69
4.2.1.2 A noção de lugar: entre “quo” e “ubi”.....	71
4.2.1.3 A noção de tempo.....	74

4.2.1.4 Construções sintagmáticas.....	76
4.2.1.5 Função sintática.....	79
4.2.1.6 Adjuntos adverbiais e locuções adverbiais.....	799
4.2.1.7 Século.....	80
4.2.1.8 Gênero textual.....	81
4.2.1.9 Forma padrão e não padrão.....	84
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	86
5.1 Função prototípica e não prototípica.....	86
5.2 Construções sintagmáticas.....	88
5.3 Função sintática.....	91
5.4 Adjuntos adverbiais.....	93
5.5 Século.....	95
5.6 Gênero textual.....	97
5.7 Forma padrão e não-padrão.....	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
7 REFERÊNCIAS.....	103

1 INTRODUÇÃO

Alguns gramáticos da Língua Portuguesa, a exemplo de Barbosa (1866) e Almeida (1999) concebem as preposições como unidades destituídas de sentido. Já na visão de Poggio (2002), as preposições desempenham uma função considerável no texto, pois, enquanto itens conectivos e providas de significado, elas passam a ser carregadas de uma diversidade semântica. Segundo Bechara (2004), na língua tudo tem significado, ou seja, é semântico e pode mudar de acordo com o papel gramatical de cada elemento linguístico. Em nosso escrito, fazemos reflexões acerca da **preposição a**, que consiste em nosso objeto de estudo, utilizando aparatos teóricos metodológicos próprios da Sócio-história e do Funcionalismo. Para tanto, tornam-se esclarecedoras as abonações feitas por Givón (1995), Hopper (1998), Neves (2001), Poggio (2003), Pereira (2004), Ilari et al (2008), Mattos e Silva (2008) e Silva et al (2017).

Desde a passagem do Latim para o Português, as preposições têm assumido formas, funções e sentidos que se diferenciam na história interna da língua. Nesse sentido, interessamo-nos, nesta pesquisa, por observar os usos da **preposição a**, uma vez que ela figura entre aquelas cuja dinamicidade é significativa. Assim, procuramos retratar o desenvolvimento histórico pelo qual passou a **preposição a** desde o Latim até o seu estabelecimento dentro de um paradigma no Português do Brasil, intentando responder às seguintes questões norteadoras: que sentidos e funções a **preposição a** assumiu e que sentidos e funções foram predominantes em jornais (*A Penna* e *Tribuna do Sertão*) ao longo de três séculos (XIX, XX e XXI) e qual a frequência da ocorrência de tais funções e sentidos?

Para a análise deste trabalho, buscamos compor os nossos *corpora* a partir de dados linguísticos observados em amostras retiradas de editoriais, notícias e propagandas do jornal *A Penna*, com edições publicadas nos séculos XIX e XX, e do jornal *Tribuna do Sertão*, com edições datadas no século XXI; ambos jornais foram/são publicados no interior da Bahia, nas cidades de Caetité e Brumado. A opção pelo texto jornalístico deu-se segundo a convicção de que, ao analisar a língua, devemos considerar as diferentes situações de comunicação, entre elas a escrita; pois interessa-nos o trato com dados reais da língua.

Esta pesquisa norteia-se a partir da hipótese de que a **preposição a** foi, ao longo da história das línguas, assumindo novos usos e valores, passando do seu sentido prototípico para acepções mais abstratas. Essa hipótese suscitou a pretensão em atingir os seguintes objetivos: (a) Indicar as descrições e abordagens dadas à **preposição a** na visão de gramáticos históricos e tradicionais, além da linguística contemporânea;

- (b) Apresentar uma descrição dos usos da **preposição a** nos jornais *A Penna* e *Tribuna do Sertão*, nos séculos XIX, XX e XXI, respectivamente, observando a frequência de ocorrências desses usos;
- (c) Analisar e identificar os novos sentidos e funções que a **preposição a** ajudou a construir no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI da Língua Portuguesa.

O texto está dividido em seções e subseções, sendo que inicialmente fazemos um breve introdutório apresentando, resumidamente, as abordagens desenvolvidas no decorrer deste trabalho. Assim sendo, na seção 2, caracterizamos **As Preposições**, partindo do tratamento filosófico ao gramatical, sinalizando o ponto de vista de alguns teóricos acerca das preposições em gramáticas normativas e históricas, além de estudos linguísticos contemporâneos. Posteriormente, centralizamos as discussões na **Preposição a**, traçando um percurso histórico desde seu surgimento no Latim Clássico, passando pelo Latim Vulgar e pelas línguas românicas. Em seguida, descrevemos a visão da Tradição gramatical e da linguística sobre a **preposição a** no Português.

O **Horizonte teórico** foi apresentado na seção 3, elencando as principais discussões teóricas que caracterizam a Sócio-história e o Funcionalismo Linguístico, descrevendo e diferenciando a forma, a função e o sentido, enfocando a gramaticalização, um pouco da história de sua origem, as propriedades que configuram essa teoria, além de pontuar os princípios propostos por Hopper; bem como mencionamos os processos de transferência metafórica e a abstratização que são de suma importância para compreender a natureza gradual da mudança.

A seção 4 destinou-se a retratar o **Método**, explicitando como se deu a caracterização e a escolha dos *corpora*, descrevendo todas as etapas empreendidas e os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. Foram eleitos textos na modalidade escrita (jornais), dos quais foram coletados os dados que possibilitaram uma análise qualitativa e quantitativa, perpassando por uma perspectiva pancrônica.

Com o intuito de amplificar as discussões levantadas nas seções anteriores, na seção 5, destinamos à **Análise e discussão dos dados**, apresentando os resultados oriundos de uma abordagem que considerou as ocorrências quantificáveis e que atendessem a nossa proposta de elaboração dos grupos de fatores. O objetivo primordial dessa seção é o de apontar, a partir de casos retirados dos *corpora*, os usos da **preposição a** ao se interligarem com alguns termos da oração, correlacionando-os com o sentido de espaço que se apresenta como função prototípica.

Por fim, nas **Considerações Finais**, retomamos as afirmações arroladas ao longo desse escrito e expomos algumas conclusões e hipóteses, sugerindo outras propostas.

A partir do exposto, esperamos que a presente pesquisa contribua de modo significativo para os atuais estudos linguísticos, pois mostra a importância em se analisar o objeto de estudo sob a ótica da Sócio-história e do Funcionalismo, cuja finalidade primordial é a de investigar o fenômeno da mudança nas estruturas linguísticas, bem como a importância de se compreender a língua como um instrumento dinâmico, suscetível a modificações no transcorrer do tempo.

2 AS PREPOSIÇÕES

Considerando o nosso interesse em pesquisar sobre a **preposição a**, coube-nos, nesta seção, empreender um estudo detalhado sobre esse elemento linguístico. Para tanto, trilhamos um percurso de acordo a seguinte ordem:

a) Apresentamos o tratamento filosófico conferido por Aristóteles, aos estudos das preposições nas gramáticas de Dionísio de Trácia (170-90 a. C.) e Apolônio Díscolo (início e o meio do século II a.C.), bem como no grego clássico como informou Brandão, Saraiva e Lage (2009);

b) Discorremos sobre as preposições numa perspectiva da gramática histórica de Pereira (1964[1916]) e Said Ali (1971), na concepção de gramáticos normativos, mostramos uma definição mais resumida segundo Cegalla (1978) e Rocha Lima (1992 [1975]);

c) Apontamos alguns estudos linguísticos que trazem uma nova abordagem em relação à preposição, baseados nas pesquisas de Câmara Jr.(1985), Neves (2001) e Castilho (2003), este pressupõe que as preposições possuem uma definição prototípica;

d) Concentramos em apresentar uma análise sobre a **preposição a**, iniciando com a pesquisa no Latim Clássico e Vulgar, indicando a origem dessa preposição a partir da forma *ad*; seguindo pelas línguas românicas;

e) Por fim, focamos as discussões sobre a **preposição a** especificamente no Português, descrevendo usos apontados em dicionários de Bluteau (1728), Pinto (1832), Pombo (1933), Ferreira (2009), dentre outros; além do tratamento dispensado pela Tradição gramatical e pela Tradição linguística.

Na subseção que segue, iniciaremos um estudo detalhado do nosso objeto de pesquisa, evidenciando, primeiramente, a classe das preposições (não deixando de citar a **preposição a**).

2.1 DO TRATAMENTO FILOSÓFICO AO LINGUÍSTICO

Nesta subseção, abordamos a respeito da tradição aristotélica, sua explicação sobre as categorias que mais tarde seriam denominadas de classes de palavras, bem como sinalizamos que as preposições advindas do Latim tiveram seu emprego ampliado no Português. Também apresentamos o pensamento do gramático histórico Said Ali (1971), que interessou-se pela constituição formal das preposições; de normativistas como Cegalla (1980) e Rocha Lima (1992 [1975]) que definem as preposições como palavras que subordinam um termo da frase a

outro (termo principal a um subordinante). Além dos autores citados, assinalamos as pontuações de linguistas como Neves (2001), Castilho (2003), Barreto (2008), e contemporâneos como Wiedemer (2013).

2.1.1 A Filosofia e Tradição filosófico-gramatical

A Filosofia Grega¹ ocupou-se não só em buscar categorias lógicas, mas delas se serviu para interpretar o mundo. Para Aristóteles, por exemplo, em seu livro *Categorias*, toda categoria é o resultado de um esforço da razão para unificar num conceito universal (portanto, abstrato) os aspectos da vida real (logo, concreto). Nesse sentido, as categorias são noções sobre as quais podem ser agrupados os conhecimentos gerais do ser que ondularia² entre a substância e o acidente. Segundo o filósofo estagirita, em sua análise, a lógica estaria submetida à compreensão das categorias e, entre elas, figura a “relação”. No capítulo VIII de *Categorias*, Aristóteles tece comentários sobre a relação estabelecida entre o genitivo que indica posse, demonstrando que há uma dependência entre as estruturas. Indo além, a tradição aristotélica, mesmo tendo sido revista por Porfírio (III a. C.), conservou as nove categorias (incluindo a οὐσία) enunciadas pelo estagirita, o que mais tardiamente seria denominado de *classes de palavras*, incluindo-se entre elas a preposição, isto é, πρὸς e τίς.

Dionísio de Trácia (170-90 a. C.) e Apolônio Díscolo (início e meio do século II a.C.) dedicaram espaços em suas gramáticas ao estudo das preposições. Como seria de esperar daqueles autores, houve a necessidade de definição de tal item gramatical com base na própria configuração do nome: ΠΡΟΘΕΣΕΙΣ, destacando-se o fato de antecederem aos nomes. Conforme Cucuel e Reimann (1941), a gramática grega procurou descrever em que situações as preposições entrariam para tornar precisos os casos empregados, deste modo, τί costumava aparecer “acompanhado” pela preposição διὰ compondo a estrutura διὰ τί para exprimir a mesma ideia, mas agora com maior precisão. Assim, para a gramática grega, a preposição (ἡ πρόθεσις), como nos informa Brandão, Saraiva e Lage (2009, p.326), atuava no grego clássico como “[...] prefixos que se acrescentam aos verbos, nuançando seu sentido em termos

¹Utilizamos, ao contrário do que preceitua o PVOLP (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), os nomes de ciências e postulados teóricos com iniciais maiúsculas, mesmo os especificativos a eles relacionados, na convicção de que formam um todo indissociável. Ademais, os nomes estrangeiros não aportuguesados e os títulos de obras vêm em itálico. A expressão metalinguística **preposição** a foi posta em negrito quando se refere ao fenômeno por nós estudado. As formas em grego e ou latim respeitam as grafias correspondentes a essas línguas; em caso contrário, quando houve necessidade, fizemos a transliteração. Demais termos empregados metalinguisticamente, foram destacados com itálicos.

²Do ponto de vista funcionalista, podemos relacionar um binômio entre o *ser* e o *acidente*, havendo entre eles um *continuum*, o que justificaria o percurso de um item de sua concretude para dada abstratização.

espaciais, temporais, modais etc.”. Ademais, o estudo das preposições estaria ligado à estreita relação entre os *casos oblíquos*, o que levaria a gramática latina a perpetuar tais percepções gregas, trazendo, posteriormente, reflexos na ideia de *regime* (a preposição rege o caso).

Passemos a outro ponto da discussão, após esse resumo histórico, observando o conceito de preposição nas gramáticas históricas e normativas.

2.1.2 A preposição em gramáticas históricas e normativas

Pretendemos, no desenrolar desta subseção, conceitualizar as preposições de acordo com o tratamento dado por gramáticas históricas e normativas, nessa sequência. Iniciemos a discussão com o gramático histórico Eduardo Carlos Pereira (1964[1916]), que afirma que as preposições são partículas adverbiais conectivas³ evidenciadas em Latim pelos casos oblíquos que exprimem relações complementares. Uma vez que o Latim possuía casos que indicavam as relações lógicas das palavras, seu emprego estava limitado às funções de descrever e intensificar as várias relações de acusativo e ablativo, ressaltando que as preposições do Português advindas do Latim tiveram seu emprego e significado ampliados. Esse progresso não fora percebido tão somente do Latim para o Português, assim como teria sido verificado do Português Antigo para o atual. As preposições também indicam as mesmas circunstâncias dos advérbios, porém se distinguem deles devido ao seu caráter de *conectivo intervocabular*.

Pelo visto, os critérios adotados por Pereira (1964[1916]) para classificar as preposições foram a constituição estrutural, atribuição de valor semântico e distinção no processo de formação de sintagmas e locuções. Tais critérios foram empregados para o estudo da **preposição a**, já que essa preposição inclui-se em numerosas locuções adverbiais e outras tantas locuções prepositivas, totalizando quase uma centena de usos como nos demonstrou João Luis Ney (1958).

Revistando a mesma questão, Said Ali (1971, p.203), em sua *Gramática Histórica*, lista as preposições portuguesas para, em seguida, afirmar que algumas passaram sem modificação do Latim ao Português, enquanto outras sofreram alterações quanto a forma:

1. Preposições que passaram para o português com sua forma sem modificações: *ante*, *contra*, *de*, *per*.

³Para Barros (1957), por exemplo, a preposição é apenas mencionada como parte da gramática, distinguindo-a como *per ajuntamento* ou *per composição*. Nesse sentido, o autor se preocupa em apresentar apenas a formação estrutural da preposição, demonstrando que entre as novilatinas houve o acréscimo de itens preposicionais desconhecidos da *língua mãe*.

2. Preposições que passaram para o português tendo suas formas alteradas: *ad*>*a*, *post*>*pós*; *cum*>*com*; *inter*>*entre*; *sine*>*sem*; *trans*>*trás*; *pro*>*por*; *secundum*>*segundo*; *in*>*em*; *sub*>*sob*; *super*>*sobre*.

Como vimos, interessa-se o gramático por questões de constituição formal das preposições, indicando as que foram alteradas na constituição do Português e aquelas que não sofreram alteração na forma. Vemos que, em relação à **preposição a**, o gramático demonstra a modificação estrutural ocorrida na passagem para o nosso vernáculo.

Deixando a esfera das gramáticas de cunho histórico, adentremos na descrição e análise dos tratados que assumem a denominação de normativos. Domingos Pascoal Cegalla (1980) apresenta-nos uma definição mais resumida acerca das preposições. Assim, de acordo com o autor, “[...] preposição é uma palavra invariável que liga um termo dependente a um termo principal ou subordinante, estabelecendo entre ambos as relações de posse, modo, lugar, causa, fim, etc.” (p.175). Vemos, portanto, que lhe interessa a forma (invariabilidade), a função (a noção de conexão ou relação) e, por fim, a indicação de sentido (estabelecimento do sentido ou esclarecimento do sentido). A tal respeito, Cegalla (1980) aponta as seguintes funções para as preposições portuguesas:

- 1) Conectivos subordinativos no caso das reduzidas;
 - 2) Antepõe-se a termos dependentes (objetos indiretos, complementos nominais, adjuntos, etc.) e orações subordinativas;
 - 3) Estabelecem entre os termos as mais diversas relações.
- (CEGALLA, 1980, p. 268-9)

Cegalla (1980) reforça a noção de que as preposições passam nas línguas românicas a assumirem papéis especiais no estabelecimento das relações sintáticas o que, no Latim, era feito por um sistema forte de casos. Reconhece, ademais, o papel de precisar a distinção de dados valores (movimento, modo, finalidade, companhia, entre outros). Seguindo-lhe o raciocínio, a **preposição a** figura como elemento introdutor de subordinadas tais qual: *Ao findar o labor de mais um dia, gozaremos da companhia dos nossos*.

Rocha Lima (1992 [1975]) assegura que há entre as preposições um *continuum* de materialidade de significação, servindo-nos de uma expressão da lógica formal, já que algumas preposições denotam um determinado significado (com vs sem), enquanto existem outras que possuem somente “um sentimento de relação” (*Amarás ao senhor teu Deus*), destacando que o contexto é responsável por designar o valor expressivo da diversidade de relações que as preposições constituem. Rocha Lima (1992 [1975], p.354) também apresenta uma definição pautada na lógica simbólica (antecedente – consequente) acerca das preposições que, segundo ele, “[...] são palavras que subordinam um termo da frase a outro –

o que vale dizer que tornam o segundo dependente do primeiro”, o que nos leva à noção de regime ou regência⁴ (verbal e nominal). A título de exemplo, o autor cita: livro *de versos*, rosa *sem espinhos*, digno *de memória*, casa *para repouso*, estar *no campo*.

Ainda, Rocha Lima (1992 [1975]) esclarece que o esvaziamento de sentido de certas preposições “[...] não têm sentido nenhum, expressando tão-somente, em estado potencial e de forma indeterminada o valor significativo das várias relações que elas têm aptidão para exprimir” (ROCHA LIMA, 1992 [1975], p. 355-356). Nesse sentido, a **preposição a** figuraria entre as preposições que não possuiriam sentido por si só. Tal fato levaria à necessidade de introduzir, por exemplo, a preposição *para* em situações históricas em que deveria figurar a **preposição a** e a contínua diminuição de frequência de estruturas locucionais com essa preposição.

Seguindo adiante, faremos uma abordagem acerca do que nos ensina Cunha e Cintra (2001). Para tais gramáticos, as preposições são definidas como “[...] palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (consequente)” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 551). Na obra dos referidos autores, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, as preposições estão divididas em dois diferentes grupos: um que agrupa as chamadas simples, expressas por um só vocábulo e outro com as compostas, quando constituídas de dois ou mais vocábulos, também conhecidas como locuções prepositivas. Cunha e Cintra (2001) recorrem a critérios semântico-estruturais tais como espaço, tempo e noção para classificarem as preposições, esses critérios são assumidos por nós em nossa análise.

Por fim, recorreremos a Evanildo Bechara (2009, p. 296) e a sua *Moderna Gramática da Língua Portuguesa* para fazer uma leitura sobre a preposição. O gramático considera que a preposição não exerce qualquer papel sintático, a não ser o de índice de função gramatical o qual ela ajuda a introduzir. Trata-se de uma unidade linguística que apresenta certa dependência e, juntamente a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios, assinala as relações gramaticais que exercem no discurso, seja nas orações e/ou em grupos unitários nominais. Tal situação demonstrada pelo autor vê-se claramente quando tratamos de esclarecer a ambiguidade das seguintes estruturas em que estão em oposição o sujeito e o objeto direto [caso reto vs caso oblíquo] no caso de abrupta inversão, relativo à **preposição a**:

1. O caçador matou o leão → Matou ao leão o caçador / o caçador ao leão.

⁴Para maior esclarecimento sobre a natureza da regência, sugerimos a leitura da introdução do *Dicionário prático de regência nominal* de Celso Pedro Luft (2003) em que encontramos um vasto material esclarecedor sobre o assunto.

2. O leão matou o caçador → Matou ao caçador o leão/ o leão ao caçador.
3. Matou o leão o caçador ou Matou o caçador o leão.

Interpretando os exemplos que elaboramos, podemos observar que a **preposição a** evita a interpretação ambígua de (3), já que não caberia ao leitor/ouvinte determinar quem fora o autor da ação expressa pelo verbo, já que o sujeito (caso nominativo) repeliria a preposição, tal qual preceitua a Tradição Gramatical no caso de “É a hora de a onça beber água”.

Por fim, Bechara (2009), ao empreender a definição de preposição sob o caráter semântico, subdivide em dois campos centrais: um é marcado pelo traço da “dinamicidade” (física ou figurada), enquanto o outro, pelos traços de noções “estáticas” e “dinâmicas”, podendo estar relacionada ao espaço e ao tempo. A **preposição a** figura entre aquelas em que a dinamicidade é marcante, relacionando-se à proximidade do campo de chegada, ao lado, por exemplo, de *para*. Como vemos, Bechara (2009) retrata a preposição como num *continuum* entre a significação e não significação, o que nos levaria a postular, nesse sentido, um grau hierárquico semântico reconhecido até mesmo pelos gramáticos normativos.

Por meio da subsecção seguinte, vamos descortinar o atual interesse sobre a preposição, procurando destacar os novos matizes que se dão ao tema à luz de abordagens estruturalistas e também pelo escopo funcionalista, priorizando os olhares que venham a contribuir com os usos que descrevemos e analisamos das preposições na Sócio-história da Língua Portuguesa.

2.1.3 A preposição em estudos linguísticos

Nesta subsecção objetivamos apresentar alguns estudos linguísticos que discorrem sobre a classe das preposições, para tanto recorreremos às discussões encadeadas por autores como Câmara Jr.(1985), Neves (2001), Poggio (2003), assim como Castilho (2003), Ilari e et al (2008), Barreto (2008) e Wiedemer (2013), apontando as principais ideias de cada um, o que comungam e/ou discordam.

Ao discorrer sobre a classe “preposições”, Câmara Jr. (1985) assegura que um traço específico da tipologia das línguas românicas perante o Latim é o desenvolvimento de um sistema de preposições com o intuito de instituir relações de subordinação entre os elementos de uma oração. O autor ainda afirma que o Latim, com a finalidade de subordinar certos complementos ao verbo correspondente, já apresentava um princípio desse sistema, a saber: para indicar a subordinação ao verbo, o nome complemento já aparecia no caso acusativo ou ablativo, juntamente a partícula adverbial que se lhe antecedia; também fixava o elo

subordinativo e demarcava de modo mais satisfatório as condições de dependência. Posteriormente, quando a flexão casual foi suprimida, a marca da subordinação sobre o verbo incidiu tão-somente na preposição. De acordo com Câmara Jr.(1985), a estrutura românica é diferenciada com mais propriedade devido ao uso da preposição a fim de estabelecer a relação nominal, ou seja, a sujeição de um substantivo a outro; o Latim marcava essa subordinação através da flexão de genitivo no substantivo subordinado.

Maria Helena de Moura Neves (2001, p.601) faz referência às preposições como “[...] palavras da língua que atuam especificamente na junção dos elementos do discurso e pertencem ao campo semântico das relações e dos processos”; elas vão ocorrer em um ponto fixo do texto, o que indicará o modo pelo qual se conectam aos elementos que se sobrevêm. É interessante a importância que a autora dá às preposições em geral, uma vez que afirma que, quando se percebe na palavra subordinante a determinação sintática da forma casual, pode-se conceber a *recção*⁵ como subordinação. Assim, não seriam somente os verbos que teriam *recção*, como também as preposições, embora sejam pouco admitidas como elementos subordinantes, pois muitos optam em vê-las como unidade semântico-gramatical subordinada ao grupo preposicionado.

Também, Neves (2001) destaca que, a partir da percepção de que há um certo convívio entre outros traços semânticos/acepções particulares e um significado único, admite-se que as preposições, no quadro de sua gramaticalização, é representada pela divisão em dois extremos: o da gramaticalização menor, que abarca as preposições de sentido unitário, e o da gramaticalização maior, que compreende as preposições nas quais os significados resultam da composição do sentido unitário com os traços semânticos dos dois termos correlacionados.

No livro *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português*, Rosauta Poggio (2003) realiza um estudo histórico a respeito das preposições fundamentado na teoria do Funcionalismo; nesse estudo, ela verificou que, semanticamente, tanto em Latim como em Português, as preposições progridem de um sentido espacial para significados mais abstratos. De acordo com a autora, as preposições são elementos que estabelecem relações e desempenham um papel significativo no ato de comunicar; elas são compostas por partes providas de significação e essenciais para a estrutura linguística, motivo pelo qual são

⁵ Neves (2001) apresenta que *recção* pode ser entendida como a capacidade de reger outras palavras. Os tipos de *recção* apontados por Helbig (1978, citado por NEVES) são: a) a relação de um verbo ou um adjetivo com uma determinada forma casual de um substantivo; b) a relação de um verbo, um adjetivo ou um substantivo com uma preposição; c) a relação de um verbo, um adjetivo ou um substantivo com um grupo preposicional (preposição + substantivo vistos como uma unidade); d) a relação de um verbo, um adjetivo ou um substantivo + preposição como uma forma casual do substantivo ou equivalente; e) relação da preposição com uma forma casual do substantivo ou equivalente; e f) relação de um verbo com um grupo preposicional (preposição + substantivo vistos como uma unidade).

responsáveis pela pluralidade semântica do texto, uma vez que a diferença de sentidos das orações será determinada pela falta ou existência desses elementos. Assim, Poggio (2003) declara que as preposições podem revelar uma gama de resultados contextuais de sentido dentro do discurso. No que tange a esse aspecto, a autora afirma que a dificuldade em discernir os valores semânticos de cada uma das preposições dá-se devido a suavidade verificada nos seus sentidos próprios, o que foi suficiente para que se afirmasse que elas podiam ser consideradas como palavras vazias, no entanto, esse conceito não é mais adotado nos dias atuais, uma vez que a existência de um signo subteme a presença de um significado.

Ataliba de Castilho (2003) apresenta uma abordagem um pouco distinta de outras propostas, ele inclui as preposições, assim como as conjunções, no grupo dos então conhecidos como nexos gramaticais. Segundo o autor, “[...] ambas ligam palavras e sentenças, se diferem porque as preposições em seus usos prototípicos posicionam no espaço os referentes dos termos que relacionam, papel não desempenhado pelas conjunções” (CASTILHO, 2003, p.13). Ainda, o autor considera que as preposições localizam no tempo ou no espaço, os termos que elas ligam, sendo esse o seu sentido básico, além de operarem a fim de realizar a relação assimétrica entre a figura (objeto a ser localizado) e o ponto de referência (referência para localizar o objeto). Castilho (2003) também parte do pressuposto de que as preposições possuem uma definição prototípica, cuja percepção parte das categorias cognitivas de posição, deslocamento, distância e movimento no espaço; tais sentidos prototípicos, pouco a pouco abstratizados, determinariam os empregos oriundos das preposições. Dessa feita, as extensões de sentido e a abstratização, paulatinamente, determinariam novas derivações de significado tanto para a categoria de tempo como para outras ainda mais abstratas.

Rodolfo Ilari et al(2008) evidenciam que, ao longo dos tempos, as preposições passaram por diversas fases determinadas por alguns processos distintos. A fase mais antiga é caracterizada pelo desgaste e desaparecimento de muitas preposições latinas, permanecendo, apenas, uma pequena parte. Assim, nessa fase, para dar maior concretude às preposições antigas que ainda existiam, várias outras foram construídas em combinação com as que haviam sobrevivido, dando “vida” a maioria das preposições simples que existem hoje. Ademais, afirmam que, mediante a observação de algumas propriedades, as preposições simples podem ser classificadas como mais ou menos gramaticalizadas; destacando que as mais gramaticalizadas podem ser aglutinadas a outros elementos linguísticos (*pelo, cocê, ao, àquela, num, etc*), possuem valor semântico complexo e maior frequência que as menos gramaticalizadas, além de atuarem como introdutoras de argumentos e adjuntos do verbo.

Na visão de Rosana Barreto (2008), as preposições são descritas por uma grande maioria de estudiosos como elementos responsáveis por conectar dois termos, o antecedente e o conseqüente; por esse motivo, as preposições são conceituadas como elementos de subordinação, o antecedente configura como o termo regente ou subordinante e o segundo, o conseqüente, o termo regido ou subordinado. Essa relação também corresponde ao fenômeno da referência, já que se aceita um elo de interdependência entre os termos, por se apreender que o antecedente precisa do conseqüente, uma vez que não possui sentido completo.

De acordo com os estudos de Marcos Luiz Wiedemer (2013), na língua latina as preposições eram usadas com o intuito de subordinar o complemento ao verbo, cuja função era reforçar as relações de regência nos casos acusativo e ablativo. Nas línguas românicas ou neolatinas, a exemplo do Português, a perda de casos levou à ampliação do uso das preposições, que também passaram a exercer a função de complementos antes expressos pelos casos dativo e genitivo, como em “*Doceo pueros grammaticam* = Ensino a gramática aos meninos”.

Como vimos, os autores por nós elencados focalizam as preposições de maneiras distintas, sendo que Câmara Jr. (1985) afirma que nas línguas românicas desenvolveu-se um sistema de preposições com o objetivo de estabelecer relações de subordinação entre os elementos de uma oração; enquanto no Latim, o nome complemento já aparecia nos casos acusativo ou ablativo. Tal afirmativa é ressaltada por Wiedemer (2013), ao pontuar que, no Latim, as preposições subordinavam o complemento ao verbo, o que reforça a relação de regência nos casos acusativo e ablativo. Na concepção de Neves (2001), a preposição é vista como uma palavra cuja função é unir dois elementos do discurso, o que Barreto (2008) denominou de conexão entre o antecedente (subordinante) e o conseqüente (subordinado), termos já anunciados e explanados pelos gramáticos Rocha Lima (1992[1975]) e Cunha e Cintra (2001) na subseção anterior. Para Castilho (2003), o sentido básico das preposições é de atuarem como nexos gramaticais que situam no tempo e no espaço os termos conectados. E, por fim, temos a descoberta de Poggio (2003), que consiste na constatação de que em Latim e Português, semanticamente, as preposições progridem de um sentido espacial para acepções mais abstratas; nesse sentido, Ilari et al (2008) classificam as preposições como mais ou menos gramaticalizadas, enquanto Neves (2001) as divide em preposições com gramaticalização maior e com gramaticalização menor.

Em continuação às nossas discussões sobre a classe das preposições, dedicaremos a próxima subseção à **preposição a**, a fim de melhor compreendermos o seu percurso histórico.

2.2 A PREPOSIÇÃO A

Tendo em vista que o objeto deste trabalho trata-se da **preposição a**, serão apresentadas, nesta subseção, algumas considerações acerca da função que esse item linguístico exerce, uma vez que admitiu diversos usos, introduzindo concepções concretas com o sentido de deslocamento (direção, movimento para algum ponto, aproximação), ademais, indica tempo, espaço, finalidade, modo, noção, mudança de estado, entre outros. Para tanto, traçamos, seguindo uma perspectiva histórica, o percurso que a **preposição a** fez desde o Latim Clássico e Vulgar, até as línguas românicas, considerando que essa preposição tem sua origem na forma latina *ad*. Ao estudar a **preposição a** nas línguas românicas temos uma visão de como outras línguas irmãs reinterpretaram os valores da preposição *ad*.

2.2.1 Latim Clássico e Vulgar

Indubitavelmente, a preposição latina que deu origem à **preposição a** foi a forma *ad* que, na passagem para o Português, sofreu redução fonológica a partir da apócope da consoante [-d]. Injustificadamente, Saraiva (1896) supõe (“provavelmente”) que sua origem esteja numa forma hebraica “com a qual convém na forma e no significado” (SARAIVA, 1896, p.21). A. Forcellini (1858) dá-lhe como origem provável a redução da preposição *apud* (*apud*>*ad*) embora reconheça que Genesivs⁶ acredite na origem hebraica.

A preposição latina *ad* entra na composição de formas verbais o que levou alguns gramáticos como Maunoury (1897) a considerá-la como elemento prefixal, como costuma ocorrer nos estudos das preposições gregas. Saraiva (1896) aponta como emprego prototípico de *ad* a atendência, a direção para algum lugar ou para algum objeto, opondo-se às latinas *a* e *ab*. Ao adjungir-se a verbos, tal qual um prefixo, a preposição sofreria mudanças, para tanto, o -d- (a) conserva-se como em *admittere*, (b) assimila-se à consoante radical, como em *accusare*, *affere*, ou (c) desaparece como em *astare*. Guardia (1876) afirma que seu sentido mais definido está em indicar a presença ou a proximidade, bem como a direção, o fim. Entra na formação de diversos brocados e aforismas, indicando em sua maioria, inclusive por metáfora, o termo (do lat. *terminus*), o término ou o fim de algo ou de algum lugar, movimento ou não movimento.

⁶Forcellini (1858) cita esse autor sem maior referência a sua procedência.

Faremos um breve resumo do uso da preposição *ad* na língua latina⁷:

1. Lugar sem movimento equivalendo a junto a: Asia jacet ad meridiem⁸.
2. Lugar com ideia de movimento equivalendo a para: Redire ad suos⁹.
3. Lugar (personificado) com movimento equivalendo a contra: Ad Catilinam¹⁰.
4. Lugar com movimento demonstrando o limite equivalendo a até: Ad summummontis¹¹.
Omnes ad unum¹².
5. Tempo indicando proximidade equivalendo a cerca de: Ad hiemem¹³. Annos ad quadraginta natus¹⁴.
6. Conformidade, segundo: Ad naturam¹⁵.
7. Instrumento equivalendo a com: Eiicere ad manum¹⁶.

Tais usos *mutatis mutandis* vão ser assumidos pela **preposição a** ao longo da história da Língua Portuguesa. Em nosso estudo, apontaremos aqueles usos mais frequentes e os que julgarmos inovadores, como o caso do dito *objeto direto preposicionado*, estilístico em Português, mas quase categórico em Espanhol.

Não se pode falar em uso da preposição *ad* sem fazer uma digressão ao uso do acusativo. Rubio (1983), na obra *Introduccion a la sintaxis estructural del latin*, informa-nos que, em Latim, o acusativo possuía dois empregos mais gerais: o primeiro representaria uma função estreitamente nominal como complemento de verbos, sendo o segundo uma extensão dessa função atingindo a ideia de direção, prolongamento, fim, ou seja, um tipo de acusativo adverbial ao qual estaria a preposição *ad* relacionada.

⁷Na obra *Dicionário latino português*, de Torrinha (1945 [1874], p.15), a preposição latina *ad*, que deu origem a **preposição a** do português, designa: a) quietação- junto de, nas proximidades de, ao pé de, em casa de; b) movimento- em direção a, para, para casa de, a, contra; c) tempo- a aproximação de, até. “Do sentido de ‘em direção a’, ‘aproximação de’ resultaram as acepções seguintes; d) em relação a, conforme, em comparação de, em proporção de; e) cerca de, pouco mais ou menos (com um nome numeral); f) quanto a, no tocante a”. Ainda, segundo Faria (1962, p.27), no *Dicionário escolar latino-português*, a como preposição indica: aproximação, direção para (quase sempre com ideia de movimento) e refere-se tanto ao espaço como ao tempo. Exprime: 1- circunstância de lugar: a, para, até; 2- com nomes de cidades e pequenas ilhas, indica direção ou a chegada nas proximidades das mesmas; 3- sentido temporal: até, em, durante, por, dentro de; 4- proximidade em seus vários aspectos: perto de, junto de, em casa de, diante de (sem ideia de adição); 5- ideia de adição.

⁸ A Ásia situa-se (jaz) junto ao meridiano, junto ao centro.

⁹ Voltar aos seus.

¹⁰ Contra Catilina.

¹¹ Ao alto do monte.

¹² Todos para um.

¹³ Próximo ao inverno.

¹⁴ Nasceu cerca de quarenta anos.

¹⁵ Segundo a natureza.

¹⁶ Construir a mão.

Mormente, há de se considerar que o *acusativo adverbial* estaria como forma suplementar do antigo “caso locativo” e que a preposição, tal qual seu nome o indica, estaria ligada à raiz verbal, como acontece no grego. À vista disso temos:

(1)EoRomam

(2)**A**deoRomam

O *acusativo adverbial* procuraria responder a duas perguntas “quo” e “ubi” já que em tais construções aparecem a preposição *ad*. Esta, por sua vez, possuía uma particularidade semântica, embora compartilhasse com *in* a possibilidade de responder à questão “quo”. *Ad* indicaria que o sujeito de fato não entrou no local indicado: *ad tribunal venit litigator*¹⁷ apenas diz-se que o querelante veio às portas, ou seja, ante o tribunal; enquanto que *in tribunal venit iudex*, isto é, o juiz não só foi, mas entrou no tribunal. Nessa acepção, *ad* opunha-se às preposições latinas: *ab* (a) e *ex*. No entanto, no Latim Arcaico, a preposição *ob* era a forma prevalente.

Em relação à preposição *ad* respondendo à pergunta “ubi” (onde), destaca-se a ideia de proximidade. Devemos salientar que a preposição *in* e não *ad* era usada em caso de deslocamento e permanência, enquanto a *ad* se atribui ou se procurava atribuir a ideia de proximidade.

(3)*Ad urbem venire*

(4)*Ad urbem esse*

Como observa Rubio (1983), em Latim, o sentido do verbo, muitas vezes, bastaria para retratar “a permanência” ou “a movimentação”, o que traria reflexos em línguas como espanhol e francês: *Je suis à Madrid. Je vais a Madrid. Estoy a Madrid. Voy a Madrid*. Nesses casos, o emprego da preposição faz-se em menor grau de relevância, já que o verbo em si representaria a oposição [permanência vs movimentação], o que produziria certa opacidade em relação à **preposição a**. É importante frisar que tais situações geram novas estratégias de fuga da opacidade, como ocorre no “reforço” da expressão “junto a”: *Fizemos uma reclamação ao Banco vs Fizemos uma reclamação junto ao Banco*¹⁸.

¹⁷ O litigante veio ao tribunal.

¹⁸ A respeito de tal uso, veja-se a “censura/sanção” que é feita sobre a vernaculidade de tal emprego, o que denota, a estilo do gramático Probus, non sed. <https://exame.abril.com.br/carreira/quando-e-certo-usar-a-expressao-junto-a/>.

No Latim Vulgar, a preposição *ad*, a esse respeito testemunham Dubois, Mitterand e Dauzat (1993 [1964]), passaria a indicar também o complemento verbal, mantendo como possibilidade a ideia de movimento em relação a um ponto espacial ou temporal, num evidente caso de desbotamento em que o item gramatical *ad* passa a assumir apenas a função de distinguir, cessado o forte sistema casual do Latim Clássico, quem é o sujeito e quem não é o sujeito de uma oração. Reflexos dessa nova configuração no Latim Vulgar atuariam, séculos mais tarde, no Espanhol como regra para reconhecimento de um acusativo [+animado].

Voltar-se ao Latim para nele observar a existência, a recorrência e a diferença de um dado fenômeno nas línguas românicas não se trata de uma mera digressão, mas revela a necessidade de entender como usos linguísticos se mantêm ou são construídos com base em elementos de estágios do passado. Tal percepção das realidades das línguas nos conduz a procurar, do mesmo modo, que traços foram conservados e quais foram acrescentados às línguas românicas para compreendermos que a mudança linguística ocorre num logo processo de conservação e manutenção e a análise por entre as línguas românicas pode nos favorecer tal compreensão.

2.2.2 Línguas românicas

A comparação entre usos linguísticos nas línguas românicas nos ajuda a: (a) descortinar as opções que são preferidas pelas línguas irmãs, (b) entender os processos de reinterpretação e reconfiguração da “herança” latina e (c) compreender fenômenos também encontrados em nosso vernáculo, considerando a mútua influência entre as línguas neolatinas (LORENZO, 1987).

Para a presente análise do uso da **preposição a**, vamos considerar os aspectos comparativos estabelecidos entre o Português e o Espanhol, bem como o Francês e o Italiano; no entanto, lançaremos mão também de comparações com outras línguas românicas, tais como o Romeno e o Sardo.

A persistência do valor espacial da *preposição ad* do latim nas línguas românicas foi inegável, dado que o acusativo (objeto direto) teria perdido, por volta do século VIII, seu valor de caso (WARTBURG, 1966). Nesse sentido, o que é inovador nas línguas neolatinas é o fato de a **preposição a** (*ad* > *a*) figurar como elemento demarcador do ‘dativo’ [“aliquid do *alicui*”, ou seja, “dar algo a *alguém*”]. Em outros termos, a preposição *ad* não possuía tal função no Latim Arcaico nem no Clássico, isto é, não se construía com dativo e, quando se referia a pessoa, poderia lançar mão da preposição *ad* como elemento prefixal, como ocorria

no grego: *ad-esseamicis*¹⁹ ou com a estratégia do duplo acusativo (um de objeto e outra de pessoa), mas ambos sem a preposição *ad*.

Se compararmos o Espanhol, o Italiano e o Francês, veremos que algumas delas conservam o uso da **preposição a** seguindo a origem latina, havendo, no Francês, um uso mais abrangente, traço que a língua francesa levaria a outras como uma espécie de adstrato cultural²⁰. A esse respeito, André Martinet (1979), ao redigir sua *Grammaire Fonctionnelle du Français*, dedicou uma seção de seu estudo relacionando-a por excelência ao dativo. Para Martinet (1979, p.173), o francês acentuaria a oposição [+ animado] vs [- animado] marcada pela presença vs ausência da preposição *à*.

No entanto, o uso da **preposição a** seria marcante na România, em especial no Espanhol. De fato, o uso dessa preposição em contextos que poderia haver confusão (nos casos de inversão sintática) entre o sujeito e o objetivo direto (nominativo vs acusativo) é um dos aspectos sintáticos marcantes em línguas ibéricas como o Espanhol e o Português, mas também comum a outras românicas como o Sardo, o Calabrês e o Corso.

(5) He visto a tu padre.

(6) He visto a tu casa.

(7) Buscar agua.

(8) Temer al agua

Em (5) e (6), podemos ver claramente a oposição entre a categoria [+animado] vs a categoria [-animado], já que “padre” opõe-se a “casa”. No caso dos exemplos (7) e (8), o contraste faz-se de forma discursiva, já que em (8) “agua” é algo para se temer, logo, um ser que pode exercer ação efetiva sobre outro; diferentemente do exemplo (7), no qual “agua” é, apenas, um elemento a ser buscado. Tal perspectiva sustenta-se na observação feita por Vidos (1996, p.297).

Em relação ao Sardo (VIDOS, 1996), a oposição dá-se da mesma forma, demonstrando que tal emprego não seria uma influência do Espanhol, mas sim de línguas irmãs, um uso, certamente, presente no Latim Vulgar. De mesma sorte, no Português, existe a possibilidade de se fazer o emprego da **preposição a** nas mesmas condições, ou seja, quando o objeto direto for um ser [+animado], como no exemplo (9).

(9) Amar a Deus.

¹⁹Em português, assistir aos amigos. Para maiores detalhes dessa relação de *ad-* prefixal e o dativo, sugerimos a leitura de Ernout e Thomas (1953), *Syntaxe Latine*.

²⁰ Ter amigos ou estar com amigos.

Esse uso do Espanhol aparece também no Catalão, como nos exemplos que foram recolhidos de Verdaguer (VIDOS, 1996).

(10) Visitava als malats

(11) Socorria als pobres de Jesucrist

No Italiano, podemos ver as seguintes construções:

(12) L'avitivistu a me frati?

(13) Chiámeque a Nicola

(14) A tte te bábitu

Ana M^a Brito et al (2010, p.228) destacam os usos da **preposição a** ao elaborarem um breve esboço comparativo entre línguas românicas, elencando: “o ‘a’ expressão de dativo (*Dei o livro a Pedro*), o ‘a’ locativo (*Vou a Paris*) e o ‘a’ temporal (*Sairei ao meio-dia*)”. Os autores assinalam que esses três valores são equivalentes em quatro línguas românicas (Português, Espanhol, Italiano e Francês); no entanto, o Francês distingue-se das demais por expressar valores de posse e de determinação que nas outras três são expressos por *de*, *em*, *com* e seus equivalentes. O uso da preposição entre o verbo e um objeto direto (acusativo preposicional) é percebido no Espanhol, enquanto que no Português seu emprego é raro, exceto se o objeto for um pronome pessoal acentuado (*Ele só conhece a mim*); no Italiano e Francês essas formas não são empregadas. Por sua vez, os valores locativos da **preposição a** no PB referem-se às variedades formais da língua; para os usos mais informais, seja na fala ou na escrita, o usual é a preposição “em” (*Chegamos em casa*; *Sentei na mesa*). Também, no Espanhol e Italiano, a **preposição a** é utilizada com o infinitivo introduzido por um verbo de movimento (*Voy a visitar la ciudad*; *Vado a visitar la città*); enquanto que no Português e Francês tal uso não ocorre.

O estudo da **preposição a** nas línguas românicas apresenta-nos uma visão de como outras línguas da mesma “família” reinterpretaram os valores da preposição *ad* vinda do Latim.

Mediante o exposto, em síntese temos que a **preposição a** do Português teve origem na preposição latina *ad*. Além disso, no nosso estudo, apontamos os usos mais frequentes e alguns inovadores dessa preposição, como é o caso do objeto direto preposicionado. Ainda, em Latim, o sentido do verbo, muitas vezes, bastaria para demonstrar a permanência ou a movimentação, o que traria reflexos em línguas como Espanhol e Francês. Salientamos

também que o valor espacial da preposição *ad* no latim permaneceu nas línguas românicas e que entre as funções da **preposição a** nas línguas românicas está a de expressar dativo, locativo e temporal.

Após tais reflexões, vamos, na subseção seguinte, descrever e analisar como se dá o comportamento da **preposição a** em nossa língua.

2.3 A PREPOSIÇÃO A NO PORTUGUÊS

Trataremos, nesta subseção, de apresentar uma descrição sobre os usos da **preposição a** em dicionários documentados em diferentes séculos e em algumas gramáticas. Tais documentos correspondem a registros de ações humanas, datados e localizados em tempos e espaços específicos; revelam o contexto histórico de uma determinada época, pois manifestam e evidenciam costumes, valores e ideologias. Os acontecimentos sócio-históricos, principalmente os associados à formação do pensamento linguístico, motivaram a composição dos compêndios gramaticais, bem como dos dicionários. Estes, por sua vez, correspondem a um material rico em informações sobre o léxico. Também destacamos os estudos de determinados autores que discorrem sobre a **preposição a** sob a égide da tradição gramatical e da tradição linguística, considerando alguns estudos contemporâneos como os de Poggio (2003) e Wiedemer (2013).

2.3.1 Dicionários

A **preposição a** possui diferentes valores semânticos e, com a finalidade de apresentar algumas descrições dos usos dessa preposição, selecionamos registros apontados em dicionários dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI. A busca de informações nos dicionários mostra-nos como em dada época os estudiosos avaliavam determinados usos, chancelando-os, apontando-os como inovadores ou conservadores e até apresentando censura sobre eles. Nesse sentido, respeitando a ordem cronológica, vamos fazer uma análise crítico-interpretativa de dicionários em Português.

Conforme Raphael Bluteau (1728), em seu *Vocabulario portuguez latino*, a **preposição a** é um pronome articular demonstrativo do gênero feminino, no número singular e pode figurar em algumas situações em Língua Portuguesa, tais como:

- a) Ao anteceder um verbo no infinitivo, forma com ela uma estrutura complexa: *Aprender a tanger algum instrumento de corda*;
- b) Ao anteceder um nome, responde à pergunta “ubi”: *Estar assentado a mesa*; indica movimento: *Andar a pé* e sugere modo ou maneira: *Andar a grandes passos*.

Afeiçoado à norma latina, Bluteau (1728) procura apresentar a **preposição a** seguindo a noção de que a preposição entraria na formação do “acusativo adverbial”, a fim de facilitar-lhe a versão e a retroversão, atividades comuns às aulas de Latim de seu tempo.

Antônio de Moraes Silva (1789, p.07), bem ao espírito beletrista do século XVIII, inicia sua descrição por meio da prática (comum na atualidade) da regressão etimológica; tal preposição advém do latim *–ad* e “[...] indica várias relações do objecto significado pelo nome a que se junta, a saber: de paciente, ou objectivo do verbo; De termo da acção; Determina o lugar para onde alguma cousa, ou alguma pessoa se move; O modo; O lugar onde”. Vemos que Moraes(1789) inova em relação a Bluteau (1728) ao apresentar a função sintática fora da perspectiva latina do *ad+acusativo* como acusativo adverbial. Desse modo, reconhece que a **preposição a** estaria nas construções que antes pertenciam ao acusativo e ao dativo. Além disso, mantém os sentidos que a preposição ajuda a construir.

Curiosamente, Luiz Maria da Silva Pinto, em seu *Diccionario da Língua Brasileira* (1832), acrescenta informações prosódicas ao descrever a **preposição a**. Para o autor, a **preposição a** é indicativa de relações de coisas ou pessoas significadas pelo nome (ex.: *Fui a casa*; *Dei a Pedro*). Segundo ele, os clássicos antigos uniam esta preposição ao artigo feminino e escreviam **aa**; o que hoje é suprido pelo uso somente do artigo **a** craseado, a fim de alongar a pronúncia. Para Pinto (1832), a forma **à** resultante da contração deveria ser alongada, característica não fonológica do Português.

Recorreremos a um dicionário de sinônimos para verificar nele a possível variação entre a **preposição a** e *preposição para* e, para tanto, usamos o texto de Rocha Pombo (2011 [1933], p. 526), *Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa*. Segundo o dicionarista, bons escritores da língua não costumam diferenciar o uso de *a* e *para* com o intuito de exprimir relação de locativo; no entanto, afirma que ninguém dirá que as expressões “Vou **a** Lisboa” e “Vou **para** Lisboa” tem o mesmo valor. Ambas as preposições empregam-se, pois, com os verbos *ir*, *vir*, *dirigir-se*, *encaminhar-se*, *levar*, *trazer*, e alguns outros que designam movimento; o *ir para* algum lugar dá para entender a intenção de demorar um pouco ou de uma estada longa e, às vezes, para sempre, o que, no entanto, não exclui a ideia de regresso. Desse modo, a **preposição a** seria um deslocamento de menor duração, resultando num

“retorno mais breve”. Tal distinção seria mantida por algumas décadas por cultores de nossa língua²¹, uma manutenção forçosa, sem amparo nos “bons escritores” de nossa língua.

No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o dicionarista Antônio Houaiss (2009) assinala que a **preposição a** se relaciona por subordinação e expressa:

1. Movimento direcionado: Foram **ao** banco;
2. Tempo: **A** que horas?
3. Fim ou finalidade: Sair **a** passeio;
4. Modo, meio ou instrumento: Trancar **a** chave;
5. Lugar: **À** mesa;
6. Conformidade: Que sai **aos** seus;
7. Distância: Está **a** 200 m;
8. Direção (no tempo, no espaço ou limite nocional): Daqui **a** três meses. De Salvador **a** Brasília. De mal **a** pior;
9. Perífrases com valor de continuidade: Dispor-se **a** ouvir;
10. Introdução às subordinadas reduzidas de infinitivo (final, condicional): Correu **a** saber as novidades

Entre os dicionários consultados, apenas Pozzoli (2008) no *Dicionário Barsa*, dá destaque ao que os gramáticos gregos e latinos primavam por destacar; a natureza prefixal de *ad>a*:

1. Movimento para, aproximação como em adjacente, adjunto;
2. Afastamento como em aversão (isto é, *ad vertere*, mudar o rumo, reverter).

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2009), no *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, afirma que a preposição advinda do latim *ad-* < *prep. de acusativo* indica aproximação, direção, aumento, acrescentamento, mudança de estado, transformação, etc. Do mesmo modo, exprime inúmeras relações entre palavras, podendo substituir, de modo mais ou menos adequado, várias outras preposições. Tem como principais empregos:

1. Introduzir complementos ou adjuntos de verbos, substantivos e adjetivos;

²¹Luís A. P. Victoria em seu manual intitulado “Como se deve dizer e como não se deve dizer (1961), sustentaria sem argumentos a distinção de *a* e *para*.

2. Reger expletivamente o objeto direto de verbos, quando este é substantivo próprio;
3. Reger verbo no infinitivo, e entra na construção de formas verbais perifrásticas que tem valor de gerúndio;
4. É elemento primordial em locuções adverbiais.

Em suma, esta subseção apresentou os usos da **preposição a** segundo dicionários datados em várias épocas. Entre os usos relacionados, destaca-se que no século XVIII essa preposição expressava relação com o nome, movimento para algum lugar e o modo. No século XIX, além de indicar a relação de coisas ou pessoas significadas pelo nome, denotava proximidade, movimento, tempo, proporção etc. Ainda, nos séculos XX e XXI, designava/designa aproximação, direção, ideia de adição, tempo, espaço, relação de locativo, também expressa finalidade, modo/meio, distância, mudança de estado, além de assumir outros empregos como reger objeto direto de verbo, em perífrases antes de infinitivo e com verbos que designam movimento. Assim, para acrescer a análise acerca do objeto da pesquisa, serão apresentadas algumas reflexões que perpassam pela Tradição Gramatical com base em gramáticos responsáveis pela formação do nosso ideário de purismo linguístico: Rocha Lima, Cunha e Cintra, Bechara e Brito.

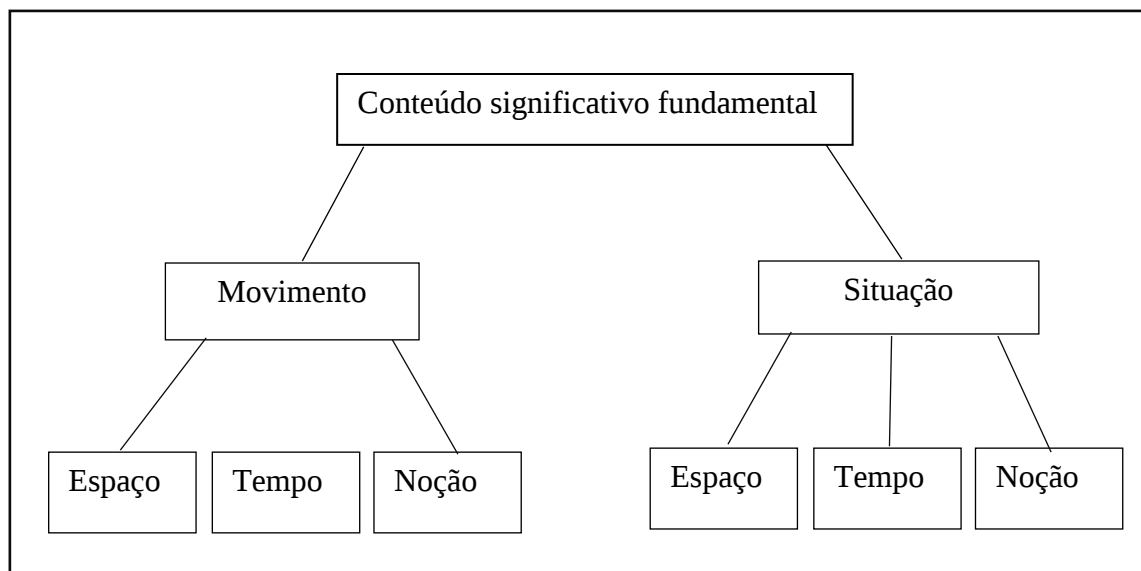
2.3.2 Na tradição gramatical

Para esta subseção selecionamos algumas gramáticas da Tradição gramatical a fim de refletirmos sobre a abordagem que autores como Rocha Lima (1992 [1975]), Cunha e Cintra (1975) e Bechara (2009) fazem a respeito do nosso objeto de pesquisa, a **preposição a**, em suas obras, a exemplo da *Gramática descritiva* de Rocha Lima (1992 [1975]), apresentadas cronologicamente, partindo de anos mais anteriores até os mais atuais.

Vamos externar a visão de Celso Cunha (1975) em sua *Gramática da Língua Portuguesa*, na qual as preposições são responsáveis por apontar uma gama de usos variados dentro do discurso, sendo que, para cada uma delas tem-se a possibilidade de designar “uma significação fundamental”, pautando-se a alegada significação em noções de SITUAÇÃO e MOVIMENTO, ambas empregadas nos sentidos (a) espacial, (b) temporal e (c) nocional, conforme a Figura 1²²

²² Para a elaboração de Figuras, seguimos a NBR 14724/2011.

Figura 1- Esquema representativo dos valores semânticos da **preposição a**



Fonte: SILVA, 2005.

O resumo esquemático proposto por Cunha (1975) de forma adequada representa os valores da **preposição a**, traduzindo os que estariam mais próximos e, por conseguinte, mais distante do uso típico, normal, previsível, exemplar, característico e mais frequente. Desse modo, a **preposição a**, como demonstra Cunha (1975), teria como função prototípica a noção mais concreta de espaço, afastando-se dela numa ampliação semântica até a extensão de sentido que se encaminha para a noção. Traduzindo o esquema por meio de equações teríamos: a) movimento-espço, b) movimento-tempo e c) movimento-noção ao lado de a) situação-espço, b) situação-tempo e c) situação-noção.

Em sua *Gramática normativa da língua portuguesa*, Rocha Lima (1992 [1975], p.322) assinala que a **preposição a** atua como elemento de conexão quer “introduzindo o objeto indireto”, a quem ele se refere como “correspondendo ao emprego normal do dativo latino”, quer introduzindo o objeto direto “preposicional”, função em que a **preposição a** encontra-se esvaziada de seu sentido, num uso meramente estilístico em termos sociolinguísticos. Para o autor, a **preposição a** figuraria entre as que a Nomenclatura Gramatical Brasileira considera “essenciais”, isto é, originaram-se do velho latim, sofrendo algumas alterações.

Ainda, o gramático destaca a ideia de “regime” nas situações em que tal preposição “completa” determinados adjetivos e transfere ao ato de completar a força da disposição de ânimo, a proximidade, a semelhança e a concomitância, ou seja, apresenta um critério semântico em relação ao emprego da referida preposição. Por fim, acrescenta a participação da **preposição a** em construções que vão além dos casos da formação das reduzidas e das inúmeras locuções adverbiais (às vezes, às cegas, às claras, às pressas, de repente etc). Como

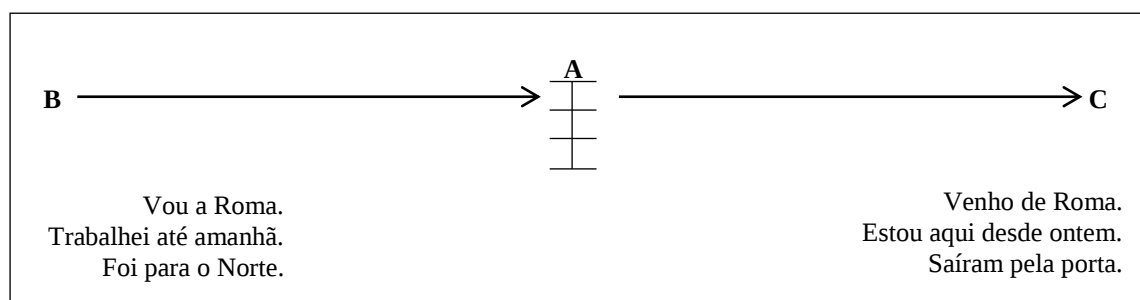
vimos, o uso da **preposição a** implica a compreensão de que tal elemento gramatical figura em construções que vão além da conexão *intravocabular*, o que, de certa forma, depõe contra a tradicional divisão entre os conectores: preposição vs conjunção.

Na obra *Nova gramática do português contemporâneo*, Cunha e Cintra retomam em 2001 as questões abordadas por Cunha em 1975. Em relação ao “movimento”, a **preposição a** demonstraria a direção a um limite; assim, nos exemplos, “Ir **ao** Porto” significa “até o Porto”, considerando o Porto como o limite da ação verbal. Da mesma sorte, “Ir **à** hora marcada” significa que a hora marcada foi, portanto, o limite da ação de ir. Em relação à noção, temos diversas expressões idiomáticas e muitas delas com correspondência no antigo Latim, por exemplo: *O professor explicou o conteúdo a náusea*, isto é, *até à náusea* (até enjoar= *usque* (até) *ad nauseam*).

Ademais, Cunha e Cintra (2001) destacam que a **preposição a** apresenta uma particularidade em relação a suas “rivals” históricas (em e para) o que a torna singular na România Nova; o fato de representar ora o movimento e a ausência do movimento: *Vou a Roma a tempo* (= pontualmente, no tempo marcado).

Não podemos deixar passar despercebido o fato de que Cunha e Cintra (2001) evidenciam o caráter delimitador da **preposição a**. Certamente, afeitos aos estudos históricos, os dois, ora no papel de gramáticos e ambos filólogos, dão destaque a característica supérstite da **preposição a**, matiz que não foi apagada pelo passar dos tempos: a noção de delimitação (espacial, temporal e nocional)²³. Nesse percurso, enfatizam os gramáticos que, na expressão de relações preposicionais com ideia de movimento, importa levar em conta um ponto limite (A), em referência ao qual o movimento será de aproximação ($B \rightarrow A$) ou de afastamento ($A \rightarrow C$), conforme Figura 2:

Figura 2- Oposição entre a **preposição a** e a preposição de conforme o critério aproximação-afastamento



Fonte: CUNHA E CINTRA, 2001.

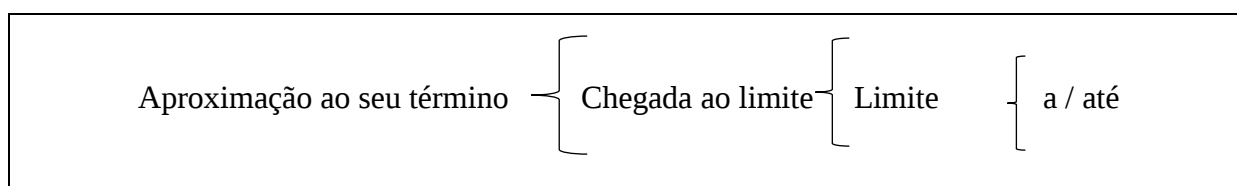
²³Para maior aprofundamento da questão, sugerimos a leitura de Meillet e Vendryes (1953, p. 554-555), *Traite de Grammaire Comparée des Langues Classiques*.

Passemos ao exame de outra fonte de pesquisa, a *Moderna Gramática do Português*, editada em 2009, por Bechara. Além das tradicionais relações entre os verbos e complementos, Bechara (2009) preocupa-se com as “circunstâncias” em que a **preposição a** figura como elemento introdutor. O gramático cita nove “valores”, a saber: (BECHARA, 2009, p. 317)

1. Movimento ou extensão: *Levei-os **ao** Banco do Brasil.*
2. Tempo em que uma coisa sucede: *Ia por ali **às** vezes.*
3. Fim ou destino: *Tocar **à** missa.*
4. Meio, instrumento, modo. Fechar ***à** chave*, Falar ***aos** gritos*, andar *acaval*o.
5. Lugar, aproximação, contiguidade, exposição a um agente físico: *Estar **à** janela.*
6. Semelhança, conformidade: Falou ***ao** modo bíblico.*
7. Distribuição proporcional, gradação: *Um **aum**.*
8. Preço: *A **um** real.*
9. Posse. Tomou o pulso ***ao** doente.* (do doente).

Bechara (2009) reitera a ideia de limite/delimitação já apontada por autores como Cunha e Cintra (2001). Tal aspecto da **preposição a** parece ser a mais saliente, já que os gramáticos esmeram-se em trazê-la em destaque. O referido autor apresenta o seguinte esquema para representar o traço semântico da **preposição a**:

Figura 3- A **preposição a** e seu papel limitador



Fonte: BECHARA, 2009, p. 293. (adaptada)

Nesta subseção, vimos que alguns autores da tradição gramatical caracterizam a **preposição a** unicamente com a função de conectar palavras e que o valor das suas relações são expressas através do contexto. Seguindo esse raciocínio, a **preposição a** pode exprimir diversas relações como: movimento, proximidade, posição, direção, tempo e distância e, ainda, agregar os valores de locativo, temporal e exprimir o dativo (quem recebe o benefício ou o malefício). Na próxima subseção, com o propósito de complementar esse olhar sobre a **preposição a** na Sócio-história do Português, serão trazidas considerações realizadas no

âmbito da Tradição Linguística, a partir da visão de Monteiro (1931), Ilari et al (2008) e Neves (2011).

2.3.3 Na tradição linguística

Nesta subseção, discutimos, dentro dos postulados estruturalista e funcionalista, a percepção dos usos da **preposição a** na História da Língua Portuguesa. Por esquema interpretativo, aplicamo-nos em identificar em cada autor e obra investigados três aspectos: a forma, o sentido e a função. De tempos em tempos, no âmbito das Ciências Humanas, surge a necessidade de confrontarmos teorias encontrando nesse confronto elementos que corroboram ou refutam a análise empreendida sobre dado fenômeno, no caso a **preposição a**, com a finalidade de compreendermos melhor como se nos descortina a “realidade” a qual observamos à luz da evolução científica de nosso tempo. Assim, justificamos que nossa análise não se trata de diletantismo acadêmico, mas de uma busca de formas interpretativas que possam, por enquanto, dar cabo do estudo realizado.

Na tradição linguística temos Monteiro (1931) que traz destaque ao fenômeno correspondente à expansão das funções da **preposição a** para os casos do Latim, no qual a partícula *ad* era utilizada tanto para indicar a concepção de repouso como de movimento. Também, o autor ressalta que na passagem do Latim para o Português, deve-se observar que, além de indicar lugares, a **preposição a** passou a indicar seres animados.

Ao tratar da **preposição a**, Ilari et al (2008), no texto “A preposição”, publicado na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, reitera que a **preposição a** já está gramaticalizada em Português, mas que pode “realizar tarefas” mais gramaticais, até então não previstas na passagem do Latim para o Português, tais como introduzir argumentos dos verbos, por exemplo, demonstrando uma opção estilística do falante, tal como o objeto direto dito preposicionado. Além disso, essa preposição pode fundir-se com artigos, pronomes e advérbios de lugar, enquanto elementos de uma sentença, compondo uma única palavra; do mesmo modo, atribui ao termo a que se refere uma noção de ponto final de um percurso, atuando com um verbo de movimento, que tem como sujeito um regulador do estado de coisas. Vejamos os exemplos utilizados pelo autor: “*Ele já ia à escola da manhã quando eu comecei trabalhar.*” e “*Eu quase não vou ao cinema*” (ILARI et al, 2008, p. 85). Pelo exposto, podemos ver que, segundo o autor, a **preposição a** encontra-se gramaticalizada, conservando a ideia de “delimitação de percurso”, mas passou a compor estruturas em que o objeto direto é visto como uma entidade personificada e não mero objeto ou coisa,

característica que poderia ser própria do dativo latino. Quanto a sua função, atribui à estrutura que lhe segue a força de um advérbio.

Com base na Teoria Funcionalista, Castilho²⁴ (2010) afirma que as preposições latinas, entre elas a **preposição a**, regramaticalizaram-se. No caso específico da **preposição a**, no momento em que se juntou a outros elementos da língua (advérbios, substantivos, adjetivos), passou a “encabeçar” estruturas locucionais, figurando em estruturas que vieram a se cristalizar em nosso vernáculo. Para Castilho (2010), a **preposição a** está em processo de permuta no Português do Brasil com as preposições “para” ou “em”, o que levará ao desaparecimento da primeira. A substituição de *a* por *para* deu-se pelo processo de recategorização, uma vez que “*a* provem do latim *ad*; reforçada por outra preposição latina, *per*, donde *perad*> português arcaico *pera*>português moderno *para*.” (CASTILHO, 2010, p.590). Nesse sentido, Castilho (2010) considera a **preposição a** como gramaticalizada, mas vê-se que, ao longo da história de nossa língua, essa preposição passou a integrar numerosas locuções e, atualmente, encontra-se em “rivalidade” com a preposição *para*, de cuja formação faz parte.

Em sua *Gramática de usos do português*, Neves (2011, p.605-621) informa-nos que na **preposição a** destacam-se o ponto de chegada ou ponto de referência ou meta, assim dispostos:

1. Com verbos com sentido [+dinâmico] indicando aproximação (“*Colei os braços ao corpo*”). ou movimento em direção a um lugar (*Sáímos para ir ao cinema, ela adiante com Silvia, eu e Seu Camilo.*).
2. Com elementos proximais ao locativo, verbos [+dinâmico] indicando mudança de lugar com direção ([...] *conduzindo-me a um canto, perguntou se eu apreciaria como protetor tão bonito pedaço de homem.*).
3. Com verbos [- dinâmico] indicando situação, equivalendo à *preposição em* (*Antônio Carlos já estava a bordo, para dar suas ordens.*)
4. Com substantivos, indicando direção: (“*Como o objetivo da viagem aos E.U. A. era só não obter os carimbos.*”)
5. De termo (limite) de movimento (“*A gente vai de Belém a Altamira pelo rio, um rio grande chamado Xingu.*”)

²⁴ Barbosa (apud Castilho, 2010), com fundamento na teoria localista, reconhece duas classes de preposições; a primeira refere-se as de estado e existência, a segunda as de ação e movimento, sendo está última a que a **preposição a** está inserida. Nessa classe toda ação é um movimento, seja ele real ou virtual, com princípio (de onde parte), meio (por onde passa) e fim (para onde se dirige). Para o autor, o sentido comum a todas as preposições é o de localização no espaço ou no tempo.

Do mesmo modo, no que tange à **preposição a**, Neves (2011) salienta que tal preposição pode fazer referência a um ponto final ou de chegada; ademais é utilizada com verbos mais dinâmicos que indicam aproximação e movimento em direção a um lugar, ainda, com verbos menos dinâmicos, tem equivalência com a preposição “em”.

Entre as mais recentes pesquisas realizadas acerca das preposições, devemos citar os estudos de Poggio (2003). Essa autora assegura que, ao contrário do que afirmam gramáticos como J. Soares Barbosa (1866) e Napoleão Mendes de Almeida (1999), pois ambos concordam que as preposições são elementos vazios de sentido, elas têm significação própria, pois, já que a preposição é um signo linguístico, possui tanto significante como um significado. Esses signos linguísticos indicam relações denominadas de “destinatário”, “matéria”, “lugar”, “tempo”, “causa”, “instrumento”, “posse”, “finalidade”, entre outros, e cada preposição pode expressar mais de uma dessas relações (POGGIO, 2003, p.123). No tocante à **preposição a**, Poggio (2003) afirma que a preposição latina *ad* provém do indo-europeu *ad*, mas não se sabe a que classe pertencia. Era utilizada no Latim regendo o caso acusativo para expressar os conceitos de “direção”, “movimento para algum ponto”, “aproximação” e “junção de alguma coisa”. Conforme Poggio (2003, p.93):

Assim o desenvolvimento do uso da preposição foi paralelo à redução da declinação. Esse desenvolvimento teve seu início em relações concretas (de lugar, de tempo, de instrumento, de causa, de origem etc.) e os casos que as expressavam se enfraqueceram, chegando a desaparecer. (POGGIO, 2003, p.93)

A pesquisadora funcionalista ressalta que os sentidos da preposição latina *ad* foram mantidos na **preposição a** da Língua Portuguesa, embora concorra com *para*. No que concerne aos sentidos latinos equivalentes, em relação aos usos da **preposição a**, a autora cita exemplos²⁵ encontrados nos *Diálogos de São Gregório, corpora* de sua pesquisa (POGGIO, 2003).

Com base na leitura do complexo estudo realizado por Poggio (2003), vimos que a **preposição a** é um signo linguístico que expressa diversas relações, como lugar, tempo, conceito de direção, movimento para algum ponto, aproximação e junção, seguindo uma escala contínua e progressiva. A partícula *ad* já se apresentava no Latim com certa variação, podendo ser empregada tanto com objetos inanimados como animados, este indicando o

²⁵ Em relação à direção no espaço, Poggio (2003) cita: “*Enton o bispo Castorio veo ao moesteiro*(1, 5, 60) que corresponde ao original latino: “*tunc ad monasterium venite piscopus* (1, 29, 4-5)”. Quanto à direção no tempo, aparece em sua pesquisa: “*aa hora de comer non poderon aver senon cinque pães përa darem aos frades a comer* (2, 21,3), ou em latim “*ad refectiois horam fratribus invenire potuissent* (2, 110, 17-18)” A citação é de responsabilidade total da pesquisadora.

projeto que a ação se dirige. Tal situação de instabilidade anunciada teria evidentes reflexos nos usos nas línguas românicas, no Português e no Espanhol assumiria tal preposição valores nunca vistos na România, bem como entraria em inúmeras locuções (adverbiais e conjuntivas) inexistentes em Latim e até formaria, em atitude de complexidade, um elemento ausente na língua mãe: a preposição *para*²⁶.

Em um estudo de cunho funcionalista, abordando a gramaticalização da **preposição a** e sua interferência nos casos de “rivalidade” com *em* e *para*, Ironildes Santos França (2006) chega às seguintes conclusões:

1. A **preposição a** situa-se num processo de formação de locuções, sendo uma das preposições mais produtivas de nossa língua;
2. A **preposição a** também é a que mais sofreu desbotamento semântico, indo desde a noção espacial a um uso meramente estilístico, sustentando-se na língua em situações cristalizadas, como em “*Amará ao Senhor teu Deus*”;
3. A **preposição a**, no decorrer dos séculos XIV, XVI e XVII, construiu um percurso semântico que tem demonstrado que tal item gramatical encontra-se em alto grau de abstratização, pois seu uso vem sendo, geralmente, atrelado a diversas significações, partindo do mais concreto ao mais abstrato, numa escala contínua e progressiva: ESPAÇO → TEMPO → QUALIDADE²⁷.

De acordo com Wiedemer (2013), é pertinente pontuar alguns usos da preposição *ad*, que surgem no latim clássico já se mostrando com uma determinada variação. Essa preposição poderia tanto ser empregada com objeto animado, como inanimado, sendo que, com o primeiro, *ad*, direcionava a um determinado ponto para o qual a ação deveria se encaminhar, bem com o conferia posição de destaque ao objeto. Tal distinção entre os usos da preposição *ad* pode, portanto, caracterizar uma possível indicação de uma atual variação sincrônica nas preposições da Língua Portuguesa.

Nesta subseção, refletimos sobre a compreensão quanto aos usos da **preposição a** para a Tradição Linguística, perpassando pelos estudos de alguns linguistas que, a respeito da **preposição a**, defenderam as seguintes afirmações: Ilari et al (2008) ratificaram que, no

²⁶ Embora não seja o escopo de nosso estudo, temos que assinalar que a preposição *para* constituiu-se da adjunção de *per* (preposição genuinamente latina) e *ad* (preposição também genuinamente latina). O Antigo Português registrou a forma *pera*, que se tornou arcaísmo a partir do século XVII, passando em Português a vigir a forma *para*, criada por assimilação regressiva ou metafoia (do alemão Umlaut) que, entretanto, não ficou incólume às forças do tempo: *para* > *pra* > *pa*, tal qual podemos verificar no Corpus do Português Popular de Vitória da Conquista.

²⁷ Dentro de nossa abordagem, chamamo-la de NOÇÃO.

Português, essa preposição está gramaticalizada; nas palavras de Castilho (2010), ela regramaticalizou-se ao se juntar com outros elementos, encabeçando estruturas locucionais. Na visão de Neves (2011), a **preposição a** faz referência tanto a um ponto final quanto a um de chegada, além do seu uso com verbos de movimento. Tal preposição, de acordo com Poggio (2003), manteve o sentido da latina *ad*, embora disputa com a preposição *para*; assertiva reafirmada por França (2006) ao apontar a rivalidade entre *em* e *para*. Em suas colocações, Wiedemer (2013) sinalizou que alguns usos da preposição *ad* no latim clássico já se mostravam com determinada variação. Feitas essas considerações, traremos, na próxima seção, as teorias que nortearam nossas discussões no decorrer deste escrito.

3 HORIZONTE TEÓRICO

Segundo Leônidas Hegenberg (1973), um dos principais objetivos das ciências é o de oferecer explicações aos acontecimentos e às regularidades observadas pelo homem. Dentro do escopo das Ciências Sociais, as elucidações podem se voltar para o ponto em que padrões observados por outros pesquisadores se aplicam em suas pesquisas. Assim posto, tal objetivo poderia nos conduzir à formulação de leis, ainda, de todo não abandonadas em postulados das Ciências Sociais²⁸. Por outro lado, a postulação de generalizações ou a observância de padrões podem substituir leis por princípios em que figurem, numa ação conciliatória e conciliadora, algumas inserções também científicas feitas pelas Ciências Sociais, tais como os motivos de alguns atos numa série de projeções a que podemos chamar de motivacionais ou funcionais. É nesse sentido que, em nossa revisão teórica, abordamos os fundamentos da Sócio-história e da Teoria Funcionalista, seus princípios basilares, procurando interpretar o uso da **preposição a** na História da Língua Portuguesa.

Faz parte do aparato teórico que elegemos para compor nossa análise interpretativa a tríade *forma, sentido e função*, acrescentando-lhe a perspectiva discursivo-funcional. Tal assunção teórica também se faz por influência de Mariângela Rios de Oliveira e Sebastião José Votre (2009), os quais nos asseguram que combinar fatores torna-se justificável pela diversidade de motivações (o que coincide com a proposta de Hegenberg para as interpretações dentro do escopo das Ciências Sociais) que estão em jogo no próprio uso linguístico.

Nas próximas subseções, serão apresentados tópicos fundamentais sobre a teoria necessária à nossa análise.

3.1 CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

*“Da mudança que as lingoas fazem per discurso de tempo:
Assi como em todas as cousas humanas ha continua
mudança & alteração, assihetambem nas lingoages”.*
Duarte Nunez de Lião²⁹

A abordagem sócio-histórica a respeito do fenômeno linguístico perpassa pelo fato de que uma língua mantém relação com a história da sociedade em que ela se constituiu, pois

²⁸ Vejamos a Lei dos Mercados ou a Lei dos Três Estados, ainda, tenazmente estudadas no século XXI.

²⁹ A “*Origem da Lingoa Portuguesa*” está disponível em edição fac-similar na coleção virtual da Biblioteca Nacional de Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/50/>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

cada estado da língua resulta de um extenso (e contínuo) processo histórico. Conforme declara Jorge A. da Silva et al (2017), a história social e econômica do Brasil estão intrinsecamente relacionadas com a variedade de língua que, tanto brancos, brancos de origem lusitana, negros, índios e brancos “empobrecidos”, utilizam como modo de expressão. A respeito dessa afirmativa, Araújo e Araújo (2009) relatam que no processo de colonização brasileira houve um significativo número de indivíduos colocados diante do que os autores denominaram de “fragmentação linguística”, que consiste na exposição desses indivíduos a diferentes línguas, “[...] de modo que se fazia necessária a adoção de uma língua em comum, enquanto instrumento de comunicação” (p.100).

No que tange a relação entre língua e sociedade, Fernando Tarallo (2005) parte do princípio de que a língua pode ser definida numa perspectiva que consiste em compreendê-la como um fato social, um sistema convencionado que os utentes adquirem a partir do convívio social, estando, consequentemente, suscetível a variações de ordem morfossintática, fonológica, semântica e/ou estilística. Ao acrescentar a dimensão histórica, Tarallo (2005, p.64) argumenta que essa dimensão se justifica porque “[...] a estrutura de uma língua somente será totalmente entendida à medida que se compreendam efetivamente os processos históricos de sua configuração.”

Teresa Leal Pereira (2004) afirma que a complexidade da mudança linguística procede da natureza dos sistemas das categorias linguísticas que compreendem estruturas fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais, semânticas, pragmáticas e discursivas que convivem não somente com o sistema conceptual humano, bem como os fatores sociais da época e eventos históricos.

Baseada nessas discussões, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008) revela que a Linguística Histórica trata-se da área da linguística que, no decorrer do tempo histórico, busca interpretar as mudanças fônicas, morfológicas, sintáticas e semântico-lexicais, em “[...] que uma língua ou uma família ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinado espaço geográfico e em determinado território, não necessariamente contínuo” (p.08).

Com a publicação da obra *Socio-Historical Linguistics*, Suzanne Romaine (2009 [1982]) expõe que as pesquisas de cunho histórico passaram, mais uma vez, a despertar a atenção dos estudiosos. Ao pesquisar fenômenos linguísticos em textos antigos, a autora notou que os registros escritos também apresentavam indícios de variação linguística da mesma maneira que a língua falada apresenta. Para Mattos e Silva (2008), uma questão encontra-se ainda pendente, é a relação fala/escrita na documentação do passado, pois, para alguns autores, “[...] a linguística histórica é a história da língua escrita, mas sem a fala não se

escreve, pode-se entrever ou entreouvir a voz através dos textos” (p.20). No início do século XIX, foi a língua escrita que forneceu informações a respeito dos estágios evolutivos das línguas, todavia, tanto a escrita como a fala são importantes fontes de dados para as investigações linguísticas, uma vez que ambas constituem formas diferentes de caracterizar a mesma língua.

Ao trabalharmos com textos escritos de três séculos distintos, nos deparamos com a influência de acontecimentos históricos que compuseram esses períodos. Para melhor compreendermos tais intervenções, cabe discorrer, de maneira breve, sobre as principais ideias difundidas nos séculos XIX, XX e XXI. Assim, recorrendo a história temos, no Brasil, na segunda metade do século XIX, a instituição de um discurso nacional levantado por membros da elite brasileira, esta era composta por intelectuais que ansiavam modernizar o percurso que o Brasil enquanto nação deveria seguir. Já o século XX foi caracterizado pela urbanização, pois a dinâmica social e espacial definiu o período através de um modo de vida mais urbano. Tinha-se uma sociedade marcada por inúmeras transformações que incidiram na produção, no consumo, nas relações sociais, políticas e culturais. Com a chegada do século XXI, o mundo tornou-se mais globalizado e trouxe significativas mudanças, como o progresso tecnológico e a importância dada à informação. O crescimento econômico possibilitou a ampliação das relações do Brasil com outros países se intensificou os avanços sociais sucedidos nas últimas décadas. Todos esses fatos, de alguma forma, influenciaram às mudanças sofridas pela nossa língua.

Em sequência ao nosso embasamento teórico, passemos às discussões que permeiam o Funcionalismo linguístico.

3.2 FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

O conceito de Funcionalismo em Linguística foi inicialmente proposto nos trabalhos da Escola Linguística de Praga que constituiu um referencial importante para a formulação do conteúdo programático do Funcionalismo. No surgimento da Linguística Funcional houve uma intervenção muito significativa da análise linguística de acordo como aplicava-se na Escola de Praga; assim, a relação teórica existente entre os dois se instituiu ao evidenciar o sistema linguístico influenciado por aspectos pragmático-discursivos, isto é, desde a concepção de que a língua, por exercer uma função comunicativa, impulsiona a criação de estratégias que vão além dos limites da sua organização interna realizada apenas por elementos formais/linguísticos.

Também, posteriormente, a definição de Funcionalismo foi apresentada nos estudos de Michael Halliday (1985). Esse linguista sinalizou a presença de algumas variações que, enquanto teorias, ao longo do tempo, conseguiram alcançar uma maior compreensão e serem mais elaboradas. Para Halliday, na gramática funcional não se pode considerar as formas da língua como um fim em si mesmas, mas, sim, como um recurso utilizado com o objetivo de alcançar um determinado propósito, pois o mais importante é averiguar a maneira como os significados são difundidos. Essa é a principal definição básica para o termo "função" dentro do Funcionalismo, segundo esse teórico. De tal modo, os teóricos do Funcionalismo, com o intuito de distinguir a forma e a função, investigam o uso da língua na sociedade, como se procedem as mudanças e de que maneira a gramática se desenvolve a partir dessas mudanças que ocorrem tanto no seu interior como no discurso.

No Funcionalismo norte-americano dá-se ênfase aos fenômenos de gramaticalização e tem como principal representante Talmy Givón (1995), cuja proposta tem a finalidade de evidenciar que as relações gramaticais são definidas por indeterminação e gradação; portanto, não concebem categorias que agem de forma contida. Para o referido autor, a natureza precisa e abstrata da construção sintática é destacada à medida que as investigações são executadas com fundamento no Funcionalismo.

A língua, dentro do Funcionalismo, é entendida como um sistema heterogêneo, que sofrerá variações e mudanças de acordo com as necessidades comunicativas dos indivíduos nas suas relações sociais. Além disso, não é vista como uma estrutura presumida e estável é, pois, avaliada a começar pelas situações comunicativas e mediante a função que exerce dentro da construção frasal.

O Funcionalismo, ao entender a linguagem como um instrumento de interação social, analisa a motivação para os fatos da língua na conjuntura discursiva; dessa feita, a estrutura gramatical terá uma estreita relação com a forma como a língua é utilizada, levando em consideração o que se deseja expressar, em que contexto está acontecendo a interação entre os interlocutores, uma vez que essa estrutura justifica-se pela situação comunicativa. É válido acrescentar, ainda, que a Linguística Funcional também está ligada ao estudo “histórico dos fatos linguísticos”, uma vez que essa teoria procura tornar clara a forma como o uso da língua e sua função variam no tempo.

De acordo com Erolilde Pezzati (2004), na concepção funcionalista “[...] a linguagem é vista como uma ferramenta cuja forma se adapta às funções que exerce e, desse modo, ela pode ser explicada somente com base nessas funções, que são, em última análise, comunicativas” (PEZZATI, 2004, p.168). O estudo do fenômeno linguístico, na visão

funcionalista, tem como referencial o uso real da língua, a gramática que, por sua vez, é entendida como resultado da interação entre os falantes. Esse interagir vai favorecer as condições de elaboração da gramática validada a partir dos usos linguístico-discursivos nas ações comunicativas. Destarte, William Edward Du Bois(1985) conceitua a gramática de uma língua como um sistema constituído pelas regularidades advindas com as pressões de uso.

Outro importante ponto a ser analisado no quadro do Funcionalismo Linguístico é a definição de gramática emergente. Tal proposta de gramática está estreitamente relacionada a Paul Hopper (1998), visto que, como funcionalista, o estudioso trabalha com a convicção de que a língua, além de dinâmica, fica vulnerável diante da mudança. Nesse sentido, o linguista também discute a questão sobre a capacidade de a gramática assimilar e concretizar as mudanças frequentes que acometem a língua.

A ideia acerca da noção de gramática emergente tem origem na compreensão da língua enquanto objeto social que vai se modificando conforme o uso, assim, essa visão acerca do termo “emergente” está entrelaçada a uma noção de gramática que é constituída e resultante do discurso e, conseqüentemente, das demandas que esse discurso impõe. A gramática emergente, segundo a definição proposta por Hopper (1998, p.157) propaga “[...] a incompletude essencial de uma língua”, o equivale dizer que é “[...] uma estrutura que não está nunca fixa, nunca determinada, mas está constantemente aberta e em fluxo”.

Ao tratarmos da história da **preposição a** na Língua Portuguesa, sob uma perspectiva funcional, procuramos investigar-lhe a frequência de uso, considerando que a **preposição a**, inicialmente, possuía seu uso associado à noção de espaço, mas que, ao longo do tempo, assumiu outras funções como a acepção temporal e noções discursivas, passando a compor diversas locuções em que o grau de abstratização verifica-se de maneira acentuada. Nesse sentido, aspectos formais, semânticos e discursivos estão em jogo no processo contínuo de extensão de sentido da **preposição a** na história de nosso vernáculo, tomando-se com ponto de análise o texto escrito em jornais (*A Penna e Tribuna do Sertão*) do interior do estado da Bahia, numa perspectiva de três séculos (XIX, XX e XXI).

3.2.1 Forma, função e sentido: reflexões sobre a preposição a

No que tange à Língua Portuguesa, Câmara Jr. (1985) salienta que a junção dos critérios mórfico, sintático e semântico, aos quais chamamos de morfossemânticos, devem ser adotados como fundamentos para a classificação dos vocábulos formais, pois, através deles, torna-se viável estabelecer uma divisão rigorosa entre os vocábulos, o que facilitaria tanto sua

compreensão quanto sua sistematização. Em que pese a opinião desse renomado linguista brasileiro, vamos nessa subseção apresentar noções sintéticas de forma, sentido e função, relacionando tais noções ao fenômeno por nós estudado: a **preposição a** e sua história na Língua Portuguesa.

Desde o século IV a.C., Aristóteles apontava que a correlação entre forma e função era o princípio que rege o funcionalismo. Na interpretação dos linguistas de Praga, no que tange a relação forma-função, eles já revelavam o plurifuncionalismo; podendo haver uma correspondência biunívoca entre forma e função, “pode haver a equivalência funcional – com uma função sendo comunicada por vários meios, ou o plurifuncionalismo, com um meio e várias funções.” (MACEDO, 1998, p.77)

Para José Rebouças Macambira (1982), o primeiro critério formal a ser analisado seria a pertença da palavra à dada categoria. Pensando assim, com a finalidade de classificar as palavras, utiliza-se como critério básico o mórfico ou o formal, levando em consideração as oposições formais que as palavras admitem para assinalar as categorias gramaticais (*flexão*) ou para conceber novas palavras (*derivação*). Para o linguista, a tradição gramatical advinda das reflexões da gramática greco-latina não precisou suficientemente os critérios formais de categorização, produzindo critérios mistos, o que resultaria em pouca clareza classificatória.

Em relação à forma, Cunha (1975) afirma que as preposições podem ser simples ou compostas. Quando expressas por um único vocábulo são chamadas de simples; ao serem constituídas de dois ou mais vocábulos, sendo o último uma preposição simples, formam as compostas ou locuções prepositivas. O autor ainda destaca que, quanto ao sentido, as palavras ligadas por preposições podem indicar:

a) ideia de movimento em sua totalidade.

-Ao refeitório, sem demora!

b) situação e movimento podem ser considerados em relação ao espaço, ao tempo e à noção.

Espacial- Vão de uma alma para outra.

Temporal- Quando formos para a casa.

Nocional- Um dia, meia dúzia de rapazes libertinos...

No caso da **preposição a**, a tradição gramatical conferiu-lhe espaço entre as palavras ditas invariáveis, ao mesmo tempo que postulou para ela a possibilidade não só de combinação (como ocorre com outras preposições), mas também de contração (como ocorre

como o fenômeno da crase). Seguindo o tipo de análise empreendida por critérios funcionais, urge compreender formalmente em quais tipos de construções a **preposição a** figura, indicando-lhe, portanto, as possibilidades. Destarte, propomos analisar as estruturas possíveis com a **preposição a**, pautando-nos nas seguintes fórmulas:

[Prep.a + Art. + Nome]
 [Prep.a + Pron. Relativo]
 [Prep.a+ Pron. Demonstrativo]
 [Prep.a + Art. + Pron. Possessivo]
 [Prep.a+ Pron. Indefinido]
 [Prep.a+Verbo]
 [Prep.a+ Art. + Numeral]
 [Prep.a+Advérbio]
 [Prep.a+ Art. + Adjetivo]
 [Prep.a+ Artigo Definido]
 [Prep.a+Artigo Indefinido]

Em relação à função, podemos afirmar que se trata da relação sintática em que um termo da oração está subordinado a outro desta mesma oração. Também refere-se a função desempenhada por um dos componentes linguísticos num conjunto que apresenta interdependência: sujeito (do verbo), objeto direto (do verbo), adjunto adnominal (de um nome). Assim, entende-se por função, a relação constituída entre dois elementos que se associam, sendo que essa relação, no entanto, só pode ser determinada a partir de uma análise.

Subtendemos, com base nessa afirmativa, que não existe função fora do contexto frasal/ da estrutura. Em um sentido mais amplo, uma sílaba adquire uma função em relação a outra sílaba, um morfema contrai uma função relacionada a outro, e assim por diante. Neste contexto, é a função que uma palavra exerce em um grupo de palavras e a relação que ela estabelece com outras formas linguísticas que deve nortear a sua classificação.

Para Cunha (1975, p.511), quanto à função, as preposições consistem em vocábulos gramaticais que relacionam dois termos de uma oração, são eles: o antecedente e o conseqüente, o sentido do primeiro se completa com o sentido do segundo, numa relação entre o “elemento regente” e o “elemento regido”, tais como:

<i>ANTECEDENTE</i>	<i>PREPOSIÇÃO</i>	<i>CONSEQUENTE</i>
Foi	a	Roma

Dessa forma, a **preposição a** entra na composição das seguintes estruturas sintáticas:

- a) Objeto indireto (correspondendo ao dativo)
- b) Complemento nominal (correspondendo ao genitivo)
- c) Adjunto adverbial (correspondendo ao ablativo)
- d) Objeto direto preposicionado (correspondendo aos casos de duplo acusativo)

Em relação ao objeto direto preposicionado, devemos notar que ele corresponde a um uso que está em declínio na Língua Portuguesa, considerando que sua utilização depende de uma avaliação do objeto direto por sua natureza [+ humano]. Nesse caso, a **preposição a** figuraria num nível alto de consciência estilística ou de monitoramento, pois poderia ser facilmente excluída sem prejuízo à compreensão, como em “*amar a Deus*”. Destarte, construções com essa forma de objeto direto entraria em estruturas cristalizadas, nas quais a **preposição a** apenas atuaria como um elemento expletivo do ponto de vista funcional, mas indicativo de [+humano] apenas no registro literário ou no estilo formal oratório.

No que tange ao critério semântico, Macambira (1982), baseado numa perspectiva histórica, afirma que sua definição está intrinsecamente relacionada ao significado, ainda que a correlação não seja total. O autor ainda traz à *baila* que a palavra carrega consigo dois tipos de sentido ou significação, o gramatical e o lexical.

No que concerne ao campo lexical, refere-se ao sentido básico reproduzido em todos os componentes de um paradigma, como em *lindo, linda, lindos, lindas, lindeza, lindamente*, entre outros, e se consolida na forma [lind], no qual o significado pode ser modificado através de prefixos e sufixos. A respeito do sentido que diferencia os vários componentes de um paradigma, como o número, o gênero, os tempos verbais e as pessoas é denominado de gramatical. Também, sobre a distinção do que é lexical ou gramatical, Macambira (1982) argumenta:

Gramatical é o que distingue, uns dos outros, os diversos membros de um paradigma, como o singular *sertão* e o plural *sertões*, o masculino *aluno* e o feminino *aluna*, o presente *amo* e o passado *amei*. **Lexical** é o sentido básico, que se conserva inalterado em todos os membros do paradigma, como em *belo, bela, belos, belas, embelezo, embelezas, embeleza, belamente, beleza, beldade*, e que se consubstancia na forma *bel-*. (MACAMBIRA, 1982,19, grifos do autor).

Em relação à **preposição a**, podemos postular que ela traga consigo a ideia de movimento, o qual passaria a se estender, metaforicamente, acrescentando-lhe outros. Assim, a **preposição a**, por exemplo, pode exprimir relações das quais só se percebe o ponto limite do movimento ou situação, como em *Nos trópicos vive-se exposto ao sol*. (CUNHA, 1975, p.511)

A essa ideia poderiam ser acrescentadas outras, tais como algumas propostas por Ney (1958) e Cunha (1975):

- a) Matéria
- b) Causa
- c) Distância
- d) Distribuição
- e) Estado
- f) Fim
- g) Frequência
- h) Limite
- i) Medida
- j) Meio
- k) Modo
- l) Posição
- m) Prazo
- n) Quantidade
- o) Preço

Ao tratarmos da análise dos dados, recorreremos a questões pouco esclarecidas nessa subseção, visto que é naquela (seção 5) parte de nosso estudo que havemos de discorrer, analiticamente, sobre os padrões de uso e os usos cristalizados em que a **preposição a** entra na formação.

3.3 A GRAMATICALIZAÇÃO

A teoria da gramaticalização, bastante desenvolvida nas últimas duas décadas, tornou-se um dos temas mais discutidos na investigação funcionalista atual, pois se propõe a rastrear o percurso de surgimento de palavras gramaticais. O estudo desse tema revigorou as pesquisas sobre mudança linguística no âmbito do Funcionalismo, sendo que o processo de gramaticalização foi considerado, entre vários fatores, como um argumento essencial.

A datar do ano de 1970, a gramaticalização passa a figurar como pauta das investigações funcionalistas com o intuito de se verificar e restabelecer a história de uma língua e, ainda, estabelecer possíveis relações entre estruturas linguísticas atuais e em uso contra outros modelos linguísticos outrora usados ou em desuso.

Segundo Neves (2001), o emprego do termo gramaticalização teve início na China, no século X, mas só foi introduzido no Ocidente no século XX por Meillet (1948 [1912], p.131), que o empregou para atribuir a “passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical”, demonstrando que não se tratava de uma mera equação metacrônica ($A > B > C$), mas, na verdade, um processo que ocorre em uma transição gradual entre as classes, supondo, portanto, estágios menos previsíveis e tão matematicamente consolidados. Aquele estudioso observou que em todos os casos nos quais se podiam conhecer a primeira origem de uma forma gramatical, essa se tratava de uma palavra lexical. Para Meillet (1948 [1912]), o valor significativo de um elemento linguístico decresce cada vez que ele é empregado, tornando-se desgastado devido à recorrência do uso, assim, são concebidas novas formas gramaticais, resultantes da necessidade de se expressar com maior força no momento da fala e em virtude desse esgotamento progressivo das palavras.

Desse modo, portanto, do processo de gramaticalização decorre um esvaziamento que conduz uma construção a mudar de uma estrutura independente na língua para um instrumento gramatical; como exemplo, citamos a passagem de nomes, verbos e adjetivos (palavras de uma categoria gramatical plena) a preposições, advérbios, auxiliares (palavras que compõem à classe das categorias gramaticais). Esse fenômeno explicaria o surgimento de formas compostas de *sum* (ser) que passariam de verbo pleno a “auxiliar”: *Sum* (sou/estou). *Sum laudatus* (fui louvado).

Parece óbvio que, em nosso estudo, não nos limitaríamos a demonstrar como a preposição latina *ad* transformou-se na portuguesa *a*, nem aventar outra possibilidade para discutir que uma preposição já no Latim tenha se tornado também uma preposição no Português. O que nos propomos fazer é compreender como um elemento gramatical passa a assumir gradualmente (ou em graus hierárquicos demonstráveis) sentidos em novas construções da língua, desde os usos canônicos até os casos de cristalização (como o objeto direto preposicionado) e nos casos de formação de locuções (como os adjuntos adverbiais que passam a ter estruturas fixas na língua, como “escrever *a* mão, redigir *a* mão”). Para tanto, vamos recorrer a Givón (1995) o qual, a esse respeito, desenvolveu estudos que objetivaram perceber a gramática por um novo viés, alicerçada na gramaticalização³⁰ não como abordagem teleológica, mas como uma característica inerente aos sistemas linguísticos.

³⁰Quando fazemos uma análise do uso do termo gramaticalização, percebemos certo desencontro quanto ao uso da expressão adequada para nominar tal processo. Alguns optam por denominá-lo de apagamento semântico, condensação, gramaticalização ou gramaticização; outros o intitulam como enfraquecimento semântico, esvaziamento semântico, morfologização, redução, entre outros. Apesar da diversidade de termos, é notório o

Assim, Givón (1995) indica que as estruturas linguísticas têm propensão de assumir padrões cada vez mais gramaticais e fixos, partindo da ideia de que a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem. Ademais, Givón (1995) é responsável pela postulação de um *continuum* de gramaticalização que se tornou bastante recursivo na teoria: a inclusão do módulo do discurso nesse *continuum* tornou-se o ponto de partida para a mudança que, segundo o autor, ocorre do modo PRAGMÁTICO para o modo SINTÁTICO, também via gramaticalização. Tal *continuum* é assim descrito:

DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO

Para Heine (2004), quando a gramaticalização se firmou como quadro teórico, inicialmente suas suposições estavam vinculadas ao “paradigma do localismo”, em que expressões que indicam espaço são mais básicas e servem de modelo estrutural para as demais. Com a evolução da aplicação do termo, Mário Martellota (2011) poria em evidência a gramaticalização como um processo relativo à mudança linguística unidirecional, no qual itens lexicais e construções sintáticas, em certos contextos, admitem funções gramaticais e também exercem novos papéis, assim que são gramaticalizados.

A gramaticalização, em concordância com Hopper e Traugott (2003, p.01), perpassa pela compreensão de que se trata de um processo por meio do qual alguns “[...] itens e construções lexicais passam, em certos contextos linguísticos, a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”. Nesse sentido, podemos postular que a **preposição a** seja a mais profícua na formação de estruturas cristalizadas na língua, sendo uma espécie de *coringa* entre as outras preposições.

Desse modo, as reflexões realizadas no decorrer desta subseção possibilitam compreender a gramaticalização como um processo de produção contínua da língua, no qual as formas linguísticas passam por mudanças que intervêm nas suas propriedades semânticas, funcionais e morfológicas. Assim, a abordagem sobre a gramaticalização concorda com a premissa de que ela possui um vínculo direto com a mudança linguística, uma vez que procede do movimento em que algumas formas adquirem novas funções na língua, ou novas especificações ou nuances, concorrendo com outras que já possuíam a mesma aplicabilidade. É a partir de um processo como esse que se verifica a convivência, bem como o confronto entre formas novas e velhas, o que não significa que essas últimas serão exclusas. Vimos que a literatura apresentada até aqui compreende a gramaticalização como um processo

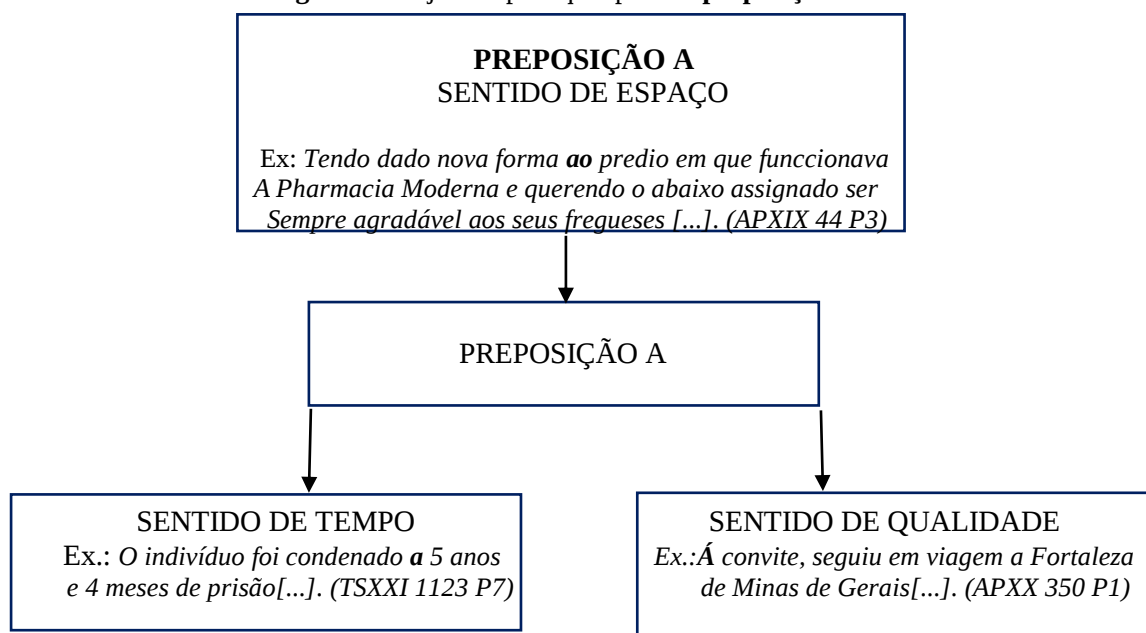
consenso em relação à essência do que consiste esse processo e, em geral, a grande maioria dos autores tem optado por denominá-lo mesmo como gramaticalização, termo que assumimos em nosso estudo.

elucidativo sobre a mudança linguística, que se dá através de um *continuum*.

Verticalizando para o nosso trabalho, vemos que a **preposição a**, inicialmente, indicativa de lugar aonde (*quo* – lugar com movimento), assumiu, nas línguas românicas, valores inauditos no Português, chegando ao ponto de indicar lugar onde (*ubi* – lugar sem movimento) como na estrutura cunhada à francesa e perpetuada na linguagem cartorial, mesmo que sobre ela pesem as sanções de iminentes defensores da língua vernácula: *Situado à rua Maria Quitéria*. Costumeiramente, é a preposição *em* que ocupa o lugar da **preposição a**, mas nesse caso de uso cristalizado verificamos o inverso.

Quanto ao percurso da **preposição a**, Pontes (1992) demonstra que primeiramente tem-se o sentido de base de ESPAÇO, que está cedendo lugar para a acepção TEMPORAL, este, por sua vez, admite a passagem para sentidos mais abstratos (correspondente à qualidade, conforme veremos na escala de abstratização metafórica). Para uma melhor compreensão desse percurso, dispomo-lo em formato de esquema, como segue a Figura 4. Os exemplos foram retirados dos *corpora* de nossa pesquisa.

Figura 4- Trajetória pela qual passa a **preposição a**.



Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Conforme o esquema apresentado, verificamos que o trajeto percorrido pela **preposição a** se configura de acordo com a afirmação de Pontes (1992), do sentido de espaço para tempo e do sentido de tempo para o de qualidade, ou seja, mais abstrato.

3.4 ABSTRATIZAÇÃO DA **PREPOSIÇÃO A** E OS CASOS DAS LOCUÇÕES ADVERBIAIS

Como já tivemos oportunidade de enunciar, a **preposição a** é uma das preposições mais profícuas na formação de locuções adverbiais, ocupando até mesmo espaços em que poderiam figurar outras preposições tais como em “*feito a enxada*” (com a ideia de instrumento) até compondo a regência de certos verbos tais como no caso de “*residir a*” (sem ideia de movimento). Destarte, uma forma linguística que, mormente, possuía a ideia de lugar (*quo*) passa, paulatinamente, a assumir outras significações, até mesmo estilística, como no caso do objeto direto preposicionado, segundo a tradição gramatical. Devemos, então, perguntar que motivações fizeram com que os usuários do Português passassem a estender os sentidos da **preposição a** até que ela atingisse construções ocupadas por outras preposições. A discussão ora empreendida servirá de base para comentarmos em tempo vindouro as locuções adverbiais e conjuntivas formadas pela **preposição a** encontradas nos *corpora* que analisamos.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de mencionar os processos de transferência metafórica e a abstratização, uma vez que tais reflexões são indispensáveis para nossas discussões, principalmente no que tange à natureza gradual da mudança.

O processo de gramaticalização consegue esclarecer e identificar **como** e **por que** as categorias gramaticais surgiram e se desenvolveram ao longo do tempo. Podemos afirmar, com base na teoria dos protótipos, que uma dada categoria vai afastando-se do seu núcleo conceptual ao mesmo tempo em que, de maneira gradativa, vai aproximando-se de outro. Essa ideia corrobora com o argumento de que junto as perdas, vão ocorrendo gradualmente os ganhos. Nessa perspectiva, podemos postular que, ao mesmo tempo que a **preposição a** encontra seus espaços invadidos pela preposição *em* e *para*³¹, ela também invade, metaforicamente, espaços daquelas preposições.

De acordo com a análise de Eve Sweetser (1988, p.400), em determinados casos, o sentido original pode ser apagado ou substituído por um sentido ou função totalmente distinto do original; para a autora, essa é a razão pelo qual não considera o termo *desbotamento* como o mais adequado para representar o fenômeno em foco, torna-se preferível o termo *abstratização*. Por sua vez, Neves (2001, p.131) afirma que “o processo de gramaticalização envolve abstratização, já que o significado não-gramatical pode ser descrito como mais concreto do que o significado gramatical.” Ao compreendemos a gramaticalização como um

³¹A análise empreendida por nós provou, ao contrário, pouca ocorrência significativa da “rivalidade” entre “a” e “para”, a despeito do que afirma Castilho (2010).

continuum, podemos também postular que um elemento gramaticalizado possa sofrer alterações, mudando sua força enunciativa, a qual passa a figurar em novo contexto ou em maior frequência. Se considerarmos a metáfora como elemento crucial ao processo de abstratização, vamos utilizá-la para explicar a abstratização da expressão “*à baila*” designativa de “levantar uma questão”. Ora, a expressão completa seria estar/trazer/vir à baila, ou seja, alguém conduziria alguém a uma festividade pública, mostrando-a a todos, fazendo-a visível, já que ao baile todos se mostram quando dançam. Assim, apagada a forma verbal e mesmo desconhecendo a etimologia da expressão cristalizada, o utente empregaria “à baila” completamente fora de seu contexto de origem, equivalendo a “a propósito”. O mesmo se daria com outras tantas expressões em que a **preposição a** encontra-se como elemento impulsionador da função adverbial: *à beça* (muito), *à cega lagarta* (ao acaso), *a dois passos* (perto), *a gatas* (custosamente), *à vela* (completamente nu), desse modo a preposição se coloca a serviço de construções cristalizadas na língua, mesmo que o falante possa não compreender (ou não refletir) os elementos que entram em jogo na composição.

Por conseguinte, por possuir uma noção um tanto vasta, a abstração pode ser entendida de diversas formas. Heine et al (1991) apontam três empregos do termo *abstração*(>abstratização), que são: a abstração generalizadora, a abstração isoladora e a abstração metafórica, sendo a última a mais relevante para o processo de gramaticalização. Em consonância com os autores, através de algumas categorias básicas, podemos compreender a escala (disposta abaixo) relativa de abstração metafórica:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Por meio de tal esquema, vemos claramente o caso que se dá com a preposição nos processos de sua construção, começando com a ideia de espaço, expandindo-se para o tempo até chegar a qualidade.

Os elementos que compõem essa escala são prototípicos e estabelecem propriedades de conceptualização que são de suma importância para estruturar as nossas experiências em termos cognitivos. Há, entre eles, uma relação de abstratização metafórica; assim, qualquer elemento mais à esquerda serve para conceitualizar outro à sua direita. Ressaltamos que a organização das categorias, bem como a mudança, seguem os padrões da unidirecionalidade.

Sobre o princípio da unidirecionalidade, de acordo com Heine et al (1991), as estruturas menos gramaticais podem vir a tornar-se mais gramaticais, porém, não o contrário, uma vez

que, na concepção dos autores, a desgramaticalização e a regramaticalização sucedem de modo irrelevante.

Segundo Castilho (1997), um item linguístico que primeiro foi utilizado com um sentido mais concreto pode, a partir de processos metafóricos unidirecionais, ser empregado para expressar significados mais abstratos, assim, para o autor, a metáfora constitui um processo unidirecional de abstratização crescente.

Partindo das características presentes na escala apresentada por Heine et al (1991), podemos observar que a metáfora trata da relação de permuta entre esferas conceituais, além de perpassar pela indicação de uma figura de linguagem e sugerir uma gama de acepções. No ponto de vista de outros autores como Bybee e Pagliuca (1985, p.59), a metáfora é um dos meios fundamentais para o processo de enfraquecimento do conteúdo semântico. Heine et al (1991, p.45) consideram a metáfora como um dos principais processos que estão implícitos na gramaticalização.

Entre nós brasileiros, os funcionalistas refletiram também sobre o papel da metáfora nos processos de gramaticalização. Na definição de Neves (2001), a extensão metafórica do protótipo resulta da frequente inserção de novos membros na categoria por meio das metáforas; tais mudanças “[...] envolvem a redefinição das propriedades características e da sua organização relativa, e constituem a maior fonte de mudança diacrônica no léxico, na morfologia e na sintaxe.” (NEVES, 2001, p. 139)

Na visão de Martelotta et al (1996, p.31-32) a metáfora pode ser definida como “um processo de transferência semântica, em que usamos uma forma ou construção para representar um significado estreitamente relacionado com o significado a que, até então, a forma vinha sendo relacionada”. Em conformidade com os autores, é na divisão ou na similaridade semântica que há entre o significado fundante e o derivado que se situa a motivação icônica da metáfora. Dessa forma, Martelotta et al (1996), assim como Poggio (2003), expandem o conceito de metáfora, localizando-a na “[...] base do pensamento conceptual humano”. Portanto, ela não deve ser entendida apenas como um desvio ou uso estilístico, mas sim como um processo funcional a fim de conceber novos sentidos. O estudo da metáfora se faz pertinente para discutir e compreendê-la enquanto importante atividade operadora da gramaticalização das preposições. Vejamos um exemplo facilmente encontrado quando analisamos construções com a **preposição a**. A palavra *boca* é tomada não na sua acepção de parte do corpo, mas por sua função fisiológica e pela posição frontal que ocupa no corpo: *à boca* (oralmente, sem parar para refletir: O palavrão veio-lhe logo à boca !), *à boca aberta* (francamente, desabridamente: Vociferou, à boca aberta”), *à boca da noite* (ao

anoitecer, no início: A Ave Maria...ouvia-se à boca da noite), à *boca do cofre* (a dinheiro: Não confiava em títulos, queria receber logo, à boca do cofre), à *boca fechada* (em silêncio: Todos sabiam à boca fechada o nome e o sobrenome do culpado.), à *boca grande* (abertamente, de forma alargada, sem limites: Dizia à boca grande quem lhe dera sem querer aquele rebento.) e à *boca pequena* (secretamente: À boca pequena, a doença dele tinha até RG).

Ainda, resta-nos fazer algumas considerações sobre os usos da **preposição a** pautando-nos em alguns princípios propostos por Hopper (1998), já que entendemos que essa preposição passa a assumir outros sentidos na Língua Portuguesa ao mesmo tempo que se torna elemento construídos com a preposição *com*, mas figurando com a **preposição a**: “feito *a* facção”.

A proposta de princípios e parâmetros de Hopper (1998) propicia avaliar o estatuto gramatical de uma forma linguística em processo de gramaticalização, a partir dos variados níveis que um item pode alcançar, sejam eles mais ou menos avançados. Sendo assim, esses princípios também possibilitam constatar os graus de gramaticalidade de itens que se encontram em estágio primário, o que quer dizer que esses itens estão menos gramaticalizados ou em processo inicial de gramaticalização. Hopper (1998) apresentou a sua proposta a partir de cinco princípios, estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização, dos quais serão discutidos e descritos apenas dois princípios, com a tentativa de aplicá-los na análise do item gramatical “a”³².

Hopper (1998) assevera que, no processo de gramaticalização, há de se notar um princípio que explicaria porque novas formas funcionais e as variações linguísticas aparecem resultantes da coexistência entre a velha e nova gramática. Assim, para o autor, duas formas podem coexistir, visto que o item que está passando pelo processo de gramaticalização pode não sobrepor, logo em seguida, a forma anterior e, inclusive, jamais sucedê-la. Para nomear esse princípio, Hopper (1998) recorre à metáfora do “layering” traduzida para o português como “estratificação”. Tal princípio poderia explicar os diversos valores que foram ao longo da história sendo agregados à **preposição a**. De preposição iminentemente locativa, a **preposição a**, em Português, passou também a figurar em espaços em que a preposição *com* era naturalmente esperada, como em:

(1) Trabalho feito **com** o lápis vs Trabalho feito **a** lápis.

³²Não se trata aqui de argumento *ad hominem*, mas de uma prática comum à Sócio-história. Os fatos linguísticos são submetidos à análise do analista, procurando-se neles encontrar justificativa para a ocorrência. Portanto, não é encaixar os dados na teoria, mas de procurar nas teorias o encaixe explicativo para dos dados.

Tal fato é tão perceptível em nossa língua atual que escreventes pouco afeitos à análise gramatical vão titubear entre usar ou não usar o acento indicativo de “crase”, por já reconhecerem ali uma construção marcante da preposição.

Além disso, a título de exemplificação, temos a locução prepositiva *à custa de*, que convive com outra forma, como *por meio de*, ambas com sentido de “na dependência de algo ou de alguém”.

(2) “[...] *enquanto pequenos grupos que vivem às custas do dinheiro público se eternizam-no poder.* (TSXXI 1122 P2³³)”

Podemos também utilizar o Princípio da Persistência em que o novo uso conserva alguns traços do sentido do item que lhe deu origem, como ocorre na construção: *à frente de*. Observemos que a **preposição a** mantém-se em indicar a posição, lugar onde, mas conduz à ideia de supremacia, ou mais valor.

(3) “[...] *tal a violência dos despeitos que se que se desencadearam contra a tenaz vontade hoje colocada á frente do nosso mundo de dinheiro, que dir-se-ia ser facto novo entre nós a angustiosa situação a que chegamos.* (APXX 100 P1)”

Utilizamos os princípios da Estratificação e da Persistência para demonstrar como o lento e gradual processo de gramaticalização ajuda-nos a compreender por quais caminhos e mudanças uma preposição pode passar no curso de sua história interna em nossa língua.

Por fim, para melhor entender como se deu o percurso do nosso trabalho, em continuidade, apresentamos a seção que aborda a metodologia adotada.

³³ T(ribuna) S(ertão) XXI (século) 1122 (Edição/tiragem).

4 O MÉTODO

Nesta seção, descrevemos as etapas da pesquisa cujo resultado se materializa nesse texto dissertativo, bem como enumeramos os procedimentos metodológicos empreendidos para que tratássemos dos *corpora* a fim de analisar o fenômeno investigado, ou seja, a **preposição a** e sua história na Língua Portuguesa. Inicialmente, justificamos a escolha dos *corpora* em suas características gerais; em seguida, são descritas as etapas do tratamento na recolha das ocorrências, bem como os critérios de classificação adotados. Por fim, especificamos os procedimentos metodológicos utilizados a partir dos grupos de fatores os quais selecionamos para a análise dos dados, colaborando para a obtenção dos resultados no tocante a diferentes frequências das ocorrências que constituem a amostra utilizada nesta pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO E ESCOLHA DOS CORPORA

Em um estudo intitulado *História dos, nos e por meio de periódicos*, Tânia Regina de Luca (2010) informa-nos que, até o último quartel do século XX, eram escassos os estudos que se valiam de jornais e revistas para conhecerem nossa história. Havia em recrudescimento um interesse em se escrever, diz a pesquisadora, nossa história por meio da imprensa, ou seja, utilizar os recursos gráficos em circulação (ou já circulados) para traçar a “realidade” dos fatos e das versões sobre o nosso povo.

Nosso estudo fundamenta-se na convicção de que a língua deve ser analisada com base nas diferentes situações de comunicação, inclusive a escrita, reconhecida como digna de ser impressa e divulgada, como acontece com os jornais. Dessa feita, importa-nos o trato com dados reais da língua, pois, é a partir do uso efetivo da língua, que se constrói o material necessário para as análises. Fundamentados nessa assertiva, elegemos textos na modalidade escrita para desenvolver nosso trabalho.

A constituição dos *corpora* deu-se a partir de textos do jornal *A Penna*, com edições publicadas nos anos de 1897, 1898 e 1899, 1901, 1902, 1905, 1912, 1915, 1917, 1919, 1925, 1930, mas também do jornal *Tribuna do Sertão*, com edições dos anos de 2016 e 2017. O primeiro, por se tratar de um documento de outros períodos históricos, foi coletado no Arquivo Público Municipal³⁴ da cidade de Caetité - BA, cujo material encontra-se digitalizado

³⁴O Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) é o órgão responsável pela preservação e manutenção do acervo histórico e documental da cidade de Caetité, vinculado ao Sistema Estadual de Arquivos Públicos

e dividido por períodos(ano/edição). A busca deu-se no local, em consulta ao acervo disponível, do qual foram selecionadas as páginas para impressão. Ressaltamos que muitas páginas pesquisadas encontram-se dilaceradas e outras com má qualidade na digitalização, o que resultou na coleta incompleta de algumas edições. Tais percalços dificultam os que fazem pesquisa em acervos mal conservados, já que a preservação de arquivos no Brasil encontra-se ainda incipiente.

O jornal *Tribuna do Sertão*, por sua vez, teve os exemplares coletados na sede da Universidade do Estado da Bahia-UNEB/ *Campus XII*, no município de Guanambi. Por ser um impresso mais acessível, facilitou o trabalho de coleta.

Do *Tribuna do Sertão*, foram selecionadas edições que ainda encontravam-se disponíveis, considerando que, como o periódico é gratuito e estava exposto para leitura, alguns exemplares foram levados sem perspectiva de retorno. Para uma melhor compreensão acerca dos periódicos pesquisados, a seguir relatamos um pouco sobre a história e fatos importantes que circundam nossos *corpora*.

4.1.1- Jornal *A Penna*³⁵

Figura 5- Frontispício do Jornal *A Penna*



Fonte: A PENNA, Caetité – BA, ano II, n. 34, 1898.

O jornal *A Penna* foi um dos primeiros jornais a circular definitivamente na região do Alto Sertão da Bahia³⁶. Foi considerado o principal órgão da imprensa da região e patrimônio

do Arquivo Público da Bahia. Os acervos de documentos textuais e iconográficos desse arquivo remontam ao ano de 1808 e estão abertos à consulta pública, sendo acessados por pesquisadores, visitantes, a população local e grupos de estudantes.

³⁵ Não se trata de duplo destaque, apenas mantivemos a forma italicizada para os títulos, como vimos fazendo até aqui, e o negrito para a subseção como preceitua a NBR 6024.

da memória da imprensa baiana, sendo editado de 1897 a 1943, escrito e impresso em Caetité³⁷ na tipografia do caetiteense João Antônio Gumes a partir de 25 de setembro. Gumes fez circular o primeiro periódico regional, implantando de forma permanente, na região do Alto Sertão.

Até o ano de 1915, possuía duas edições mensais, com uma média de quatro páginas por edição, depois passou a quatro edições mensais, com uma média de seis a oito páginas cada uma. Algumas vezes, publicou-se edição especial do jornal em virtude da realização de algum evento (de ordem política ou educacional) importante na cidade. Dessa forma, segundo Joseni Reis (2010), apesar de poucos recursos financeiros e por estar restrito unicamente à região Sudoeste da Bahia, a publicação passou a ser quinzenal, embora tenha se sujeitado a várias interrupções por questões econômicas, resistindo até 1942.

De acordo com M^a da Conceição Reis (2004), a intenção de João Gumes com a criação da imprensa foi concretizar uma parte de um projeto pessoal mais amplo; pois, além de trazer informações sobre a vida da sociedade, das pessoas que viviam na região, “[...] ambicionava extinguir o analfabetismo em Caetité e em cidades circunvizinhas, acreditava que a melhor maneira para alcançar esse objetivo era o incentivo à leitura e à propagação de textos” (REIS, 2004, p.63).

O processo de circulação da cultura letrada em Caetité deu-se no final do século XIX e início do XX a partir da tipografia de Gumes, de algumas bibliotecas, entre outros espaços de sociabilidade. Dentre essas bibliotecas, destacamos as que compunham o interior das residências, de cunho particular, que se faziam presentes nos ambientes familiares; pertenciam a médicos, professores e coronéis. A título de exemplificação, Reis (2013), no texto *Circulação de cultura letrada e a comunidade de leitores em Caetité-Ba (1897-1930)*, faz referência à biblioteca de João Gumes, de Marcelino Neves, colaborador do jornal *A Penna* e professor de Pedagogia da Escola Normal e a do Sr. Deocleciano Teixeira (pai de Anísio Teixeira). Para a autora, a existência dessas bibliotecas em Caetité “estavam vinculadas a alguns desses motivos, desde o gosto pelo hábito da leitura, ou talvez fossem uma condição de demonstrar a erudição ou, ainda, uma necessidade de vinculação às atividades profissionais de seu proprietário”. (REIS, 2013, p.10).

³⁶ Na concepção de João Gumes, “[...] o Alto Sertão da Bahia é conhecido pelo vastíssimo território das caatingas, carrascos, chapadas, pseudo-matas, não vestido geralmente das uniformes e pujantes florestas a que se dá entre nós o nome de ‘matas’”. (*A Penna*, 1927, p.02)

³⁷ Localizada na região Sudoeste da Bahia, a 750 Km de Salvador, a cidade de Caetité, na época, situava-se na região hoje denominada de Alto Sertão baiano. Entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o município exerceu importante influência política e cultural para a região.

As reportagens, propagandas e notícias divulgadas no jornal retratavam a vida cotidiana de uma parcela da população da área urbana e dos distritos. Ainda, o jornal dispunha de certo número de assinantes e colaboradores, o que, na visão de Reis “[...] facultou a constituição de um sistema complexo de intercâmbio de ideias e produções literárias, bem como a consolidação de uma cultura com características próprias”. (REIS, 2004, p.33).

Ademais, é de suma importância destacar a relevância e abrangência do jornal, visto que não se restringiu somente a Caetité, mas alcançou também cidades circunvizinhas, além de agregar assinantes em vários estados do Brasil, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. Sua importância é assim resumida pela pesquisadora: “A *Penna* circulava em toda a região, com a divulgação de notícias tanto de âmbito local, como regional, estadual, nacional e internacional” (REIS, 2010, p.56).

Atualmente, as edições do jornal *A Penna* estão disponíveis no Arquivo Público Municipal de Caetité, não sendo mais possível manuseá-las, uma vez que esse tipo de contato resultou na perda de capas e de alguns exemplares. O periódico encontra-se acessível no formato digitalizado; algumas edições ainda estão em boas condições de preservação, enquanto que outras apresentam dilacerações, páginas incompletas e algumas outras avarias.

Passemos à descrição do outro jornal que serviu para compor os *corpora* de nosso estudo: o *Tribuna do Sertão*.

4.1.2- Jornal *Tribuna do Sertão*

Figura 6- Frontispício do Jornal *Tribuna do Sertão*



Fonte: TRIBUNA DO SERTÃO, Caetité – BA, ano XXXI, n. 1198, 2017.

O jornal *Tribuna do Sertão* foi fundado em 1985 pelo engenheiro Maurício Lima Santos, filho da historiadora Helena Lima Santos e sobrinho do ex-Primeiro Ministro do

Brasil, Hermes Lima. Teve início em Caetité, porém com a mudança de seu fundador para a cidade de Brumado, ali se instalou junto a uma empresa gráfica, passando a noticiar matérias sobre a vasta região sertaneja, com publicações e escritos de autores locais, como Dário Cotrim, de Guanambi – BA (atual diretor da Biblioteca Pública de Montes Claros-MG), Fabiano Cotrim, de Caetité – BA (Membro da Academia Caetiteense de Letras), Raimundo Marinho, de Livramento de Nossa Senhora, Luciano Ribeiro, de Caculé, José Walter Pires (membro da Academia Brasileira de Literatura de Cordel), entre outros.

Com periodicidade quinzenal, um total de tiragem por volta de cinco mil exemplares e distribuição gratuita, o jornal *Tribuna do Sertão* circula entre os municípios de Brumado, Aracatú, Malhada, de Pedra, Livramento, Dom Brasília, Rio de Contas, Caculé, Guajeru, Ibiassucê, Jucaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Rio do Antônio, Caetité, Lagoa Real, Guanambi, Candiba, Pindaí, Urandi, Palmas de Monte Alto, Carinhanha, Iuiú, Malhada, Sebastião Laranjeiras, Matina, Abaíra, Boninal, Jussiape, Piatã, Macaúbas, Boquira, Paramirim, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Rio do Pires, Tanque Novo, Riacho de Santana, Igaporã, Tanhaçu, Barra da Estiva, Contendas do Sincorá, Ibicoara, Mucugê, Andaraí.

No século XXI, os jornais impressos tiveram que se adaptar à realidade e às mudanças proporcionadas pela informatização e pelo advento da Internet. Apesar do jornalismo impresso não ter desaparecido, apresentou uma queda considerável de vendas, uma vez que muitos leitores migraram para o jornalismo digital. Dessa feita, o *Tribuna do Sertão*, atualmente, ao lado do site *Sertão Hoje*, cumpre a missão de manter a população informada sobre as notícias da região, através do jornal impresso e digital.

De franca aceitação pela vasta comunidade que o lê, o *Tribuna do Sertão* configura-se como um exemplo do que se escreve e do que se lê no interior da Bahia. Tal fato legitima-o para se tornar, como fizemos, um documento escrito da “realidade³⁸” linguística da região e dos utentes da Língua Portuguesa do interior da Bahia.

Finda a fase de apresentação dos textos que nos serviram para compor os *corpora* de análise, passemos a descrever as etapas dos procedimentos metodológicos por nós empreendidas em busca de explicações para os dados obtidos.

³⁸Comumente termos como “retratos”, “fotografias”, “mapas” são utilizados com o intuito de caracterizarem as formas apreensíveis de língua em uso. Nós, por opção explicativa, julgamos oportuno usar a etiqueta “realidades”.

4.2 ETAPAS DA PESQUISA/ PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de contarmos a sócio-história da **preposição a** em Português, fazemos coro à concepção foulcautiana do tempo histórico: a história do homem não é apenas uma duração linear, mas uma multiplicidade de tempos que se “emaranham e se envolvem uns nos outros” (FOULCAULT, 2000, 293). Nesse sentido, devemos procurar nos fatos da língua elementos que possam esclarecer sua história, mas também ser explicados pela mesma história, observando-se as forças das pressões sociais sobre o que se escreve e o que se lê.

Destarte, não poderíamos apenas nos limitar a uma mera análise quantitativa, mas buscar nos dados uma forma qualitativa de interpretação, baseada nas estratégias usadas pelo utente para a construção de sua forma de dizer/escrever, uma sócio-história funcional. Para tanto, tal pressuposto conduziu-nos a fazer uma pesquisa documental, fundamentada em bases quantitativas e qualitativas, a partir de dados referentes a três momentos históricos: o século XIX, XX e XXI; sendo assim, a análise perpassa por uma perspectiva pancrônica, pois se pode considerar tanto o eixo sincrônico quanto o diacrônico. No eixo sincrônico (*états de langue*, ou seja, estados de língua), contemplam-se os três séculos XIX, XX e XXI, cada um a seu tempo; é um estudo que analisa a multifuncionalidade ou a construção da **preposição a** e produz indícios de seus usos históricos. Para a pesquisa diacrônica, analisam-se os textos escritos nos séculos XIX, XX e XXI, ao mesmo tempo, ou seja, cotejando-os. O estudo diacrônico possibilita a investigação do percurso que prováveis alterações podem levar à mudança linguística ao longo do tempo. À semelhança do que hoje se consideram “o antes” e “o depois”, nosso estudo torna-se, portanto, sincrônico à medida que considera a descrição e a análise de cada século por si para, posteriormente, fazermos a comparação, numa linha temporal, das alterações sofridas pela **preposição a** na história da Língua Portuguesa, tomando como referência o material analisado.

Para levantamento das ocorrências, que perfizeram um total de 577, destacando os enunciados que apresentavam o uso da **preposição a**, das contrações “à” e “àquele/a/s”, além da combinação “ao”. Em certos momentos, fez-se necessário o uso de uma lupa como recurso para auxiliar na leitura de algumas folhas do *A Penna*, devido à má qualidade da imagem.

Quanto às ocorrências, optamos por conservar o registro ortográfico original dos escritos; assim, mantivemos os textos sem alteração, a fim de ser o mais fidedigno possível. Essas ocorrências foram retiradas de três gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico – o anúncio, o editorial e a notícia, apesar de que, em alguns exemplares, essas divisões não estavam bem definidas. Como parâmetro teórico para a distinção dos gêneros, seguimos Luiz

Antônio Marcuschi (2002), para quem “[...] os gêneros textuais são formas verbais estáveis de atuação social realizadas em textos centrados em domínios discursivos próprios e em comunidades de práticas “(p.25).

A fim de manter a uniformidade das amostras, os enunciados foram organizados da seguinte forma:

1. Períodos (datas/séculos): ano/século.
2. Ocorrências destacadas e numeradas sequencialmente.

Em seguida, as amostras foram analisadas com base nas variáveis linguísticas a serem controladas para atenderem aos objetivos da pesquisa, codificando-as segundo o grupo de fatores em função de sua natureza (função prototípica, constituintes, função sintática, classificação dos adjuntos adverbiais, século, gênero textual e variante padrão e não-padrão), cuja escolha partiu das questões e hipóteses formuladas neste trabalho. Os dados foram contabilizados em suas diferentes frequências percentuais, utilizando como suporte estatístico o programa *GoldvarbX*, *software* indispensável para a quantificação e cálculo das ocorrências coletadas nos *corpora*, com o objetivo de obter resultados percentuais.

4.2.1 Critérios de classificação

Nesta subseção, temos por objetivo correlacionar as noções de espaço e tempo relacionadas ao uso das preposições do Português, em especial, da **preposição a** com a organização de grupos de fatores controláveis dentro do escopo de uma pesquisa sócio-histórica. De acordo com Silvana Silva (2005, p.16), em sua pesquisa, observamos que, dentre cinco classes gramaticais: os advérbios (de lugar e de tempo), os pronomes (demonstrativos), os verbos (tempo), as conjunções e as preposições, somente a preposição retrata as noções de espaço e de tempo como característica de toda categoria. Ademais, essa classe é apresentada como a única a ter a mesma forma designando espaço e tempo e não somente espaço e não tempo (advérbios de lugar), como tempo e não espaço (tempo dos verbos, advérbios de tempo). Assim, partindo de estudos que comprovam o fato dessas noções se mostrarem de forma sistemática, é que constatamos a importância dessa abordagem no intuito de traçar o percurso sócio-histórico da **preposição a** em Português, com base em textos escritos de três séculos.

Por questões metodológicas, apresentamos cada grupo de fatores, nomeando o grupo, apontando os fatores que o compõe seguido dos exemplos³⁹ extraídos dos *corpora* para, enfim, apresentar a hipótese norteadora de nosso controle. No entanto, também por opção teórico-metodológica, discutimos brevemente, com base na sócio-história da Língua Portuguesa os usos da **preposição a**, situando cada breve discussão segundo o recorte que empreendemos.

4.2.1.1 A noção de lugar: do primeiro sentido ao prototípico

Segundo Castilho (2010), em algumas línguas como a nossa, os sentidos básicos das palavras convivem com os derivados, ou seja, o sentido primeiro conserva-se na história de uma língua, mesmo que seja reconhecido como arcaico ou desusado; em nosso caso, a **preposição a** é empregada para satisfazer à necessidade de indicarmos o “ubi” (onde), mas também o “quo” (aonde), sem deixar de lado a força do deslocamento, a distância no espaço, enfim, o movimento⁴⁰, incluindo noções abstratas como a diferenciação de quem será ou não o sujeito-agente de um dado processo verbal (Matou o leão ao caçador). Por força do uso, exceto (classificada pela tradição como preposição accidental) tem pouca ocorrência como adjetivo oriundo particípio do verbo excetuar, já que se configuraria em tese um caso de particípio duplo (CUNHA, 1998, p.341); portanto, embora seu uso esteja ligado a uma forma nominal do verbo (o que lhe garantiria inclusive flexão de gênero e número), exceto passou a figurar como forma não flexionada e, paulatinamente, passou de adjetivo verbal à preposição. A fim de entendermos a linha de uso da **preposição a**, vamos lançar mão do conceito de prototipicidade, fundamentando-nos na interpretação feita por Givón (1986).

A fim de melhor explicitar o conceito de ‘protótipo’, no que diz respeito à categorização linguística, deve-se apontar duas origens: uma está relacionada com a abordagem platônica de ‘categorias distintas’, absolutas e originais; a outra se refere às ‘categorias indistintas’ de Ludwig J. Wittgenstein (1958). O protótipo teria duas faces; sendo uma ligada à sua origem (originalidade) e a outra à sua indistintibilidade. A primeira estaria relacionada a sua própria etimologia, já que proto- exprime a ideia de anterior; mas a segunda carece de uma

³⁹ Os exemplos estão identificados ao final, entre parênteses, com um código de identificação da ocorrência, seguindo a ordem: abreviatura do jornal, século, edição e página.

⁴⁰ O sentido de base das preposições é reconhecido quando elas expressam as categorias *posição no espaço*, *deslocamento no espaço*, *distância no espaço* e *movimento*. Contudo, os sentidos base convivem com outros sentidos, não prototípicos, chamados por Castilho (2010, p.585) de sentidos derivados, resultantes de processos metafóricos.

interpretação. Conforme Wittgenstein, avaliar os elementos que possuem familiaridade torna-se mais produtivo que se atentar somente aos componentes pelo critério da centralidade (WITTGENSTEIN, 1958, p. 32).

Seguindo essa linha de raciocínio, Givón (1986) apresenta a Teoria dos Protótipos, na qual o item avaliado como melhor exemplar de sua categoria é indicado como protótipo. Para Givón (1986), estruturas [+prototípicas] são cognitivas e linguisticamente mais proeminentes, também estão no centro das categorias visto que se configuram em estruturas mais cristalizadas; já as [-prototípicas], por se manterem à margem da categoria, impossibilitam sua descrição total em virtude da sua flexibilidade e da probabilidade de se acrescentar um novo membro. Nesse sentido, o protótipo poderia, sem erro, ser definido, como demonstra Regina Helena de Brito (1999), o elemento mais típico, previsível, exemplar característico, normal e, por fim, representativo de uma categoria, no nosso caso, de uma subcategoria: uma preposição dita essencial, a **preposição a**.

Em conformidade com John Taylor (2001), as entidades são diferenciadas por seus atributos e será difícil que esses atributos sejam partilhados por todos os componentes de uma categoria. Por conseguinte, membros [+prototípicos] de uma categoria compartilham mais atributos, enquanto que os [-prototípicos] partilham menos atributos e concebem estruturas marginais, assim estruturas [+prototípicas] tendem a serem mais usuais que as [-prototípicas]. Ainda, Taylor (2001, p.52) aponta que “[...] um outro fator importante para a identificação do protótipo é a **frequência de uso**, sendo ela um sintoma de prototipicidade”. (TAYLOR, 2001, p.52, grifo nosso).

Na visão de Brito (1999 p. 1-3), “[...] o reconhecimento das categorias prototípicas permite verificar que um mesmo elemento pode ser identificado em diferentes usos, conduzindo a uma visão efetivamente dinâmica das línguas [...]”, assim, as categorias prototípicas são interpretadas como mais dinâmicas e estão relacionadas ao modo como são utilizadas, ou seja, o uso linguístico dessas categorias é que vai apresentar a relação de prototipicidade.

Como nos fundamos no Funcionalismo para fazer nosso percurso sócio-histórico, temos que asseverar que a função não se centra apenas na forma ou no sentido, mas no uso que os falantes fazem de dada categoria. Observamos, nesse contexto, que existe um membro linguístico (paradigma) que concentra um número maior de propriedades que configuram uma dada categoria – o protótipo – ou a categoria mais prototípica. Ao passo que outros membros serão avaliados como menos prototípicos por possuírem um número menor de propriedades que qualificam essa mesma categoria.

Portanto, a partir das discussões gramaticais apresentadas neste trabalho e anterior a análise dos dados, presumimos que a **preposição a** é usada para desempenhar, genericamente, além de outros papéis, o de indicar, de forma hierárquica:

- a) Movimento para algum lugar (espaço);
- b) Circunstância e mudança de lugar (espaço com direção);
- c) Localização no espaço;
- d) Ponto final de uma extensão no espaço.

Podemos verificar que a ideia de lugar encontra-se nos primeiros valores atribuídos à **preposição a** e tal valor lhe é indissociável, o que seria bastante para caracterizá-la em nossa língua. Tal qual postula Castilho (2010), sentidos novos a ela conferidos podem ter surgido por metáfora de destinação, como no caso do dativo, a quem se destina algo ou algo se dirige. Nesse sentido, nossa hipótese é de que a **preposição a** apresenta como sentido prototípico a ideia de espaço e que os demais valores dele derivados foram construídos por metáfora, isto é, uma reinterpretação desse valor que, por sua vez, pode assumir diversas nuances. Para tanto, resolvemos controlar as ocorrências em que a **preposição a** é usada em seu valor prototípico e as que esse valor não se verifica.

4.2.1.2 A noção de lugar: entre “quo” e “ubi”.

A **preposição a** em Português responderia a duas perguntas de lugar segundo a tradição lógica latina: *ubi* (onde?) e *quo* (para onde?). Afeita aos estudos comparatistas entre o Latim e as línguas neolatinas e utilizando-se de uma abordagem funcionalista, Poggio (2003) declara que as preposições constituem metáforas relacionadas à orientação espacial; portanto, não arbitrárias, uma vez que se fundamentam nas experiências físicas do homem (em cima, embaixo, fora, atrás). Assim, mormente, a **preposição a** estaria ligada ao lugar onde e o lugar aonde, mas não ficaria incólume às alterações sucessivas, aos acréscimos de valores advindos de sua utilização na língua.

De acordo com Jacqueline Brasil Ramos (2005, p.23), outros autores comungam com a ideia de relacionar as preposições às acepções espaciais primitivas: “Numa concepção das preposições como elementos portadores de significado, ganha relevo a noção de espaço, uma categoria semântica básica nas línguas humanas”, mas sem esquecer outras categorias semânticas dela derivadas.

Entre alguns linguistas, como Hopper (2003), Castilho (2010) e Svorou (1993), há uma consonância ao admitirem que os elementos prepositivos desenvolveram noções mais abstratas através de processos metonímicos e metafóricos, além de terem uma base locativa.

Para Neves (2001, p.603), a maioria das preposições apresenta algum sentido que remete ao espaço ou ao tempo. Quanto à acepção espacial da **preposição a**, a autora assim a descreve:

Lugar (com sintagma nominal)

a) Localização no espaço: *A bela sinhá Leandro (...) ajoelhou-se AO pédo moribundo;*

b) Ponto final de uma extensão no espaço *Diante de mim, alumiado de ponta A ponta, rolava o mar.*

c) Proximidade ou contiguidade: *Maria sentou-se À mesa, depois de insistentes pedidos.* (NEVES, 2001, p.603)

Algumas preposições da Língua Portuguesa são vistas por Hanna Batoréo (2000) como polissêmicas, considerando que podem servir tanto para expressarem a dinamicidade quanto a estaticidade; trata-se, pois, da ligação estabelecida entre a localização estática e o movimento em direção a um ponto. Além disso, a autora acredita que “[...] o deslocamento em função do alvo é o correlato dinâmico da relação estática de localização”. (BATORÉO, 2000, p. 270). Elucidemos com exemplos centralizados na **preposição a**:

a) Claudia viajou **ao** México. → sentido dinâmico.

b) A garota tem uma pulseira **ao** braço. → sentido estático.

Ilari et al (2008, p. 741), nessa mesma linha de discussão, salientam que o espaço pode ser tanto dinâmico quanto estático. Eis alguns exemplos que evidenciam essa diferença para o autor:

a) Espaço dinâmico: o que indica movimento/deslocamento a.

Ex.: *Eu, uma vez, fiz uma viagem **a** Mato Grosso.* (D2 SP 255) (2008, p.741)

b) Espaço estático: o que não indica movimento/deslocamento a.

Ex.: *Aquela carne seca **ao** sol, nós não tivemos a oportunidade de comer, não.*

(D1D RJ 328) (2008, p.741)

Na concepção de Castilho (2010), as preposições, a fim de retratarem linguisticamente as relações de *espaço*, movimentam algumas categorias e subcategorias cognitivas que se desdobram por vários processos semânticos derivados. Logo, de acordo com um critério semântico e em função de seus sentidos de base, Castilho (2010), em conformidade com Ilari

et al⁴¹ (2008), sugerem que a **preposição a** estaria numa relação horizontal de origem e horizontal de meta. As preposições **a** e **para**, nessa classificação, aparecem no eixo horizontal de meta, bem como *em*, *até* e *contra*, assim “[...] atribuem à figura [objeto que se quer localizar] a noção de ponto final de um percurso, também coocorre com um verbo de movimento (ou verbo suporte) cujo sujeito é controlador do evento.” (CASTILHO, 2010, p.598). De acordo com o autor, exemplificando com a **preposição a** temos:

“Ele já ia à escola da manhã (...) quando eu comecei trabalhar”. (D2sp360)

Com base em tais informações, reiteramos que a **preposição a**, em sua função prototípica de indicar lugar, estaria assim agindo:

a) Movimento para algum lugar (espaço);

(1) [...] tanto que vou a Salvador se possível ainda este mês levar novos ofícios [...]. (TSXXI 1159 P6)

b) Circunstância e mudança de lugar (espaço com direção);

(2) A esta hora, o futuro presidente volta da Italia, a terra clássica das artes, para dirigir-se a Portugal, onde terá estrondosa recepção desde a fronteira até a capital. (APXIX 34 P2)

c) Localização no espaço;

[...] após a guerra estrangeira achando-se imediatamente com a communa vendo do norte ao sul seu sólo coberto de destroços, os campos talados, as estradas, as pontes, tudo destruído[...]. (APXIX 3 P2)

d) Ponto final de uma extensão no espaço.

“A população de Licínio de Almeida, por exemplo, precisa ir a Urandi [...]”. (TSXXI 1160 P8)

Nesse sentido, postulamos, nas subseções posteriores, os fatores a serem controlados na presente pesquisa.

⁴¹Por rigor científico, torna-se oportuno elencar a divisão completa feita pelo autor:

Preposição do eixo horizontal, dividida em: *horizontal de origem* e *horizontal de meta*, por exemplo, as preposições *a* e *para*;

Preposição do eixo vertical, dividida em: *superior* e *inferior*;

Preposição do eixo transversal, dividida em: *anterior* e *posterior*, como, por exemplo a preposição *em*;

Preposição do eixo Continente ~ Conteúdo, dividida em: *dentro*, como, por exemplo a preposição *em*; e *fora*.

Preposição do eixo Proximidade ~ Distância, dividida naturalmente em: *proximal* e *distal*.

4.2.1.3 A noção de tempo

John Lyons (1980) observa que expressões temporais têm origem nas expressões de lugar ou localistas; por essa razão, muitas preposições ou elementos locativos também são utilizados com acepção temporal. Tal fato parece, segundo o autor, ser comum em diversas línguas, e tal extensão de sentido não seria restrita às preposições, mas funcionar com verbos, advérbios, adjetivos e até conjunções. No que tange ao Português, é indiscutível que a **preposição a** seja utilizada com ideia de tempo. Resta-nos, portanto, verificar em que nível isso se dá dentro dos *corpora* e do escopo de nosso trabalho.

Numa visão localista, a locação temporal é mais concreta do que os diferentes tipos abstratos de localização, também é menos concreta do que a espacial. Percebemos então, que existe uma correlação entre a dêixis espacial e a temporal. De acordo com Poggio (2003):

Assim como se analisa **aqui** e **ali** para denotar, respectivamente, ‘neste lugar’ e ‘naquele lugar’, pode-se analisar **agora** e **então** como ‘neste momento’ e ‘naquele momento’. Devido à estreita relação entre tempo e distância, há uma correlação direta entre afastamento temporal e afastamento espacial, a partir do ponto zero de **aqui** e **agora**. (POGGIO, 2003, p. 40)

Quanto ao fato de a **preposição a** apresentar sentido temporal, Neves (2001) considera que essa preposição, em tal caso, indica que há extensão no tempo (“E de junho a outubro o pasto descansa”) (NEVES, 2001, p.603), bem como indicação pontual de tempo (“A Lua nasce à meia-noite”) (NEVES, 2001, p.603).

Para entendermos a relação metafórica exercida pelo ESPAÇO-TEMPO, vamos recorrer a Lakoff e Johnson (1980) para quem, na visão do homem, o tempo vem posterior a ele “de frente para trás”; logo, o tempo pode ser entendido como uma metáfora de um objeto em movimento, de um lugar em que se está em movimento, tal qual nos sentimos quando viajamos de carro por uma estrada, movimentamo-nos (lugar → tempo⁴²). A metáfora TEMPO É ESPAÇO, proposta pelo autor, fundamenta o uso de expressões espaciais com sentido temporal.

Aprofundando a questão das relações entre espaço e tempo no que concerne ao estudo das preposições, Pontes (1992) descreve a seguinte metáfora desenvolvida por ela:

O tempo é concebido como uma linha e é isso que explica que as classes de palavras que se usam para indicar espaço possam ser usadas para indicar tempo. Ou seja, nosso conceito de tempo é espacial, é uma metáfora espacial – a metáfora da linha,

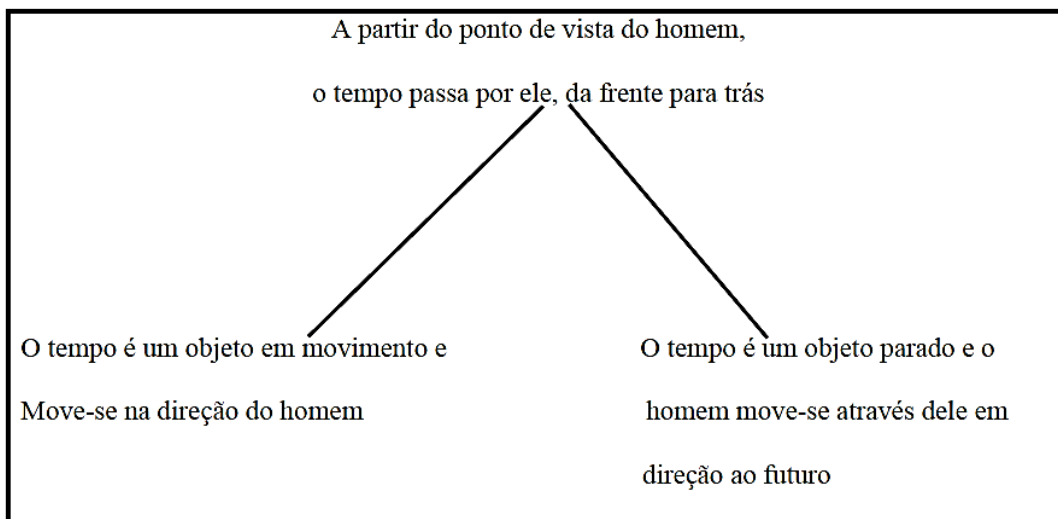
⁴² Uma parada no espaço seria, portanto, uma perda de tempo na jornada; sentimos como se estivéssemos perdendo tempo, já que ele, aparentemente, estaria também parado.

formada de pontos, em que os acontecimentos se sucedem, uns após os outros. (PONTES,1992, p.82)

Mediante o que foi dito, faz-se necessário ratificarmos que, quando pensamos no tempo, partimos da compreensão que se tem acerca do espaço e traçamos as distinções espaciais para discorrer sobre o tempo, que é concebido como “um lugar”, um ponto no espaço que possui movimento.

Lakoff e Johnson (1980, p.103), no que tange as possibilidades de estruturação da aceção temporal através dos sentidos espaciais, sintetizam com o diagrama a seguir:

Figura 7- Possibilidade da estruturação da noção temporal.



Fonte: SANTANA, 2006.

Destacamos que esses modos de organização compõem a linguagem cotidiana acerca do tempo, mas são tão habituais que, em geral, tornam-se imperceptíveis como uma estrutura metafórica.

Ainda, no que tange aos esquemas cognitivos de tempo, Ilariet al (2008, p.741-2) propõem pensarmos em três modelos diferentes para a intervenção feita pela **preposição a**, são eles:

- 1) Tempo estático: posicionamento de um ponto na linha do tempo. (*às duas horas*)
- 2) Tempo distributivo: casos em que a localização de um ponto na linha do tempo seja recorrente. (*dois vírgula nove por cento ao ano*)
- 3) Tempo dinâmico: diz respeito a quando um determinado período em que a ação se desenrola é recortado pela preposição “de” e “a”. (*do meio dia a uma*)

Vimos no transcorrer das discussões levantadas nesta subseção que a **preposição a** possui sentido temporal e que o tempo é compreendido como um ponto no espaço que possui movimento, portanto de suma importância para a análise de nossos *corpora*.

4.2.1.4 Construções sintagmáticas

Os seres humanos têm, entre suas capacidades básicas, a de constituir categorias e, por esse motivo, caracterizam de maneira distinta as entidades linguísticas que remetem a elementos vinculados à realidade. Em função disso, no ponto de vista de Neves (2001), as palavras que compõem uma língua se organizam em categorias as quais, organizam-se também em estruturas analisáveis constituindo padrões organizacionais. No entanto, a percepção da classificação categórica conduz-nos a compreender as formas da língua, ou seja, como as estruturas menores se reúnem e se consolidam. Se, por rigor científico, abstraímos de um elemento linguístico sua função e seu sentido, teremos a forma. O que nos interessa nesse momento é estudar as formas linguísticas em que se encontram a presença da **preposição a**.

Para aqueles que lidam com princípios descritivistas, a análise das formas encontradas numa língua retiram o pesquisador de uma visão dogmática, colocando-o a olhos vistos com construções possíveis, mas antes de tudo reais. É esse o nosso ensejo, controlar as estruturas presentes nos *corpora* em que figura a **preposição a**, tentando verificar as tendências de construção. A nosso juízo⁴³, portanto, não poderíamos deixar de analisar no estudo da história do uso da **preposição a**, as estruturas em que tal preposição figura, numa perspectiva de elencar os padrões de construção e ver neles um princípio de recorrência estrutural.

Desde a Antiguidade Clássica, existia certa preocupação em distribuir os vocábulos em classes consoantes com a ideia que elas exprimiam. A classificação de Aristóteles, por exemplo, dividia as palavras em nome, verbo e partícula, assim, de alguma forma, essa colocação tem motivado reflexões a propósito do tema ao longo do tempo. (BIDERMAN, 2001)

Em termos de definição, temos que a classe gramatical ou classe de palavra refere-se ao conjunto que classifica uma palavra e, para isso, fundamenta-se na sua estrutura sintática e morfológica. De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) atualmente são

⁴³ Martin (2003) assevera que um dos objetivos da Linguística Descritiva é compreender quais combinações são “lícitas”, supomos gramaticais. O autor ainda chama nossa atenção para a criação de convergências descritivas, ou seja, ver nas regularidades da língua, demonstradas pelos fatos analisados, um quadro dos valores que essa língua apresenta em dada época, o que, muitas vezes, pode contrariar os dogmas da tradição gramatical.

reconhecidas dez classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição.

Cunha (1975, p.90) declara que, no plano puramente formal, os vocábulos podem ser divididos em variáveis e invariáveis. As classes gramaticais variáveis são compostas por substantivo, adjetivo, alguns numerais, pronome, verbo e artigo, são unidades mínimas de significado que expressam as categorias de gênero e número, também de tempo-modo e número-pessoa. Já nas classes gramaticais invariáveis temos as preposições, as conjunções, uma parte dos numerais e dos pronomes e os advérbios. A interjeição, por sua vez, é considerada como um vocábulo-frase e encontra-se excluída das classificações.

Assim sendo, as classes gramaticais (as quais nominamos de constituintes) substantivo, pronome pessoal, relativo, demonstrativo, possessivo e pronome indefinido, além de verbo, numeral, advérbio, adjetivo, artigo indefinido e definido foram as selecionadas por nós para compor o grupo de fatores que norteou a análise dos dados desta pesquisa.

4.2.1.5 Função sintática

As línguas românicas ou neolatinas deram novas funções às preposições, já que o paulatino enfraquecimento do sistema de casos fez com que novas estratégias de oposição entre eles fossem utilizadas. Se, no caso dos pronomes, a distinção permaneceu em forma de resquício, em relação aos nomes substantivos tal situação precisou ser reconfigurada.

Nesse sentido, foi de crucial importância a utilização da **preposição a** para recompor o quadro distintivo entre as funções, já que o nominativo, agora reinterpretado em sujeito e predicativo do sujeito seriam as únicas estruturas a rejeitarem as preposições.

O grupo de fatores função sintática foi considerado nesta pesquisa devido ao objetivo geral de investigar os usos da **preposição a** nas situações em que ela aparece como introdutora de adjuntos e complementos. Quanto às propriedades sintáticas, a **preposição a** comporta-se como uma preposição altamente gramaticalizada; pode introduzir tanto adjuntos como complementos e predicativos. Dentre os exemplos encontrados em nossos *corpora* temos:

-Adjunto de modo e lugar (respectivamente):

Á convite, seguiu em viagem a Fortaleza de Minas de Gerais o nosso jovem amigo o Cir. Dentista Alvaro Neves. (APXX 350 P1)

-Complemento nominal:

[...], a Política de Assistência Social de Dom Basílio tem por como um de seus principais objetivos a proteção social: à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; [...]. (TSXXI 1159 P3)

Cunha (1975), ao tratar das preposições, apresenta uma classificação embasada no tipo de relação sintática que elas estabelecem, nominada de função relacional. Sendo assim, quanto maior for a intensidade da relação sintática entre as palavras, a significação da preposição torna-se menos visível. O autor destacou três tipos de relação:

a- *Fixa*, isto é, com o uso as palavras unem-se de modo que passam a compor um todo significativo, assim o sentido da preposição se esvazia completamente, modificando sua denotação. Ex.: *Chegou a escrever, isto é, chegou ao limite de escrever.*

b- *Necessária*, ou seja, através das preposições um termo principal é relacionado a um conseqüente necessário. Acentua-se a função relacional das preposições resultando na perda do seu conteúdo significativo. Ex. *Deu certeza ao policial.*

c- *Livre*, isso é, mesmo que a preposição apareça, sua presença é sintaticamente desnecessária. Ex.: *Abraçou o amigo. Abraçou ao amigo.*

Na visão de Ney (1958, p.30-34), a **preposição a** pode ter como consequência alguns termos da oração, como:

- a) objeto indireto ou dativo,
- b) objeto direto,
- c) objeto pleonástico,
- d) predicativo do objeto,
- e) complemento nominal,
- f) adjunto adverbial.

Em conformidade com a hipótese considerada neste grupo de fator, temos, de acordo com a fala de Castilho (2010) que os sintagmas preposicionais atuam como argumentos preposicionados de objeto indireto e complemento oblíquo; também como adjunto adverbial (locativo, aspectual, temporal, qualidade, instrumento, companhia e modalização) e adjunto adnominal assinalando posse, companhia, entre outros, dos quais nos ocuparemos na subseção seguinte.

4.2.1.6 Adjuntos adverbiais e locuções adverbiais

A **preposição a** é um das mais profícuas na formação de adjuntos adverbiais e de locuções adverbiais. Nosso objetivo ao controlar esse grupo de fatores é procurar estabelecer um padrão de ocorrência e frequência dos adjuntos bem como das locuções, procurando ver nelas, o quanto for possível, a motivação que levou à sua construção. Assim, fazemos os seguintes questionamentos:

- a) Que possibilidades de construções adverbiais/locuções adverbiais podem ser vistas nos *corpora* em análise?
- b) Que sentidos são atribuídos às construções adverbiais e locuções adverbiais em que figuram a **preposição a**?
- c) Que motivações foram resultantes da criação de adjunto adverbiais/locuções adverbiais presentes nos *corpora*?

Na concepção de Cunha (1975), o adjunto adverbial expressa bem a sua nomenclatura, visto que indica “[...] o termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio” (CUNHA, 1975, p.159 -161). É representado ou por um advérbio, ou por uma locução adverbial, ou por uma oração adverbial. Quanto a classificação, Cunha (1975) afirma que, muitas vezes, só pode ser proposta mediante o texto, enumerando os seguintes adjuntos: *causa, companhia, dúvida, fim, instrumento, intensidade, lugar onde, lugar aonde, lugar por onde, lugar para onde, lugar donde, matéria, meio, modo, negação e tempo*.

Para Rocha Lima (1992, p.257-8), o adjunto adverbial corresponde ao termo que acompanha o verbo, revelando as particularidades que circundam o fato indicado por ele. Pode ser expresso:

- a) Por um advérbio: *O navio passou longe.*
- b) Por uma expressão adverbial: *Partiremos de madrugada.*

A classificação do adjunto adverbial depende das relações estabelecidas pela preposição introdutória, uma vez que uma única preposição pode estabelecer diferentes relações, o que dificulta a sua interpretação. Assim, Rocha Lima (1992) agrupa os adjuntos adverbiais em: *assunto, causa, companhia, concessão, concomitância, condição, conformidade, favor, fim, instrumento, meio, modo, oposição, preço, quantidade, tempo, lugar onde, lugar aonde, lugar por onde, lugar para onde, lugar donde*.

Em conformidade com Braga e Botelho Pereira, citados por Castilho (2010, p.595), os adjuntos adverbiais de tempo “[...] movimentam-se para a esquerda mais que os de lugar,

modo, quantidade e companhia”. É comum expressões que se movem para esquerda suprimirem a preposição.

Ex.: *Naquele dia*, eles me levaram... (tempo)

Ø *Sábado* e domingo eu não gosto de passar sem dinheiro. (tempo, com apagamento da preposição **a**).

Nesta pesquisa, optamos por utilizar como referência a classificação dos adjuntos adverbiais proposta por Ney (1958), cuja divisão se deu em *assunto, causa, concomitância, condição, distância, distribuição, estado, fim, frequência, instrumento, limite, lugar onde, lugar aonde, matéria, medida, meio, modo, posição, prazo, preço, quantidade, referência e tempo*. Vejamos alguns exemplos apontados nos *corpora*:

(1) Adj. Adverbial de tempo - *Vindos do Rio, desembarcaram a 19 do passado na Bahia [...]*. (APXIX 11 P3)

(2) Adj. Adverbial de lugar aonde - *-Vindos do Rio, desembarcaram a 19 do passado na Bahia com destino a Canudos os batalhões 24º, 88º e 22º, que formam mais uma brigada.* (APXIX 11 P3)

(3) Adjunto Adverbial de limite - *Costuma-se levar essa posição ao extremo nas convenções gerais de condomínios [...]*. (TSXXI 1122 P2)

(4) Adjunto Adverbial de causa - *[...] onde a água da servidão é provida por tanques e dando trabalho e meios honestos á classe sofredora, que certamente teria emigrado á falta de recursos.* (APXIX 3 P3)

Diante da classificação e exemplos apresentados, constatamos que procede a afirmativa que a **preposição a** é uma das mais proficientes na constituição de adjuntos adverbiais, pois encontramos nos nossos *corpora* ocorrências que contemplaram grande parte dos adjuntos listados por Ney (1958).

4.2.1.7 Século

No campo da Linguística, destacamos as pesquisas históricas, cujos estudos objetivam analisar o desenvolvimento histórico de uma determinada língua, seu surgimento, o porquê e para quê as mudanças sucedem. A Linguística Histórica “[...] estuda as mudanças que ocorrem nas línguas humanas, à medida que o tempo passa”. (FARACO, 2005. p. 13). Esses estudos demonstram que, no decorrer do tempo, as línguas humanas passam por transformações; palavras e estruturas deixam de existir ou sofrem modificações na forma, na função e no significado. Mesmo diante dessas transformações, as línguas mantêm sua

organização e proporcionam a seus usuários os recursos indispensáveis para assegurar uma comunicação efetiva.

Com base nessa premissa e considerando que a presente pesquisa contempla os séculos XIX, XX e XXI, partimos de uma abordagem pancrônica ao congregar o estudo sincrônico e diacrônico, também “[...] oferece uma descrição mais densa do fenômeno em estudo, descrevendo não só a função de uma dada construção, mas como essa construção adquiriu essa função”. (FERREIRA, 2007, p.27). Tal enfoque considera que o estudo dos fenômenos linguísticos só é completo quando examinados na sua evolução histórica. Além do mais, parte dos funcionalistas emprega a concepção pancrônica de mudança, por compreenderem que o estudo linguístico está vinculado ao diacrônico, e, por sua vez, o estado sincrônico de uma construção pode ser consequência do desenvolvimento do passado que prossegue no presente.

Nesse sentido, hipotetizamos que os usos da **preposição a** com indicação de lugar, no século XX, estejam mais ligados aos usos canônicos, considerando a influência da escola e de seu poder normatizador sobre os escritores. Assim, os usos menos prototípicos seriam dados a mais liberdade de expressão, o que foge ao preconizado por um período linguístico marcado pela popularização dos estudos gramaticais, especialmente, daqueles que procuravam ver nos jornais uma fonte de representação do ideal imaginária de classes culturalmente mais privilegiadas.

É sabido que a língua, na sua dinamicidade, sofre transformações com o passar do tempo em decorrência de uma série de fatores advindos da própria sociedade, que também é totalmente mutável. Desse modo, cada estado da língua é resultante de um extenso (e contínuo) processo histórico, uma vez que a língua refletirá as gêneses discursivas de determinada época e, assim, no decorrer do tempo, irá intervir, revelar e estratificar o discurso, em representação das sociedades por meio da regularidade de uma prática.

4.2.1.8 Gênero textual

Por um lado, um jornal não se assemelha a um livro que possui um único (ou presumivelmente único) público alvo; por outro lado, assemelha-se por constituir-se como um suporte textual que comporta gêneros diversificados. Num jornal, seja ele qual for, encontram-se textos que se destinam a uma variedade de interesses que podem refletir de sobremaneira na expectativa de aceitação de um público alvo. Desse modo, acreditamos que os usos da **preposição a** relacionados ao seu valor prototípico de espaço estejam mais presentes naqueles que se referem a um estilo mais formal, tal como o editorial, e que, num

nível de gradação hierárquica, possamos ver um declínio de tal função no caso das notícias e da propaganda.

Sobre a língua veicular, Edith Pimentel Pinto (1986, p.47) conclui que "A língua da imprensa, considerada antigamente como literatura de segunda ordem, acabou por soltar os laços que, na época de sua constituição - os anos 20 do século XIX - a prendiam à literatura". Com isso, a autora sinaliza que a escrita não-literária, como o Jornal, passa paulatinamente a apresentar características que vão lhe afastando das amarras que lhe prendiam à sua gênese, ou seja, uma forma menos prestigiada que o texto literário.

No que tange às discussões acerca dos gêneros textuais, um aspecto a ser considerado é que, por não serem estáticos, eles estão sujeitos a mudanças provocadas por questões cognitivas, pelas práticas sociais, por relações e interesses de poder, além das novas tecnologias e discursos praticados dentro da cultura na qual se realizam.

Para Koch e Elias (2011), quanto aos gêneros, elas asseguram que todos os falantes de uma língua dispõem de competência sociocomunicativa que os possibilitam identificar o que é pertinente a determinadas práticas sociais, além de diferenciarem um gênero do outro. Conforme Mikhail Bakhtin (1997), a comunicação se dá a partir de variadas situações que definem a forma e o conteúdo de uma determinada mensagem que se quer transmitir; assim, as situações chamadas pelo autor de esferas da atividade humana, por mais distintas que se apresentem, mantem relação com o uso da língua, seja na modalidade oral ou escrita.

Na concepção de Marcuschi (2002, p.23), os gêneros textuais se caracterizam como "[...] textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio comunicativas.", citando como exemplos artigos científicos, carta ao leitor, propaganda, contrato, notícias, receitas culinárias, entre outras. Já os tipos textuais podem ser descritos como "uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição". Ainda, mesmo que as acepções de gênero e tipo não sejam confundíveis, não concebem uma dicotomia, mas sim, se associam e se completam.

Vale ressaltar que o que Marcuschi (2002) intitula de "gêneros textuais" refere-se ao que Bakhtin (1997) denominou de "gêneros do discurso" que, no seu entendimento, podem ser identificados através da composição, das escolhas lexicais e gramaticais, da temática selecionada, dos objetivos e finalidades do campo de atividades a que pertencem ou da função desempenhada.

Quanto à modalidade jornalística, a que utilizamos como amostra deste estudo, optamos por empregar o conceito de Lailton Alves da Costa (2010, p.47), que defini o gênero jornalístico "[...] como um conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma

situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico”, organizado a partir de algumas finalidades comunicativas que resultam em unidades textuais independentes, diferenciadas no todo do processo social de transmissão de informação por meio de uma mídia/suporte.

Destarte, podemos afirmar que os gêneros jornalísticos constituem em formatos fixos de mensagens que são transmitidas por meio de um veículo de comunicação que seleciona o que deve ou não ser apresentado diariamente ao leitor/telespectador. Também são apresentados em diversas categorias, subcategorias ou temáticas, constituídos numa espécie de convenção social, conforme mudanças instituídas a partir do tempo e espaço acerca de realidades em constantes transformações.

Uma das classificações que destacamos aqui é a realizada por Mário Erbolato (2002) que, ao estabelecer essa divisão, afirma que os textos jornalísticos são elaborados com base em quatro finalidades básicas, nominadas por ele de categorias jornalísticas:

- a) informativo: relatar os acontecimentos o mais objetivo possível;
- b) interpretativo: informar e interpretar os fatos, além de contextualizá-los em três direções: antecedentes, o próprio contexto e consequências/prováveis desdobramentos;
- c) opinativo: expressar um posicionamento sobre um fato ou um assunto;
- d) diversional: tornar o jornalismo um pouco mais deleitoso e atrativo. As informações devem pender para a distração dos leitores.

Entre os gêneros textuais presentes no jornalismo impresso, nos restringimos a coletar ocorrências presentes em notícias, editoriais e propagandas, não por um motivo específico, mas porque algumas divisões dos periódicos analisados não estavam tão claras. Vejamos a caracterização desses gêneros com exemplos retirados dos *corpora*:

Notícia: Dentro do jornalismo é considerado o gênero principal, pois contém o relato puro dos fatos. Ainda que possua o mesmo significado da informação, trata-se de um registro sem opinião. Sua estrutura é composta de entrada e corpo, produzindo, muitas vezes, um texto invertido, pois não é escrito pela ordem cronológica, mas pela importância dos fatos.

Ex.: *Além disso, cartazes com estruturas metálicas ou de madeira não podem ser instalados próximo à rede elétrica [...]. (TSXXI 1123 P2)*

Editorial: Análogo ao artigo, tão-só se difere por não conter assinatura, pois é um texto que traz a opinião do jornal, um parecer a respeito de um determinado tema; um posicionamento do próprio veículo de informação.

Ex.: [...] *de mestres, na verdadeira acepção etymologica do vocábulo, uns-encanecidos durante o longo tirocínio do bem educar, outros – portadores em sua bagagem litteraria, pelo menos, da dedicação ao estudo. (APXIX 27 P1)*

Propaganda: Corresponde a um modo de comunicação que objetiva influenciar as pessoas, suas ações e escolhas, induzindo-as a um certo direcionamento. É uma forma de difusão comercial com intuito de expandir o consumo de produtos e/ou serviços.

Ex.: *Pharmacia Moderna- Esta bem conhecida pharmacia acha-se de novo instalada á Praça da Matriz. (APXIX 44 P3)*

Finalizamos esta seção ressaltando as considerações de Pinto (1986), ao assegurar que a imprensa entende que escrever bem é escrever “certo”, o que não corresponde a um purismo, mas sim conhecer os recursos da língua de modo a empregar vocábulos que atendam ao objetivo de comunicar a todos os níveis socioculturais.

4.2.1.9 Forma padrão e não padrão

O uso da **preposição a** no século XIX e XX esteve envolto nas polêmicas centradas na vernaculidade de certas construções tidas por “galicismos”, usos decalcados e desnecessários de estruturas do francês, principalmente quando substituída pelas preposições **em**, **com** e **de**, como nos exemplos: “chocolate **ao** leite” (com leite), “entrega **a** domicílio” (em domicílio), “equação **a** duas incógnitas” (de duas incógnitas), “falar **ao** telefone” (no telefone) e “situado **à** avenida 7” (na avenida).

Ao controlarmos esse grupo de fatores, vamos considerar as construções encontradas nos *corpora* que possam indicar o uso recomendado pela tradição gramatical, bem como aquele que não tenha seguido o rigor da norma escrita pertinente a seu século, já demonstrando, possivelmente, uma instauração do processo de gramaticalização frente ao uso.

Hipotetizamos que as construções distantes da norma pertençam aos usos do século XIX e século XXI por diferentes razões. Em relação ao XIX, postulamos que haja influência da escrita eivada de galicismos comuns a sua época, enquanto que, no XXI, o texto tenha se aproximado mais da fala do povo já que sua popularização afastou a linguagem jornalística do purismo preconizado para a língua escrita.

Nas discussões que circundam a variante padrão e não padrão, citamos William Labov (1990) que define a primeira como a empregada com maior frequência por falantes cultos em

situações que remetem à formalidade, por isso buscam empregar as formas reguladas pelas gramáticas normativas. Na perspectiva da linguística, todas as variantes são iguais, o que as diferem é somente o ponto de vista social; as formas linguísticas propendem a usufruir do prestígio social dos seus usuários, desse modo, as variantes utilizadas por falantes menos cultos são estigmatizadas assim como seus usuários.

De acordo com Dino Pretti (2003) destaca que a concepção de língua padrão auxilia à finalidade da educação, no intuito de padronizar a língua, oportunizando boas condições de comunicação entre as diversas regiões geográficas. Ademais, os veículos de comunicação de massa (emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas etc.) primam por empregar a variante padrão na interlocução.

Nas discussões empreendidas por Tarallo (2005), a variante padrão e não padrão de uma comunidade de fala se encontra em relação de concorrência: padrão vs. não-padrão; conservadoras vs. inovadoras; de prestígio vs. estigmatizadas. A variante determinada como padrão é conservadora e de prestígio social, enquanto que a variante considerada não padrão é estigmatizada pelos falantes da comunidade.

Por outro lado, para M^a Irandé Antunes (2007), a língua padrão é resultado de um projeto da sociedade letrada com a finalidade de garantir para uma comunidade de usuários da língua uma unidade linguística, - que aqui seja compreendida como a concepção de uma língua comum, padronizada -, destacando o que é de uso geral, e não em singularidades (regionais, locais ou setoriais). Logo, compreende-se que a ideia implícita no conceito de língua padrão corresponde a unificação linguística, com o propósito de promover uma interação mais efetiva.

Findadas as apresentações sobre os fatores a serem controlados nesta pesquisa, buscaremos, na seção seguinte, discutir e analisar os resultados obtidos a partir da quantificação dos dados retirados dos nossos *corpora*.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos os resultados provenientes da abordagem quantitativa e qualitativa, considerando as ocorrências segundo a nossa proposta de elaboração dos grupos de fatores (vide a seção **METODOLOGIA**). Nossos *corpora* constituem-se de textos jornalísticos publicados em Língua Portuguesa, nos séculos XIX, XX e XXI, na cidade de Caetité (século XIX e XX- *A Penna*) e Brumado (século XXI-*Tribuna do Sertão*).

A exposição dos gráficos e tabelas decorre do tratamento estatístico que revelou a frequência das ocorrências, salientando que os *knockouts* não foram considerados nessa análise. Também os exemplos citados tratam de enunciados nos quais constatamos a presença da **preposição a** e, conseqüentemente, atenderam aos grupos de fatores escolhidos para nortear este trabalho.

Em consonância com a base teórica na qual pautamos nossa pesquisa, salientamos que as análises ora realizadas objetivam identificar os usos que a **preposição a** revela ao conectar alguns termos da oração, relacionando-os com a acepção espacial, buscando reconhecer construções com função prototípica e não prototípica. Assim sendo, as quantificações e ponderações levantadas advêm de estruturas que são consideradas como os elementos ditos típicos, “normais”, como enfatiza Britto (1999): o exemplar mais característico.

Conforme as delimitações da proposta metodológica, foi possível fazer algumas inferências que serão mais bem explicitadas e ilustradas nas subseções as quais pontuamos em sequência.

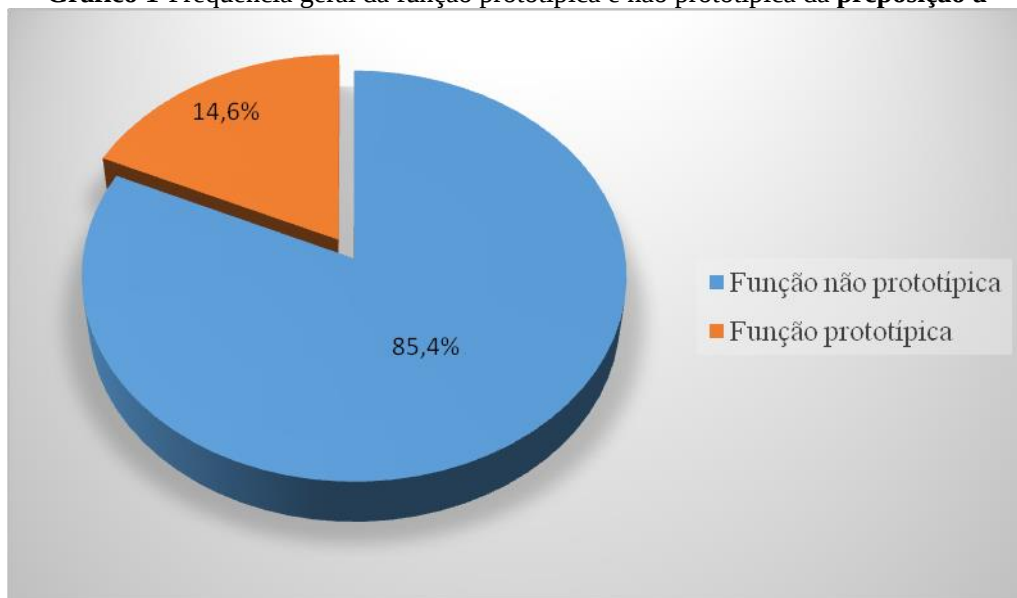
5.1 Função prototípica e não prototípica

Segundo Castilho (2010), as preposições têm como sentido básico ou prototípico localizar no tempo ou no espaço, os termos que elas ligam. Ademais, para o autor, os sentidos não prototípicos são chamados de derivados. Assim, temos como função prototípica nesta pesquisa, o uso da **preposição a** expressando as categorias de posição, deslocamento, distância e movimento no espaço, conforme se constatou nos estudos de Castilho (2010) e já presente em Ney (1958).

Neste primeiro grupo, temos os fatores que correspondem à função prototípica e não prototípica em relação à **preposição a**. Desse modo, de um total de 577 ocorrências da **preposição a**, consideramos que 84 condizem com o ideal de prototipicidade aqui vista como a forma típica, “previsível”, mais representativa dentro de um contexto, conforme explicita

Britto (1999, p.78), ou seja, 14,6% do total dessas ocorrências, sendo que 493, ou seja, 85,4% não refletem o uso da **preposição a** no seu sentido de espaço. Tal frequência pode ser melhor visualizada no Gráfico 1:

Gráfico 1-Frequência geral da função prototípica e não prototípica da **preposição a**



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Para tornar mais claros os critérios que utilizamos, retiramos dos *corpora* algumas ocorrências que, em relação ao sentido espacial, podem exercer:

-Preposição a em sua função prototípica: lugar.

(1) “[...] *estatuetas da sala de visitas voltavam a seus postos, completamente esfregadas e lustrosas, graças ao bom gosto da Gilú, preta velha, dedicada á família.*” (APXIX 39 P2)

-Preposição a em sua função não prototípica.

(2) “[...] *oferecendo perigo às crianças que os utilizam [...].*” (TSXXI 1160 P7).

Por fim, constatamos que há uma maior frequência da **preposição a** para a função não prototípica por nós postulada; no entanto, a ideia de lugar verificada nos primeiros valores atribuídos à essa preposição se mantém, tendo em vista os casos detectados nos nossos *corpora*. Dos resultados, podemos concluir que a noção de espaço vista por nós como prototípica apresenta-se em grau maior ou em grau menor em outros usos que caracterizaria um espriamento do sentido de lugar. Assim, havia postulado que a ideia de lugar onde seria a forma mais predominante, o que nossos dados não comprovaram.

5.2 Construções sintagmáticas

No grupo de fatores das construções sintagmáticas, fomos pontuando algumas classes gramaticais no decorrer da análise das ocorrências, conforme eram identificadas no sintagma preposicional. Essas classes seguem elencadas a seguir e exemplificadas com casos retirados dos *corpora*:

SN₁ [Prep.a + Art. + Nome]

(3)[...]as epidemias mesmo não terão efeitos mais nocivos ao destino de um paiz do que uma predisposição tão desgraçada. (APXIX 27 P3)

SP₁ [Prep.a + Pron. Relativo]

(4)[...] busca e apreensão domiciliar, a qual fora concedida pelo Juiz [...] (TSXXI 1149 P11)

SP₂ [Prep.a+ Pron. Demonstrativo]

(5)[...] a nova forma de contratação garante um tratamento digno e respeitoso àqueles que cuidam das escolas. (TSXXI 1124 P3)

SP₃ [Prep.a + Art. + Pron. Possessivo]

(6)Mas não podemos ter a via férrea, dizem um serio embaraço, que é o privilegio de quem quer que seja, oppõe-se ao seu prolongamento. (APXIX 27 P2)

SP₄ [Prep.a+Pron. Indefinido]

(7)Pela manha, á noite, a qualquer hora, logo que se dê em qualquer ponto da cidade um movimento mais ou menos insolito, [...]. (APXIX 31 P1)

SV [Prep.a+Verbo]

(8)[...] extrema competência e que tem muito a contribuir com a sua gestão. (TSXXI 1145 P5)

SN₂ [Prep.a+ Art. + Numeral]

(9)Falleceu também no arraial de Paramirim, aos 28do passado, o Tenente Emilio Cardozo de Albuquerque, [...] (APXIX 31 P3)

SAdv [Prep.a+Advérbio]

(10) Assim, tudo o que se opõe ao bem do ser humano como falta de pão, de água... [...]. (TSXXI1160 P2)

SN₃ [Prep.a+ Art. + Adjetivo]

(11) Aspiramos ao joven par innumeras felicidades e apresentamos ao distincto pae da esposada as nossas felicitações. (APXIX 46 P2)

SN₄ [Prep.a+ Artigo Definido]

(12) [...] o Programa Educacional de Resistências às drogas e à violência (Proerd) a cargo do tenente Washington. (TSXXI1160 P4)

SN₅ [Prep.a+Artigo Indefinido]

(13) *Isso já está passando a um costume inveterado n'estes altos sertões e constituindo uma ameaça às populações pacíficas do campo[...]* (APXX 137 P1)

Para Castilho (2010, p.592-3), algumas classes funcionam como escopo das preposições, constituindo o complementador do sintagma preposicional, são elas: sintagma nominal, sintagma adverbial, outro sintagma preposicional, sentença com verbo em forma nominal e em construções de tópicos, conforme listado na Tabela 1.

Tabela 1 – Estruturas constituintes, seus respectivos percentuais e número de ocorrências conforme a prototipicidade (lugar onde) vs não prototipicidade

Estrutura Constituinte	Percentual de ocorrências nos corpora (%)	Prototípico	Não- prototípico
SN ₁ [Prep.a +Art.+ Nome]	58,8	65/84	274/493
SP ₁ [Prep.a + Pron. Relativo]	2,8	1/84	15/493
SN ₃ [Prep.a +Art.+Adjetivo]	3,1	2/84	16/493
SV [Prep.a+Verbo]	15,9	3/84	89/493
SP ₃ [Prep.a +Art.+Pron. Possessivo]	3,5	7/84	13/493
SP ₄ [Prep.a+Pron. Indefinido]	3,6	2/84	19/493
SN ₅ [Prep.a + Artigo Indefinido]	1,4%	1/84	7/493
SN ₂ [Prep.a +Art.+ Numeral]	7,6	3/84	41/493

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Propondo uma hierarquia de construções, podemos considerar que, na língua escrita, como base nos textos jornalísticos, o SN₁ [Prep.a + Art. + Nome] é a construção formal mais recorrente, vindo logo seguida de SV [Prep.a+Verbo] e SN₂ [Prep.a+ Art. +Numeral], como pode-se verificar na Tabela 1. Podemos ainda verificar que em tais construções a prototipicidade se vê mais acentuada.

Se avaliarmos percentualmente cada fator de estrutura do constituinte, vamos observar que, o que apresentou uma porcentagem maior de ocorrências, em vista dos demais foi o SN₁ [Prep.a + Art. + Nome], e com 58,8% e o SN₅[Prep.a+Artigo Indefinido] com a menor taxa, de 1,4%. Analisando cada sintagma, individualmente, temos para SP₃[Prep.a + Art. + Pron. Possessivo] um percentual de 65% de ocorrências não prototípicas e 35% prototípicas; também, em SV [Prep.a + Verbo] houve o maior número de ocorrências para a função não prototípica, um total de 96,7%, como em:(14) “[...] levando a noite, a divertir-se inocente e alegremente”. (APXX 484 P1). Tais resultados percentuais de prototípicas e não prototípicas obtidos em cada classe gramatical(sintagma) estão melhor detalhados na Tabela 2:

Tabela 2 - Classes gramaticais e seus percentuais conforme a prototipicidade vs não prototipicidade

Classe gramatical	Prototípica (%)	Não prototípica (%)
SN ₁ [Prep.a + Art. + Nome]	19,2	80,8
SP ₁ [Prep.a + Pron. Relativo]	6,2	93,8
SN ₃ [Prep.a + Art. + Adjetivo]	11,1	88,9
SV [Prep.a+Verbo]	3,3	96,7
SP ₃ [Prep.a + Art. + Pron. Possessivo]	35	65
SP ₄ [Prep.a+Pron. Indefinido]	9,5	90,5
SN ₅ [Prep.a+Artigo Indefinido]	12,5	87,5
SN ₂ [Prep.a + Art. + Numeral]	6,8	93,2

Fonte:Elaborada pela pesquisadora.

Como afirma Wiedemer (2013, p. 366), a **preposição a** vem sendo substituída por outras, a exemplo dos complementos de verbos de movimento, cujo contexto prevalece o uso das preposições *para* e *em*; também, mediante os verbos dativos, de acordo com o contexto admite-se, com maior frequência, o uso da preposição *para*. No entanto, nessa finalidade e, por sua vez, a **preposição a** passa a ocupar outras funções além do prototipicamente estabelecido.

Verificamos, nos *corpora*, que entre as estruturas nas quais se faz presente a **preposição a**, verificamos uma tendência da construção SN₁ [Prep.a + Art. + Nome] para a prototipicidade, ratificando que para todas as classes gramaticais, o maior número de casos mostraram-se não prototípicos.

5.3 Função sintática

Segundo Ney (1958, p.30-1), os principais termos da oração que podem vir seguidos da **preposição a**, são: objeto indireto ou dativo, objeto direto, objeto direto pleonástico, predicativo, adjunto adverbial ou complemento circunstancial, complemento objetivo e complemento terminativo. A Tabela 3 apresenta a visão geral dos adjuntos adverbiais:

Tabela 3 - Função sintática: adjuntos adverbiais

Função sintática	Prototípico	Não-prototípico
Adjunto adverbial ⁴⁴	13/84	96/493
Adjunto adverbial de lugar com movimento	33/84	10/493
Adjunto adverbial de lugar sem movimento	13/84	04/493

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

De acordo com a tabela, temos o sentido de espaço indicando movimento em 33 casos, num total de 84 para a função prototípica, já para a acepção de espaço sem movimento foram 13 casos, assim, comparando com as variáveis dispostas na tabela (os casos em que houve *knockout* foram excluídos) verifica-se que a função prototípica de espaço para a **preposição a** ainda é recorrente quando indica lugar com e sem movimento. Nos *corpora*, foi possível identificar a recorrência desses usos em várias ocorrências, como os exemplos elencados a seguir:

-Adjunto adverbial de lugar com movimento

(15) *Terminada a cerimonia, foi o Captular acompanha-lo até á sua residência [...].*

(APXX 351 P1)

(16) *[...] tanto que vou a Salvador se possível ainda este mês levar novos ofícios [...].* (TSXXI 1159 P6)

- Adjunto adverbial de lugar sem movimento

(17) *[...]por todos quantos se achavam presentes ao acto da eleição e solemnidade da posse, ao som da musica que a filarmônica Lyra Caiteteenses executava.* (APXX 351 P1)

(18) *[...] o exemplo supracitado bateu à porta do autor do texto [...].* (TSXXI 1150 P2)

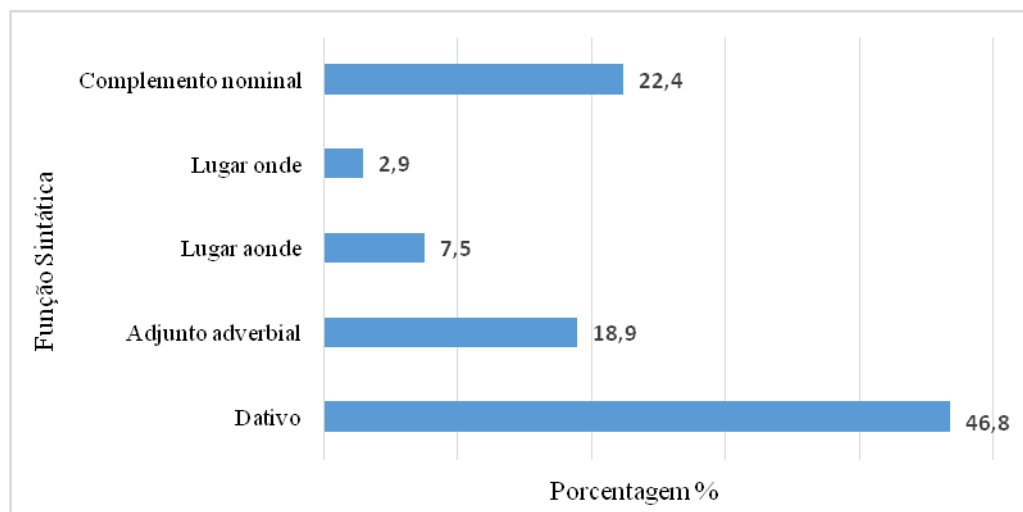
⁴⁴Na variável Adjunto adverbial não foram consideradas as ocorrências em que a **preposição a** acompanhava adjunto adverbial de lugar, uma vez que essa classificação compôs 02(duas) outras variáveis, uma indicando movimento e a outra não movimento.

Vemos nos exemplos 15 e 16 que os verbos acompanhar e ir, no contexto em que foram utilizados, indicam, respectivamente, mudança de lugar (da cerimônia à sua casa) e movimento para algum lugar/espço, enquanto que, o verbo buscar no exemplo 18, ao acompanhar a **preposição a** mais o substantivo porta, remete-se a um espaço, porém sem indicativo de movimento.

Cunha(1975) e Rocha Lima (1992 [1975]), no que tange a classificação estabelecida para o adjunto adverbial de lugar, ambos concordam com a seguinte subdivisão: *lugar onde*, *aonde*, *por onde*, *para onde* e *donde*. Também, em conformidade com essa discussão, Wiedemer (2008) aponta que verificou em suas pesquisas que a **preposição a**, em relação a demarcação de espaço, admite o favorecimento do traço [+fechado] que defini o ambiente locativo.

Ainda, no que concerne à variável função sintática, após a quantificação dos dados, constatamos que, no geral, a forma não prototípica apresentou uma porcentagem bem maior que a prototípica; sendo essa 14,6%, enquanto aquela 85,4%.

Gráfico 2-Frequência de ocorrências da **preposição a** acompanhando as variáveis do fator função sintática.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

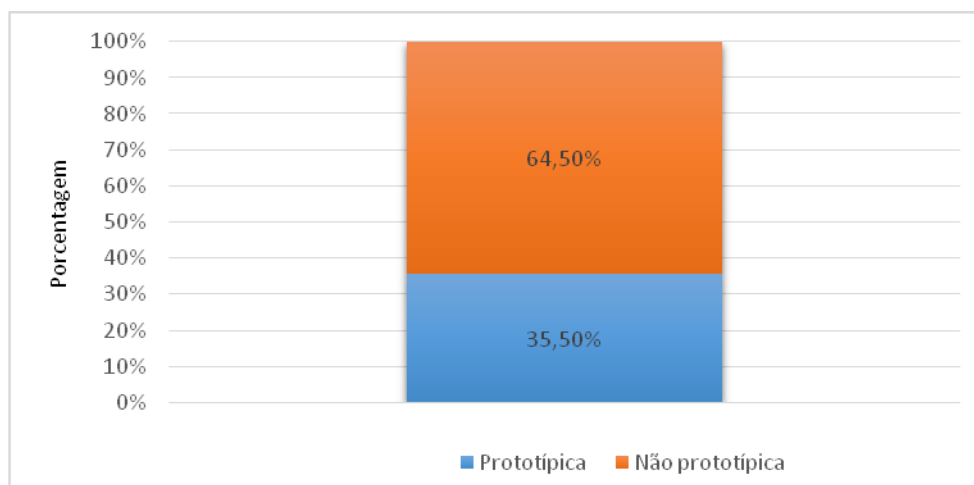
Como resultado tivemos um maior percentual de ocorrências para as funções de dativo (objeto indireto) e complemento nominal, respectivamente, 46,8% e 22,4%, conforme constatamos no Gráfico 2, sendo que no total de 493 ocorrências para a função não prototípica, 250 corresponderam ao dativo e 124 ao complemento nominal. Apesar de constataremos um número considerável de casos da **preposição a** acompanhando a função de dativo, Pontes (1992, p.24) afirma que o uso dessa preposição com sentido de dativo ainda se

mantem, no entanto está, gradativamente, sendo trocada pelo “prá”, como verifica-se no exemplo dado pela autora: *Dei o livro **prá** Maria*.

Em suma, nesta subseção percebemos que na análise das relações funcionais que a **preposição a** estabelece, encontramos um número expressivo para o termo da oração apontado por Ney (1958) como dativo (objeto indireto), seguido pelo complemento nominal com um valor referente à metade do apresentado por aquele.

5.4 Adjuntos adverbiais

Gráfico 3- Frequência da função prototípica e não prototípica da **preposição a** ao acompanhar adjunto adverbial



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Ao analisar o Gráfico 3, percebemos que no grupo de fatores denominado de “Adjuntos adverbiais”, o resultado total evidenciou um percentual de 35,5% para função prototípica e 64,5% para a não prototípica. Como nesse grupo elencamos os adjuntos adverbiais formados por um sintagma preposicionado, optamos pela classificação de acordo a proposta de Ney (1958, p.31-4), utilizando a seguinte distribuição: matéria, causa, distância, distribuição, estado, fim, lugar, frequência, limite, medida, meio, modo, posição, prazo, quantidade, tempo e preço. Como exemplos de alguns usos da **preposição a** acompanhando tais adjuntos adverbiais, temos os casos a seguir retirados dos nossos *corpora*:

-Adj. Adverbial de causa

(19) [...] onde a agua da servidão é provida por tanques e dando trabalho e meios honestos á classe sofredora, que certamente teria emigrado á falta de recursos. (APXIX 03 P3)

-Adj. Adverbial de distribuição

(20) Do canto a canto, de espaço a espaço, tudo deserto. (APXX 131 P1)

-Adj. Adverbial de lugar

(21) A população de Licínio de Almeida, por exemplo, precisa ir a Urandi [...]. (TSXXI 1160 P8)

-Adj. Adverbial de tempo

(22) Então, no período de 19 a 30 de setembro, todas as crianças [...] devem ir a um Posto de Saúde [...]. (TSXXI 1123 P6)

-Adj. Adverbial de quantidade

(23) [...] grupos de eleitores que vinham, disciplinados e contentes, às centenas, acudindo ao apello do dr. Ovidio Teixeira. (APXX 484 P1)

-Adj. Adverbial de preço

(24) [...] e impultou multa no valor de R\$ 10.000 UFIR aos cassados, valor que aproxima a R\$ 30.000,00. (TSXXI 1149 P3)

-Adj. Adverbial de posição

(25) Ao seu lado, Rafael Gomes, companheiro de treinos, completou a dobradinha da equipe no pódio. (TSXXI 1160 P6)

-Adj. Adverbial de modo

(26) [...] só poderá viver ao bafejo da boa vontade dos nossos conterrâneos, que devem conhecer de perto o interesse [...]. (APXIX 36 P1)

Para melhor compreensão dos dados apontados na análise, segue, na Tabela 4, as respectivas classificações de adjuntos adverbiais (exceto os casos que houve *knockout*), o percentual total de ocorrências, bem como o quantitativo de casos com função prototípica e não prototípica.

Tabela 4 – Adjunto adverbial, seus respectivos percentuais e número de ocorrências conforme a prototipicidade vs não prototipicidade

Adjunto adverbial	Percentual de ocorrências nos corpora(%)	Prototípico	Não-prototípico
Lugar	34,3	47/61	12/111
Tempo	34,9	05/61	55/111
Modo	9,9	01/61	16/111
Posição	6,4	04/61	07/111
Distribuição	2,3	02/61	02/111

Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Dentre esses, o adjunto adverbial de lugar apresentou um quantitativo maior em relação a função prototípica, foram 47 ocorrências dentre as 61 totais; o que já era previsível, considerando, como vimos, que muitos teóricos definem a **preposição a** como sentido de espaço indicando lugar, como bem descreve Neves (2011, p.618), ao caracterizar o **a** como introdutor de complemento de substantivo indicando lugar – localização no espaço; ponto final de uma extensão no espaço. Já para o adjunto adverbial de tempo verificou-se uma taxa maior de ocorrências não-prototípicas, 55 para um total de 111; também o maior percentual de casos em que o adjunto adverbial acompanhou a **preposição a**, perfazendo 34,9%, como está exposto na Tabela 4.

O adjunto adverbial de modo, por sua vez, em relação à prototipicidade, teve um quantitativo pouco expressivo, pois dos 61 casos totais, apresentou somente 01, o que nos sugere um processo de abstratização da **preposição a**, uma vez que, nesse caso, o seu sentido distancia-se do prototípico passando para um mais nocional. Assim, as acepções prototípicas vão, paulatinamente, apontando uma trajetória de abstratização, resultando em novos significados que partem do mais concreto para o mais abstrato, conforme a escala: ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE⁴⁵.

Nesta subseção procuramos analisar a frequência dos adjuntos adverbiais, as possibilidades de construções com a **preposição a** e os sentidos atribuídos à essas construções. Certificamos que houve uma maior frequência de prototipicidade para o adjunto adverbial de lugar e encontramos, nos nossos *corpora*, a presença de adjuntos expressando os sentidos de causa, distribuição, lugar, tempo, quantidade, preço, posição e modo.

5.5 Século

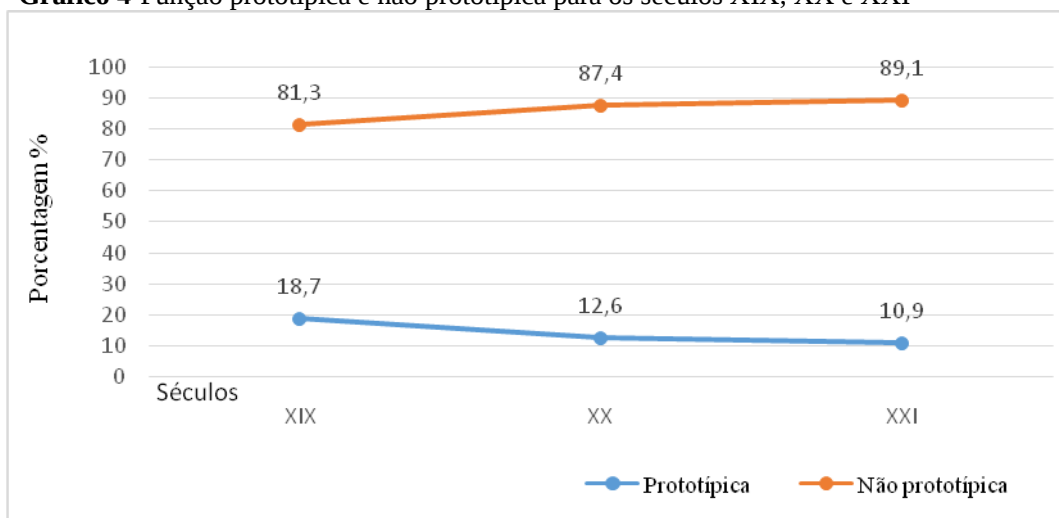
As línguas mudam com o tempo e esse fato consiste na essência da Linguística Histórica. Para Michel Foucault, a história de uma língua “[...] não é uma duração: é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros” (2000, p. 293). Dentre os principais indícios do passado linguístico temos os textos escritos, tais como as inscrições, manuscritos e textos impressos.

Com base na perspectiva histórica, buscamos analisar o processo de mudança linguística pelo qual a **preposição a** vem passando ao longo do tempo. Para tal propósito,

⁴⁵ A escala segue a proposta do *continuum* PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE, com a finalidade de representar o desenvolvimento metafórico na visão de Heine, Claudi e Hunnemeyer(1991), em que os conceitos locativos provem de outros mais concretos que o espaço.

selecionamos os séculos XIX, XX e XXI e, a partir dos dados obtidos, certificamos que, com a passagem do tempo, a função prototípica foi reduzindo e, consequentemente, a não prototípica aumentando. Assim, temos para o século XIX o percentual de 18,7%; século XX, 12,6% e século XXI, 10,9%, em relação as ocorrências que apresentaram acepção espacial. Como é perceptível no Gráfico 4, a diminuição da forma não prototípica foi mais acentuada na passagem do século XIX para o XX, com uma diferença de 6,1%.

Gráfico 4-Função prototípica e não prototípica para os séculos XIX, XX e XXI



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

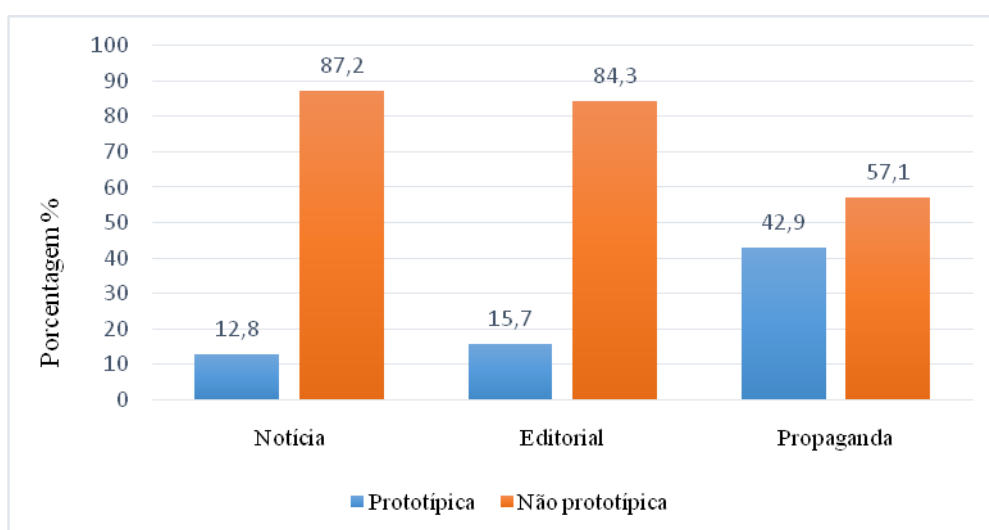
Ainda, com base na análise dos dados, observamos que, nos três séculos, o maior percentual se deu para o uso de **a** indicando lugar com movimento, sendo que a maior taxa ocorreu no século XXI, 86%, enquanto que o sentido de lugar sem movimento apresentou 14%. Também, constatamos que dentre o percentual de ocorrências da **preposição a** que seguiam adjuntos adverbiais de lugar com acepção espacial, 57,4% se deu no século XIX e 22,3% no século XXI, portanto houve um decréscimo de 35,1%.

Em sua pesquisa, Poggio (2003) verificou que, como resultado da análise de um *corpus* do século XIV, a passagem do Latim para o Português intensificou o crescimento do campo semântico da **preposição a**, partindo do sentido mais concreto para o mais abstrato. A autora ainda destaca que nos séculos XVI e XVII identificou-se o uso de **a** com sentido de tempo. Constatamos, nesta subseção, que os usos da **preposição a** com indicativo de lugar, ou seja, com função prototípica, foram mais pontuais no século XIX e, com o passar do tempo, tendenciaram à função não prototípica.

5.6 Gênero textual

No sexto grupo selecionamos alguns gêneros textuais na modalidade jornalística que consideramos mais usuais, sendo eles a notícia(N), o editorial(E) e a propaganda(P). Dentre esses, obtivemos, quantitativamente, os resultados descritos a seguir: em um total de 84 ocorrências para a função prototípica, 47 foram de notícias, 31 de editoriais e 06 propagandas; enquanto que para a função não prototípica, dos 493 casos, 319 foram de notícias, 166 para editorial e 08 de propagandas.

Gráfico 5 - Função prototípica e não prototípica entre os gêneros notícia, editorial e propaganda



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Analisando o Gráfico 5, no que tange os percentuais apresentados pelos gêneros textuais, verificamos que a função não prototípica obteve porcentagem maior nas três variáveis (N, E, P), com uma diferença considerável da prototípica nas variáveis Notícia e Editorial. Os dados (prototípica e não prototípica) para o gênero Propaganda, comparado com os demais, foram os que evidenciaram maior taxa de ocorrências com sentido espacial, ressaltando que a diferença entre a função prototípica (42,9%) e não prototípica (57,1%) dentro desse gênero foi pequena, um diferencial de 14,2%. Ainda, houve um outro pormenor acerca da Propaganda que merece destaque na nossa análise, é que o maior quantitativo da forma prototípica ocorreu no século XIX, diminuindo consideravelmente nos demais.

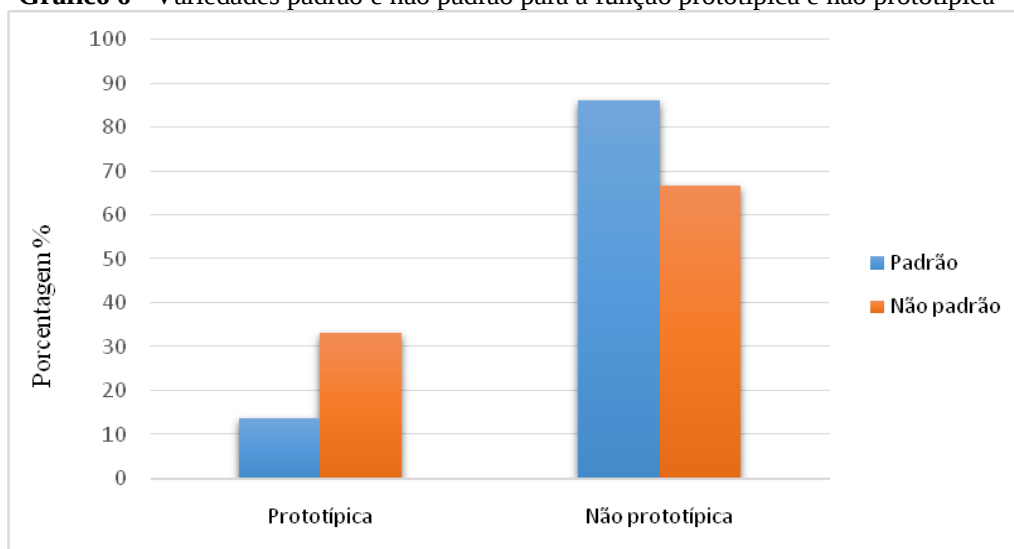
Dentre os gêneros textuais verificamos que os usos da **preposição a** relacionados ao seu valor prototípico de espaço esteve mais presente na Notícia, que, ao contrário da nossa hipótese, na linha de hierarquia que propomos entre os três gêneros analisados, é o segundo que menos apresenta um estilo mais formal.

5.7 Forma padrão e não-padrão

O sétimo e último grupo de fator considerado em nosso estudo engloba as variedades padrão e não padrão. Na visão de Perini (2000, p. 26), a forma padrão é tida como uma variedade da língua “[...] utilizada em textos jornalísticos e técnicos (como revistas semanais, jornais, livros didáticos e científicos), linguagem essa que apresenta uma grande uniformidade gramatical, e mesmo estilística, em todo o Brasil.”

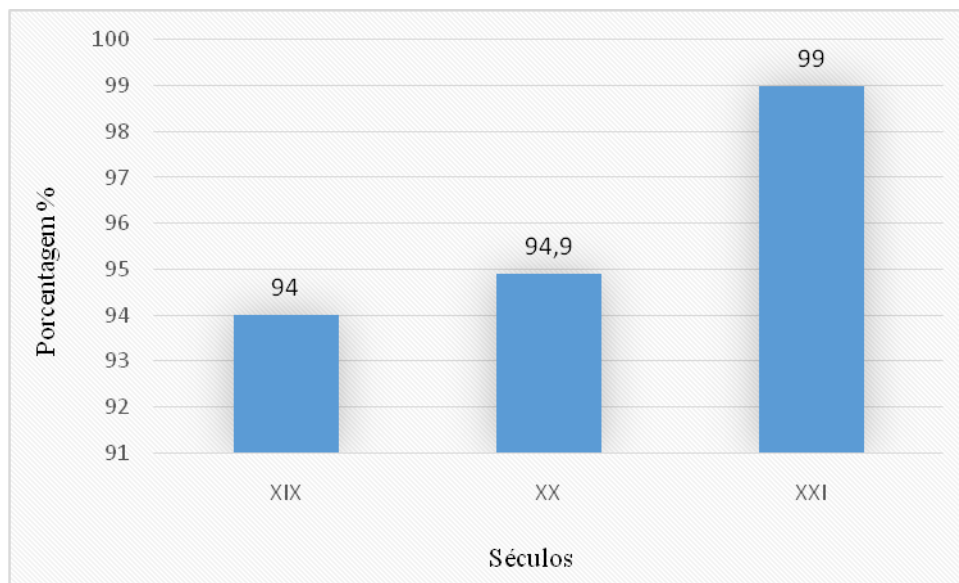
Na análise desse grupo, detectamos um percentual menor para a função prototípica tanto na forma padrão quanto na construção não padrão, salientando que, dentre ambas, a variedade não padrão apresentou uma taxa de 33,3% de sentido espacial, enquanto a padrão somente 13,7%. A função não prototípica, por sua vez, esteve presente em 86,3% das ocorrências para a forma padrão e 66,7% para a não padrão. Observamos também que, com a passagem do tempo, a variedade padrão foi se tornando mais recorrente entre os dados, por exemplo, no século XIX foram 94% de ocorrências padrão, aumentando para 94,9% no século XX e 99% no século XXI; esse fato talvez se deu devido a especialização da mão de obra que opera os jornais na atualidade. Tais afirmativas podem ser constatadas nos Gráficos 6 e 7.

Gráfico 6 - Variedades padrão e não padrão para a função prototípica e não prototípica



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Gráfico 7- Frequência da variedade padrão nos séculos XIX, XX e XXI



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Pontes (1992) afirma que a **preposição a** é substituída por “em” na maioria das ocorrências no português falado; isso se dá, provavelmente, à reduzida massa fonológica, o que faz a **preposição a** ser confundida com o artigo a, como em *Vou **na** cidade*, ao invés de *Vou **à** cidade*.

Em alguns casos foram encontrados o uso de **a** onde, segundo a norma padrão da Língua Portuguesa, o mais indicado seria a preposição “em”. A título de exemplo temos a seguinte construção: (27) “*Faz publico que, autorisado por lei municipal, expõe á venda a casa sita á Praça da Matriz e que pertenceu ao Vigário [...]*” (APXIX 33 P4). Tal fato, na concepção de Brito (2010), aponta a influência do francês, uma vez que a **preposição a** nessa língua expressa valores de posse e de determinação, diferenciando do português, cujas preposições utilizadas com os referidos sentidos são **de**, **em**, **com** e seus equivalentes; podemos então afirmar a ocorrência de galicismo⁴⁶.

Na concepção de Marcos Bagno (2001, p.142), o Latim apresenta respostas às motivações para a variação no uso das preposições *em* e *a* no português atual; segundo o autor, houve a tentativa de resguardar para **a** os indicativos de *movimento*, *direção* e *destino*, ao tempo que a preposição *em* se reservaria aos sentidos de *repouso*, *situação* e *localização*.

⁴⁶ Galicismo consiste nos termos ou locuções afrancesadas que foram introduzidas na língua portuguesa. Esse termo advém de Gálias, nome utilizado para a região onde atualmente encontra-se a França. Em relação ao galicismo sintático trata-se da regência, concordância ou construção de uma frase a partir do uso de preposições de acordo com o emprego na língua francesa.

“Eu digo que se *tentou* porque mesmo em autores do período chamado *clássico* (a partir do século XVI) ainda se verifica a flutuação no uso das duas preposições”.

Neste último ponto da análise, buscamos indicar o uso recomendado pela tradição gramatical, mas também o que não segue a austeridade da norma escrita, obtendo, assim, um percentual mais significativo da função prototípica para a variedade não padrão. Outro fato que destacamos se refere ao aumento de casos para a variedade padrão com o passar dos séculos, contradizendo a nossa hipótese inicial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de declinação dos casos morfológicos latinos esvaneceu-se do uso corrente com o passar dos séculos, gerando uma mudança em relação à frequência de casos com as preposições; essas, por sua vez, apresentaram uma intensificação no seu emprego, tendo em vista que a disposição dos elementos na sentença tornou-se obrigatória nas línguas oriundas do Latim.

Na Língua Portuguesa, a **preposição a** manteve os sentidos da preposição latina *ad*, expressando os conceitos de direção, movimento para algum ponto, aproximação e junção de alguma coisa, no entanto, a essas acepções foram agregadas outras, tais como “destinatário”, “matéria”, “lugar”, “tempo”, “causa”, “instrumento”, “posse” e “finalidade”. Ilari et al (2008) afirmam que, no Português, essa preposição encontra-se gramaticalizada.

A partir das investigações empreendidas com este estudo, foi possível verificar que os resultados demonstram que a **preposição a** vem passando por um produtivo processo de gramaticalização através do ganho de novos sentidos, atestando a hipótese de que essa preposição, com o passar dos anos, foi adquirindo novos valores, ampliando os usos, transpondo da acepção de Espaço (função prototípica) para Tempo, e deste para sentidos mais abstratos (modo, posição, distribuição, causa, quantidade, preço, entre outros).

Observando-se a frequência de usos da **preposição a** em relação à prototipicidade, constatamos que, em grande parte dos casos estudados, a função prototípica esteve presente em apenas 14,6% do total de 577 ocorrências e 85,4% refletiram o uso da **preposição a** sem o sentido espacial. Para as construções sintagmáticas, verificamos que as estruturas constituintes SN₁ [Prep.a + Art. Nome] e SV [Prep.a + Verbo] e SN₂ [Prep.a + Art. + Numeral] foram mais recorrentes e demonstraram uma prototipicidade mais acentuada. No grupo de fatores nominado de “Funções sintáticas”, houve um número maior de ocorrências da função prototípica para as acepções de espaço com e sem movimento, o que nos leva a entender que a prototipicidade para a **preposição a** é recorrente ao indicar lugar, principalmente quando expressa movimento, correspondendo a 33 casos de um total de 84. O uso de **a** indicando lugar com movimento apresentou grande percentual, sendo que a maior taxa ocorreu no século XXI, um total de 86%.

As análises também evidenciaram que entre os adjuntos adverbiais, o classificado como lugar revelou um quantitativo maior de ocorrências prototípicas, sendo 47 casos para um total de 61. Já os adjuntos adverbiais de modo e distribuição registraram poucos casos para a função prototípica; assim sendo, o sentido afasta-se da prototipicidade e aproxima-se mais do

sentido nocional, indicando uma trajetória de abstratização de acordo com a escala ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE. Ainda, numa perspectiva histórica, analisamos que, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, a função prototípica para a **preposição a** foi reduzindo.

No sexto grupo de fatores, o de gênero textual, verificamos que, em relação ao percentual, a não prototipicidade obteve um maior número de ocorrências; sendo que o gênero Notícia, comparado ao demais, foi o que apresentou maior porcentagem de casos com sentido de espaço. Por último, em relação as formas padrão e não padrão, observamos que, com o avanço dos séculos, a variedade padrão se tornou mais recorrente em textos da modalidade escrita, mais especificamente nos jornalísticos que compõem os nossos *corpora*. Foi possível constatar que o sentido espacial foi mais recorrente na forma não padrão, apresentando uma taxa de 33,3%.

Por fim, a partir dos estudos realizados e das análises até aqui concluídas, entendemos que as preposições passam a acrescentar, gradativamente, funções antes exercidas pelos casos (Latim) e, à medida que se perdem, vão determinando o emprego de palavras de outras categorias com a função de preposição na Língua Portuguesa. Estudos como este podem esclarecer as mudanças linguísticas pelas quais vem passando a **preposição a**, pois, como afirma Neves (2011), várias formas apontadas pelo sistema como estáveis, modificam-se devido a certas condições, adquirem novos valores e produzem novos significados, ressignificam-se.

Destarte, esperamos que esta pesquisa venha contribuir de modo significativo para a aquisição de conhecimentos que circundam o dinamismo da linguagem humana e, conforme salienta Mattos e Silva (2008), se ecoam nos processos de mudança linguística que são frequentes e/ou, muitas vezes, imprevisíveis.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ARAÚJO, S. S. de F., ARAÚJO, J. M. de O. **A formação sócio-histórica do português do Brasil**: contribuições do Recôncavo Baiano. Cadernos de Letras da UFF- Dossiê da língua portuguesa, nº39. Rio de Janeiro: 2009. p. 95-116.

ANTUNES, M^a I. C. M. **Muito Além da Gramática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. **Português ou Brasileiro?** Um convite à pesquisa. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, J. S. **Gramática philosophica da língua portuguesa**. 4. ed. Lisboa: Academia Real de Sciencias, 1866.

BARRETO, R. P. M. **Estudo da gramaticalização de preposições que expressam os conceitos de direção, localização e percurso no português e no italiano**. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras: Salvador, 2008. (Dissertação mestrado)

BARROS, J. de. **Gramática da língua portuguesa**. 3. ed. Organizada por José Pedro Machado. Portugal: s/editora, 1957.

BATORÉO, H. J. **Expressão do espaço no português europeu contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição**. Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**: (teoria linguística e linguística computacional). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLUTEAU, D. R. **Vocabulário portuguez, latino**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1728.

BRANDÃO, J. L.; SARAIVA, M^a O. de Q.; LAGE, C. F. **Helleniká**: introdução ao Grego Antigo. 2. ed. revista. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BRITO, A. M^a et al. **Gramática comparativa Houaiss**: quatro línguas românicas - português, espanhol, italiano e francês. São Paulo: Publifolha, 2010.

BRITO, R. H. P. de. **Teoria dos protótipos**: um princípio funcionalista. Todas as letras: n. 1, 1999.

BYBEE, J. L.; PAGLIUCA, W. **Historical Semantic and Historical Word Formation**. Berlin: de Gruyter, 1985.

CAMARA JR., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CÂNDIDO, de F. **Novas reflexões sobre a língua portuguesa**. V.3. Lisboa: Livraria clássica editora de A.M. Teixeira & c.a, 1923.

CASTILHO, A. T. **Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro**. São Paulo: USP, 2003.

_____. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 21. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

COSTA, L. A. da. Gêneros Jornalísticos. In: MELO, J. M. de; ASSIS F. (orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

CUCUEL, CH.; RIEMANN; O. **Syntaxe grecque**. 5. ed. Paris: Klincksieck, 1941.

CUNHA, C. F. **Gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1975.

_____; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAUZAT, A.; DUBOIS, J.; MITTERAND, H. **Dictionnaire étymologique et historique du français**. Paris: Larousse, 1993 [1964].

DU BOIS, J. W. **Competing motivations**. In: HAIMAN, J. (Ed.) Iconicity in Syntax. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005.

FARIA, E. **O Dicionário escolar latino-português**. 3. ed. Brasília: MEC, 1962.

FERREIRA, E. P. **Gramaticalização e auxiliaridade [manuscrito]**: um estudo pancrônico do verbo chegar. 2007.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Paraná: Positivo, 2009.

FORCELLINI, A. **Totuis latinitatis lexicon**. 6 v. Prati: Aldianis, 1858.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANÇA, I. S. **Gramaticalização da preposição *a* e a interferência de campos semânticos entre as preposições *a*, *em* e *para***. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2006. (Dissertação de mestrado)

GIVÓN, T. **On Understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979.

_____. Prototypes: between Plato and Wittgenstein. In: CRAIG, Colette (Ed.). **Noun classes and categorization**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1986.

GUARDIA, J-M.; WIERZEYSKI. **Grammaire de la langue latine**. Paris: Durand ET Pedone-Lauriel, 1876.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HEGENBERG, L. **Explicações científicas: introdução à filosofia da ciência**. 2. ed. São Paulo: EPU / EDUSP, 1973.

HEINE, B. CLAUDI, U. HÜNNEMEYER, F. In: **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, A. E. F. P.; POGGIO, R. M. G. F. As preposições DE e DES/DESDE. In: PEREIRA, T. L. G.; POGGIO, R. M^a. G. F.; HEINE, Â. E. F. P. (Orgs). **Linguística & literatura: ensaios**. Salvador: Quarteto, 2004.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**. v. I. Amsterdam: Benjamins, 1998.

_____.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, R.; NEVES, M^a H. de M. (Orgs.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. V. II. Classes de Palavras e Processos de Construção. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

Jornal **A Penna**, 01/01/1927, p.04, nº 406, Anno XVI.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M^a. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2011.

LABOV, W. **The intersection of sex and social class in the course of linguistic change**. Language Variation and Change, 2, 1990.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

LIÃO, D.N. **Origem das Lingoa Portuguesa**. Lisboa: Pedro Craesbeck, 2005.

LYONS, J. **Semântica**. v. I. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1980.

LORENZO, Ramon. O estado da língua num documento do século XIV. In: TERRA, José da Silva (Org.). **Arquivos do Centro Cultural Português: Homenagem a Paul Teyssier**. Lisboa-Paris: Calouste Gulbenkian, 1987.

LUCA, T. R. de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

LUFT, C. P. **Dicionário prático de regência nominal**. 4. ed. Ática, 2003.

MACAMBIRA, J. R. **A estrutura morfo-sintática do português**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1982.

MACEDO, A. V.T. de. **Funcionalismo**. Veredas: Revista de estudos linguísticos. Juiz de Fora: UFJF, 1998. v. 1, nº2, 71 – 88.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M^a M. (orgs). **Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. **Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, v.1, 2011.

MARTIN, R. **Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina**. Trad. Marcos Bagno. – São Paulo: Parábola editorial, 2003.

MARTINET, André; MARTINET, Jeane. **Grammaire fonctionnelle du français**. Paris: Credif, 1979.

MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da linguística histórica – “ouvir o inaudível”**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Honoré Champion, 1948[1912].

MONTEIRO, C. **Português da Europa e português da América: aspectos da evolução do nosso idioma**. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1931.

NEVES, M^a H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____. **A Gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2011.

NEY, J. L. **Crase e emprego da preposição “A”**. Simões Editora. Rio de Janeiro, 1958.

OLIVEIRA M. R. de; VOTRE, S. J. **A Trajetória das Concepções de Discurso e de Gramática na Perspectiva Funcionalista**. v.16. Rio de Janeiro: Matranga, 2009.

PEREIRA, E. C. **Gramática Histórica**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1964[1916].

PEREIRA, T. L. G. A mudança linguística. In: PEREIRA, T. L. G.; POGGIO, R. M^a. G. F.; HEINE, Â. E. F. P. (Orgs). **Linguística & literatura: ensaios**. Salvador: Quarteto, 2004.

PERINI, M. **Gramática descritiva do Português**. São Paulo, Ática, 2000.

PEZATTI, E.G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, E. P. **A língua escrita no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

PINTO, L. M. da S. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.

POGGIO, R. M^a G. F. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português** – uma abordagem funcionalista. Salvador, EDUFBA, 2003.

POMBO, R. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011 [1933]. – (Coleção Antônio de Moraes Silva; v. 10)

PONTES, E. **Espaço e tempo na Língua Portuguesa**. Campinas, Pontes Editores, 1992.

POZZOLI, T. C. **Português – Dicionários Barsa Planeta**. Internacional II, 2008.

PRETI, D. **Sociolinguística: os níveis de fala**. São Paulo: Edusp, 2003.

RAMOS, J. V. B. **Aquisição da preposição “de” em L1**. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2005. (Tese de doutorado em Linguística.)

REIS, J. P. M. **Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928)**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2010. (Dissertação de mestrado)

_____. **Circulação de cultura letrada e a comunidade de leitores em Caetité-Ba(1897-1930)**. VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Universidade Federal de Mato Grosso/Instituto de Educação. Cuiabá- MT, 2013.

REIS, M^a da C. S. **O Sampauleiro: romance de João Gumes**. Tese, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004. (Tese de doutorado em Linguística)

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 31. ed. Prefácio de Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992 [1975].

ROMAINE, Suzanne. **Socio-historical linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1982].

ROSÁRIO, I.da C. do. **Gramaticalização de até: usos na linguagem padrão dos séculos XIX e XX**. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Niterói-RJ: UFF, 2007. (Dissertação de Mestrado)

RUBIO, L. **Introducción a la sintaxis estructural del latín**. Barcelona: Ariel, 1983.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

SANTANA, D. de O. **Prefixos derivados de preposições em textos de língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII**. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2006. (Dissertação de mestrado)

SARAIVA, F. R. dos S. **Novissimo diccionario latino-portuguez**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1896.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 20.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, A. de M. **Diccionario da língua portugueza**. Lisboa: Typografia Lacérdina, 1789.

SILVA, J. A. A. da S.; SOUSA, V. V; GUIMARÃES, M. A. de S. Aspectos sócio-históricos do Português Popular do Brasil: contato social e constituição histórica. In: SOUSA, V. V; SILVA, J. A. A. da S (orgs). **Variação e mudança linguística na língua portuguesa: caminhos sociolinguísticos e (sócio)funcionalistas no sertão da Ressaca**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017.

SILVA, S. **Enunciação e sintaxe: uma abordagem das preposições do português**. Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. (Dissertação de mestrado)

SVOROU, S. **The grammar of space**. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

SWEETSER, Eve E. **Grammaticalization and semantic bleaching**. Berkeley, University of California, 1988.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorisation: prototypes in linguistic theory**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

TORRINHA, F. **Dicionário latino português**. Porto: Edições Marânus, 1945 [1874].

VICTORIA, L. A. P. **Como Se Deve Dizer e Como Não Se Deve Dizer**. Rio de Janeiro: Editôra Científica, 1961.

VIDOS, B. E. **Manual de linguística românica**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

WARTBURG, Walther von. **Evolución y estructura de la lengua francesa**. Trad. Carmen Chust. Madrid: Gredos, 1966 [1962].

WIEDEMER, M. L. **A regência variável do verbo *ir* de movimento na fala de Santa Catarina**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

_____. **Variação e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto, 2013. (Tese de doutorado)

WITTGENSTEIN, L. J. J. **Investigações filosóficas** (trad. José Carlos Bruni). São Paulo: Nova Cultural, 1958.